



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

FERNANDO LUIS MARTINS COSTA

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E JUVENTUDE DO  
ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES.**

---

Londrina  
2010

FERNANDO LUIS MARTINS COSTA

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E JUVENTUDE DO  
ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES.**

Dissertação apresentada no curso de Pós Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito a obtenção de título de Mestre em Agronomia.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ralisch

Londrina  
2010

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da  
Universidade Estadual de Londrina.**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**

C837d Costa, Fernando Luis Martins.  
Dinâmica socioeconômica e juventude do assentamento Florestan  
Fernandes / Fernando Luis Martins Costa. – Londrina, 2010.  
137 f. : il.

Orientador: Ricardo Ralisch.  
Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de  
Londrina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós-Graduação  
em Agronomia, 2010.  
Inclui bibliografia.

1. Assentamentos rurais – Teses. 2. Juventude rural – Teses.  
3. Trabalhadores rurais – Teses. 4. Sociologia rural – Teses. 5. Reforma  
agrária – Teses. I. Ralisch, Ricardo. II. Universidade Estadual de Londrina.  
Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agronomia.  
III. Título.

CDU 631:333.013.6

FERNANDO LUIS MARTINS COSTA

**DINÂMICA SOCIOECONÔMICA E JUVENTUDE DO  
ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES.**

Dissertação apresentada no curso de Pós Graduação em Agronomia da Universidade Estadual de Londrina, como requisito a obtenção de título de Mestre em Agronomia.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Ricardo Ralisch  
UEL – Londrina – PR

---

Profa. Dra. Eliane Tomiasi Paulino  
UEL – Londrina – PR

---

Prof. Dr. Luis Arthur Bernardes da Rosa  
UNOPAR – Londrina – PR

---

Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães  
UEL – Londrina – PR

---

Prof. Dr. Rodne de Oliveira Lima  
UEL – Londrina – PR

Londrina, 16 de dezembro de 2010.

## **DEDICATÓRIA**

A minha esposa, Adriana Augusta Ribeiro Costa pelo apoio e incentivo na realização deste trabalho, e aos meus filhos Marina Ribeiro Costa e Lucas Ribeiro Costa.

## **AGRADECIMENTOS**

Várias foram as pessoas que contribuíram de diferentes formas, seja como incentivadores ou diretamente na realização deste estudo.

Agradeço ao meu orientador, Professor Dr. Ricardo Ralisch, pelos ensinamentos transmitidos ao longo da realização deste trabalho, pela paciência, dedicação e profissionalismo, e por me fazer acreditar que este estudo me proporcionaria um conhecimento fundamental para a realização de meu trabalho junto à extensão rural.

Aos colegas de trabalho, Luis Fernando Moraes Barbin, Ildefonso José Hass, Marli Candalaft Alcântara Parra Peres e Luis Artur Bernardes Rosa pelo incentivo e apoio ao trabalho.

À administração do Instituto EMATER, pelo apoio e liberação para a realização deste curso.

Agradeço a todos os professores do curso de pós-graduação pela dedicação e profissionalismo com que demonstraram neste período de convivência.

Às famílias de agricultores do Assentamento Florestan Fernandes, pelas quais tenho muita consideração e amizade, e que, cordialmente, me receberam em seus lares e prestaram informações valiosas para a realização deste trabalho. Lembrando que me considero parceiro deste assentamento, por estar presente desde a sua constituição e participar de toda a sua trajetória nestes dez anos.

*Em nossa época, o cientista precisa tomar  
consciência da utilidade social e do destino  
prático reservado a suas descobertas.*

(Florestan Fernandes)

COSTA, Fernando Luis Martins. **Dinâmica socioeconômica e juventude do Assentamento Florestan Fernandes**. 2010. 133 f. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

## RESUMO

Este estudo tem como objetivo descrever a dinâmica socioeconômica das famílias e a realidade e perspectiva dos jovens no assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis, região norte do Estado do Paraná. Procura resgatar a história de vida dos assentados antes de participarem de movimentos sociais, o que desenvolviam, suas expectativas; as dificuldades enfrentadas quando do acesso aos lotes, as primeiras atividades agropecuárias, implantação das infraestruturas e recursos disponíveis; a trajetória dos últimos dez anos das famílias do assentamento, dinâmica das atividades agropecuárias, acesso às políticas públicas, apoios recebidos de atores e entidades e finalmente compreender a participação do jovem no cotidiano da comunidade, suas angústias e perspectivas em relação ao futuro no assentamento. Para a obtenção das informações foram realizadas pesquisas documentais e entrevistas estruturadas e semiestruturadas com todas as famílias do assentamento. Com relação à juventude, as entrevistas foram realizadas com jovens na faixa etária de 15 a 28 anos. Concluiu-se que a origem rural das famílias, a participação de diferentes entidades parceiras, contribuiu positivamente na adaptação e evolução do assentamento e que na dinâmica dos sistemas de produção prevaleceu a bovinocultura de leite e sericicultura como sistemas produtivos que melhor viabilizaram os lotes. A conclusão referente aos jovens é que eles não se sentem valorizados e participantes das discussões na comunidade, mesmo assim a maioria deseja permanecer no assentamento, mas a falta de uma renda própria dentro da unidade produtiva faz com que o jovem sinta a necessidade de abandonar o meio rural.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. Juventude Rural.

COSTA, Fernando Luis Martins. **Dynamic socioeconomic and youth Settlement Florestan Fernandes**. 2010. 133 f. Dissertation (Master's Degree in Agronomy) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

### **ABSTRACT**

This study aims to describe the dynamics of families and the socioeconomic reality and perspective of young people in the settlement Florestan Fernandes, in the town of Florestópolis, north of the state of Parana. Seeks to uncover the life story of the settlers before participating in social movements, which developed, their expectations, the difficulties faced when access to the lots, the first agricultural activities, deployment of infrastructure and resources available and the trajectory of the last ten years families of the settlement, the dynamics of agricultural activities, access to public, received support from actors and entities, and finally understand the participation of youth in daily community, its anxieties and prospects for the future in the settlement. To obtain the information were performed documentary research and semi structured and structured interviews with all the families of the settlement. Regarding youth, the interviews were conducted with youth aged 15 to 28 years. It was concluded that the origin of rural families, the involvement of different partner organizations contributed positively to the adaptation and evolution of the settlement and that the dynamics of production systems prevalent in the dairy production and sericulture as production systems that made possible the best lots. The conclusion relating to young people is that they feel valued and participating in discussions in the community, yet the majority wish to remain in the settlement, but the lack of a personal income within the production unit makes the young feel the need to abandon the rural areas.

**Keywords:** Agrarian reform. Rural Settlements. Rural Youth.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização do município de Florestópolis-Pr, no Estado do Paraná .....	56
<b>Figura 2</b> – Divisão das áreas no assentamento Florestan Fernandes. ....	68
<b>Figura 3</b> – Placa de inauguração da Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes. ....	79
<b>Figura 4</b> – Fotos de moradias do Assentamento Florestan Fernandes.....	81
<b>Figura 5</b> – Imagens apresentando local de moradia anterior e posterior à aquisição de créditos para reforma e construção de moradias juntamente com a utilização de recursos próprios de um morador do assentamento .....	82
<b>Figura 6</b> – Interior da casa de um dos assentados.....	83
<b>Figura 7</b> – Evento no Assentamento Florestan Fernandes, onde é apresentado o caminhão que realiza a coleta de lixo mensalmente.....	84
<b>Figura 8</b> – Localização do Assentamento Florestan Fernandes.....	95

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> –	Brasil: macroconfiguração fundiária do território em 2003 (milhões de ha) .....	31
<b>Tabela 2</b> –	Total de assentamentos de Reforma Agrária – RA, realizados pelo INCRA desde o ano de 1979 até o ano de 2009. ....	37
<b>Tabela 3</b> –	Número de famílias e área ocupada pelos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado no Brasil até o ano de 2010.....	38
<b>Tabela 4</b> –	Número de estabelecimentos agropecuários de Florestópolis- Pr. ....	58
<b>Tabela 5</b> –	Área dos estabelecimentos agropecuários de Florestópolis- Pr.....	59
<b>Tabela 6</b> –	Bens e serviços adquiridos pelo Assentamento Florestan Fernandes com recursos do Programa Estadual “Paraná 12 Meses” .....	69
<b>Tabela 7</b> –	Período do ano e número de famílias nos diferentes sistemas de produção predominantes no assentamento Florestan Fernandes .....	73
<b>Tabela 8</b> –	Composição da renda bruta total (RBT) anual, no período entre o mês de agosto de 2008 a agosto de 2009, no assentamento Florestan Fernandes .....	77
<b>Tabela 9</b> –	Classes de Renda bruta total (RBT) anual no assentamento Florestan Fernandes, no período entre os meses de agosto de 2008 a agosto de 2009, e o correspondente em salários mínimos mensais por família.....	77
<b>Tabela 10</b> –	População jovem do Assentamento Florestan Fernandes, entre a faixa etária de 15 a 28 anos.....	92

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 1</b>	– As lutas e conquistas pela terra no Brasil e os períodos de governo .....	29
<b>Gráfico 2</b>	– Participação da agricultura familiar na produção de alimentos básicos no Brasil.....	47
<b>Gráfico 3</b>	– Agricultura familiar e a produção de alimentos de origem animal no Brasil.....	48
<b>Gráfico 4</b>	– Beneficiários e tempo de permanência em acampamentos de reforma agrária das famílias do Assentamento Florestan Fernandes.....	70
<b>Gráfico 5</b>	– Média da renda bruta anual dos sistemas de produção do assentamento Florestan Fernandes no período entre os meses de agosto de 2008 a agosto de 2009 .....	75
<b>Gráfico 6</b>	– Outras fontes de renda e número de famílias correspondentes, no Assentamento Florestan Fernandes.....	76
<b>Gráfico 7</b>	– Participação das famílias do assentamento Florestan Fernandes, em organizações sociais .....	80

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b>	– Estrutura fundiária e índice de Gini – 1992 e 2003 .....	30
<b>Quadro 2</b>	– Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais – RA.....	33
<b>Quadro 3</b>	– Relação e Caracterização das Políticas de Obtenção de Terras para a Categoria de projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – RA .....	34
<b>Quadro 4</b>	– Tipos de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária de Mercado - RAM .....	37
<b>Quadro 5</b>	– Movimentos socioterritoriais que atuaram no Estado do Paraná entre os anos de 2000 a 2009.....	41
<b>Quadro 6</b>	– Atividades consideradas importantes à economia de Florestópolis, em 1956.....	58
<b>Quadro 7</b>	– Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área. ....	60
<b>Quadro 8</b>	– Principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Florestópolis - Pr no período entre 2008/2009.....	61

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AQ</b>	Assentamento Quilombola
<b>ARCAFAR</b>	Associação regional das casas familiares rurais
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>BNDES</b>	Banco Nacional do Desenvolvimento
<b>BT</b>	Banco da Terra
<b>CAF</b>	Consolidação da Agricultura Familiar
<b>CEDEJOR</b>	Centro de desenvolvimento do jovem rural
<b>CEDRS</b>	Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável
<b>CF</b>	Crédito fundiário
<b>CFCP</b>	Crédito Fundiário de Combate a Pobreza
<b>CNA</b>	Confederação Nacional da Agricultura
<b>CNJTTR</b>	Comissão nacional de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais
<b>CNBB</b>	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
<b>COAFFE</b>	Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes
<b>CONTAG</b>	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
<b>CPR</b>	Combate a Pobreza Rural
<b>CPT</b>	Comissão Pastoral da Terra
<b>CT</b>	Cédula da Terra
<b>EMATER</b>	Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EMBRAPA</b>	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
<b>FAO</b>	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
<b>FAEP</b>	Federação da agricultura do Estado do Paraná
<b>FETAEP</b>	Federação dos trabalhadores na agricultura do Estado do Paraná
<b>FETRAF</b>	Federação dos trabalhadores na agricultura familiar
<b>FHC</b>	Fernando Henrique Cardoso
<b>F.L.M.C</b>	Fernando Luis Martins Costa
<b>FLONA</b>	Florestas Nacionais
<b>FUNAI</b>	Fundação Nacional do Índio
<b>HA</b>	Hectare
<b>IAPAR</b>	Instituto Agrônômico do Paraná
<b>IBAMA</b>	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis

<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IBRA</b>	Instituto Brasileiro de Reforma Agrária
<b>INCRA</b>	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
<b>INDA</b>	Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário
<b>MAB</b>	Movimento de atingidos por barragens
<b>MAST</b>	Movimento dos Agricultores Sem terra
<b>MSO</b>	Movimento Social Organizado
<b>M.D.A.</b>	Ministério do Desenvolvimento Agrário
<b>MSONT</b>	Movimento Sonho da Terra
<b>MSST</b>	Movimento Social dos Sem Terra
<b>MST</b>	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
<b>MTB</b>	Movimento Terra Brasil
<b>MTR</b>	Movimento dos trabalhadores Rurais
<b>MTRSTP</b>	Movimento dos trabalhadores Sem Terra do Paraná
<b>MUT</b>	Movimento Unidos pela Terra
<b>NPT/CAF</b>	Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agricultura Familiar
<b>NPT/CPR</b>	Nossa Primeira terra/Combate a Pobreza Rural
<b>OAC</b>	Organização Agrária Camponesa
<b>ONG</b>	Organização Não Governamental
<b>OTC</b>	Organização dos Trabalhadores no Campo
<b>PA</b>	Projeto de Assentamento Federal
<b>PAC</b>	Projeto de Assentamento Conjunto
<b>PAD</b>	Projeto de Assentamento Dirigido
<b>PAE</b>	Projeto de Assentamento Agroextrativista
<b>PAF</b>	Projeto de Assentamento Florestal
<b>PAM</b>	Projeto de Assentamento Municipal
<b>PAR</b>	Projeto de Assentamento Rápido
<b>PC</b>	Projeto de Colonização Oficial
<b>PCA</b>	Projeto de Assentamento Casulo
<b>PDA</b>	Plano de Desenvolvimento do Assentamento
<b>PDS</b>	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
<b>PE</b>	Projeto de Assentamento Estadual
<b>PFP</b>	Projeto Fundo de Pasto
<b>PIC</b>	Projeto Integrado de Colonização

<b>PJ</b>	Pastoral da juventude
<b>PJR</b>	Pastoral da juventude rural
<b>PNCF</b>	Programa Nacional de Crédito Fundiário
<b>PNRA</b>	Plano nacional de Reforma Agrária
<b>PRB</b>	Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens
<b>PROCERA</b>	Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária
<b>PRONAF</b>	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
<b>PRONERA</b>	Programa nacional de educação na reforma agrária
<b>RA</b>	Reforma Agrária
<b>RAM</b>	Reforma Agrária de Mercado
<b>RDS</b>	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
<b>RESEX</b>	Reserva Extrativista
<b>SEAB</b>	Secretaria da Agricultura e Abastecimento
<b>SEMA</b>	Secretaria do Meio Ambiente
<b>SNCRS</b>	Sistema Nacional de Cadastro Rural
<b>SPU</b>	Serviço de Patrimônio da União
<b>UDR</b>	União Democrática Ruralista
<b>VBP</b>	Valor Bruto da Produção

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
<b>2</b>	<b>REVISÃO DE LITERATURA</b> .....	20
2.1	QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL .....	20
2.2	REFORMA AGRÁRIA .....	23
2.3	ASSENTAMENTOS RURAIS .....	32
2.4	AGRICULTURA FAMILIAR .....	44
2.5	JUVENTUDE RURAL .....	49
2.6	SISTEMAS AGRÁRIOS .....	52
2.7	SISTEMAS DE PRODUÇÃO .....	53
2.8	PERFIL AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS - PR.....	56
<b>3</b>	<b>ARTIGO A: DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO ASSENTAMENTO RURAL FLORESTAN FERNANDES NO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS-PR.</b> .....	63
3.1	RESUMO E ABSTRACT .....	63
3.2	INTRODUÇÃO .....	64
3.3	MATERIAL E MÉTODOS .....	66
3.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	67
3.4.1	Histórico do Assentamento Florestan Fernandes .....	67
3.4.2	Origem dos Assentados .....	70
3.4.3	Reação da População do Município a Implantação do Assentamento .....	72
3.4.4	Trajetória Econômica do Assentamento.....	72
3.4.5	Trajetória Social do Assentamento .....	78
3.5	CONCLUSÕES .....	85
<b>4</b>	<b>ARTIGO B: A JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES.</b> .....	87
4.1	RESUMO E ABSTRACT .....	87
4.2	INTRODUÇÃO .....	88
4.3	MATERIAL E MÉTODOS .....	91
4.4	RESULTADOS E DISCUSSÕES .....	93
4.4.1	Caracterização do Assentamento Florestan Fernandes .....	93

4.4.2	A Participação do Jovem no Assentamento .....	95
4.4.3	Relação do Jovem com o Trabalho .....	96
4.4.4	O Jovem e a Perspectiva de Futuro .....	96
4.4.5	Lazer e Cultura .....	98
4.4.6	Luta pela Terra .....	99
4.5	CONCLUSÕES .....	100
 <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....		101
 <b>REFERÊNCIAS</b> .....		104
 <b>APÊNDICES</b> .....		115
APÊNDICE A -	Roteiro de perguntas para investigação sobre a origem das famílias do Assentamento Florestan Fernandes .....	116
APÊNDICE B -	Roteiro de perguntas para diagnóstico da trajetória social e econômica do Assentamento Florestan Fernandes .....	117
APÊNDICE C -	Roteiro de perguntas para os jovens rurais do Assentamento Florestan Fernandes .....	120
 <b>ANEXOS</b> .....		121
ANEXO A –	Tipos de projetos da categoria de Assentamentos da Reforma Agrária e suas características .....	122
ANEXO B -	Tipos de projetos da categoria de Assentamentos da Reforma Agrária de Mercado e suas características .....	127
ANEXO C -	Questionário de tipologia .....	129

## 1 INTRODUÇÃO

Quando o assunto é reforma agrária, as informações apresentadas pela mídia e que chegam até a maioria da população brasileira, está relacionada a momentos de conflito, geralmente ocasionada pelas mobilizações dos trabalhadores sem terra ou pela tensão e violência ocorridas em acampamentos no ato da ocupação de propriedades. Este cenário provoca uma repulsa e uma insegurança em algumas pessoas quando o tema é abordado.

Esta situação acaba confundindo o entendimento e a compreensão sobre as potencialidades que uma reforma agrária pode representar para o país. Não é divulgado com a mesma proporção sobre os assentamentos que já existem, quais os avanços e dificuldades, quais são as entidades que trabalham junto às comunidades, como são, como vivem e quais as necessidades das famílias que foram assentadas.

No Brasil, desde a proclamação de sua independência, a reforma agrária tem estado presente nas pautas da política de praticamente todos os governos. Mas foi a partir da década de 1980, através dos movimentos sociais rurais, que a reforma agrária tomou força, ampliando o número de projetos de assentamentos rurais implantados e vem recebendo tratamento especializado por parte de estudos acadêmicos e programas governamentais.

Entretanto apesar dos esforços realizados e que trouxeram avanços significativos, muito ainda precisa ser feito para que a sociedade brasileira possa usufruir dos benefícios que uma ampla reforma agrária pode proporcionar, tanto no campo quanto para a população urbana, quando se leva em conta os aspectos qualitativos envolvidos nessa importante questão que ainda é foco de tensões sociais.

O sucesso de uma política de assentamentos de reforma agrária não repousa unicamente na quantidade referente ao número de famílias assentadas, mas nos aspectos qualitativos sociais, econômicos e ambientais, associados à qualidade de vida das famílias.

A questão agrária no Brasil não deve ser visualizada isoladamente. A reforma agrária é um meio para o fortalecimento da agricultura familiar. O camponês ou agricultor familiar têm sobrevivido na história, contrariando previsões de alguns estudiosos e confirmando as de outros. No Brasil, a importância da agricultura familiar é observada na representatividade que tem no desenvolvimento do país. Caracteriza-se por ser diversificada, de dimensões variadas e localizada em diferentes regiões. A diversidade de situações também se reflete nas múltiplas funções da agricultura familiar, no impacto econômico-social provocado nos territórios, na geração de emprego, segurança e soberania alimentar.

Apesar destas considerações, a agricultura familiar e os assentamentos da reforma agrária estão se deparando com um grande problema relacionado com os jovens rurais e a sua permanência no campo, demonstrando ser este um desafio importante para a continuidade da agricultura familiar.

Alguns estudos abordam a juventude e muitos são os argumentos envolvidos na definição do termo. A imagem de um jovem desinteressado pelo campo e atraído pela cidade não é nova. Estudando a juventude rural, alguns autores observam a tendência migratória dos jovens. Estudos demonstram que nos casos de migração, observam-se diversas razões como: a limitada viabilidade econômica nas propriedades, sobre as quais os filhos se recusam a suceder aos pais em virtude muitas vezes de não enxergarem perspectivas de obtenção de uma renda própria, as relações de gênero, a não valorização da profissão de agricultor, a escolha profissional bem como a apreciação ou não pela vida no campo.

O debate sobre juventude rural é marcado há décadas por uma imagem de que a juventude do campo é atraída pela cidade, fascinada pela vida moderna.

Diante dessas considerações, entende-se que essa juventude só poderá responder adequadamente aos anseios que a sociedade exige dela e aos seus próprios anseios de melhores condições de vida se buscarmos conhecê-la e se forem considerados a sua condição atual, os fatores limitantes ao seu desenvolvimento e as suas perspectivas futuras.

A principal motivação para a realização desta pesquisa foi a preocupação em se conhecer com mais detalhe a trajetória de dificuldades e conquistas de um grupo de famílias assentadas e conhecer a vida do jovem e suas perspectivas de futuro neste período de dez anos de vivência de um assentamento de reforma agrária.

O ambiente de estudo é o assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis na região norte do Estado do Paraná. Este assentamento criado no ano de 1998 e juntamente com as 29 famílias que o constituem, passaram por diferentes situações sociais e econômicas até o ano de 2009. O objetivo desta dissertação é apresentar um estudo de caso sobre este período de dez anos de existência do Assentamento Florestan Fernandes, analisando a trajetória socioeconômica das famílias, antes, durante e após a conquista da terra. Os jovens do assentamento também são sujeitos deste estudo, sobre os quais analisamos a realidade atual em que vivem, como se consideram dentro da unidade familiar e quais suas perspectivas de futuro.

A dissertação é apresentada na forma de dois artigos científicos complementares, mas com abordagens distintas, sendo:

Artigo A: “Dinâmica socioeconômica do assentamento rural Florestan Fernandes no município de Florestópolis-Pr”. Este artigo apresenta um estudo de caso, sobre o qual é realizado um levantamento da trajetória social e econômica do assentamento, analisando os diferentes fatores que interferiram na sua dinâmica.

Artigo B: “A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes”. Este artigo analisa a hipótese de que os jovens abandonam o assentamento porque não se identificam mais com a vida no campo e são atraídos pela diversidade de opções oferecidas pelo meio urbano.

Antecedendo a apresentação dos referidos artigos, foi elaborada uma revisão bibliográfica, servindo de fundamentação para esta dissertação. As considerações finais apresentam informações sobre os dois artigos.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Para compreendermos a realidade da questão agrária no Brasil de hoje é importante conhecer alguns aspectos da sua formação histórica. De acordo com o tratado de Tordesilhas (1494), o rei de Portugal que representava o Estado, já era dono de terras brasileiras. Após o “descobrimento do Brasil” e no início da colonização em 1534, D. João III doou terras a fidalgos (homens de posse com alguma nobreza) com a condição de que as ocupassem e as explorassem, garantindo assim a posse da colônia.

Para atrair o interesse destes colonizadores e manter o controle político da colônia, o rei de Portugal concedia, além de extensas áreas de terras chamadas de capitâneas hereditárias<sup>1</sup>, poderes político, administrativo, militar e jurídico, a estes homens que passavam a possuir o título de capitão donatário. Estes por sua vez, doavam porções de terras conhecidas como sesmarias<sup>2</sup> a qualquer requerente que preenchesse a seguintes condições: ser cristão, pagasse dízimo à igreja e se dispusesse a cultivar as terras, principalmente o cultivo da cana de açúcar (GANCHO et al.,1991). Em pouco tempo, quase todo o território brasileiro foi dividido em grandes latifúndios. É na base, portanto, da grande propriedade que se realizará a produção açucareira (GRAZIANO NETO, 1988). Não houve interesse em construir na colônia uma produção agrícola de pequeno porte e diversificada, uma vez que o foco da política era o mercado europeu, sendo dada ênfase à grande produção de cana-de-açúcar nos séculos XVI e meados de XVII. Podemos notar uma colonização de caráter extremamente mercantilista (CAMARGO NETO, 2005). Com a propriedade monocultora instala-se no Brasil o trabalho escravo.

Segundo Cardim (2005), com o surgimento da pecuária, atividade adequada à promoção da ocupação das áreas interioranas, a tendência à formação de imensos latifúndios foi acentuada e gerou o denominado latifúndio pastoril.

---

<sup>1</sup> A costa brasileira foi dividida em imensos segmentos paralelos de terras, medindo do litoral até a linha pouco precisa demarcada pelo tratado de Tordesilhas. Estas capitâneas eram transmitidas hereditariamente ao filho mais velho não podendo ser vendidas ou arrendadas. No total foram 15 capitâneas entregues a 12 donatários.

<sup>2</sup> Se aplicavam ao lote de terra doado pela Coroa Portuguesa a quem se dispusesse a cultivá-las dando em troca um sexto da produção. Ocupavam em média 11500 ha. No Brasil a sesmaria foi a base econômica colonial, isto é, a grande propriedade monocultora, que se utiliza do trabalho escravo.

Entre o período do descobrimento até a independência, a economia brasileira foi caracterizada como essencialmente agrícola, de monocultura, com base na mão-de-obra escrava voltada para a exportação e com domínio de grandes propriedades de terra. O controle da terra por poucos proprietários foi determinante na definição da estrutura agrária do Brasil até hoje (PRADO JUNIOR, 1970).

A proclamação da independência do Brasil em 1822, marca oficialmente o fim da colonização no Brasil, passando as terras brasileiras a pertencer à nova pátria. Com a extinção do sistema de sesmarias a posse da terra passou a ocorrer livremente, estendendo-se até 1850.

Em 1850, com a proibição do tráfico negreiro e a iminência da chegada de imigrantes para trabalharem nas lavouras de café do centro-sul, era necessária uma forma que garantisse os interesses dos então “Barões do Café”, para que estes não perdessem suas riquezas (terras). Em 1850, é criada a Lei de Terras, quando o Estado abdica do direito de posse sobre a terra e permite sua privatização, favorecendo assim à elite oligárquica, tornando a “terra cativa” (FERNANDES, 2000). À medida que o acesso à propriedade passava a ser feita pela compra, impedia o acesso a terra pelos homens livres e imigrantes pobres que chegavam ao Brasil, impedindo a proliferação de pequenas propriedades, preservando a estrutura fundiária herdada do sistema colonial. Com isso, houve uma impossibilidade histórica da classe trabalhadora disputar o patrimônio fundiário do país.

[...] O primeiro passo foi reconhecer abertamente aquilo que todo trabalhador livre sabe, ao menos, por intuição: o trabalho é a fonte da riqueza. Mas esse reconhecimento, na verdade, abria caminho para que o trabalhador decidisse trabalhar por si mesmo, ocupando ampla faixa de terras livres que o país então possuía. Para evitar que isso ocorresse, já em 1850, quando cessa completamente o tráfico negreiro (dificultando o abastecimento das fazendas com mão-de-obra escrava), a mesma burguesia agrária obtém a aprovação de uma lei n.º 601, conhecida como lei de terras, que impedia o acesso às terras devolutas<sup>3</sup>, por outro meio que não fosse a compra [...] (SOUZA MARTINS, 1981).

No período republicano de 1889 a 1930, dominado pela oligarquia cafeeira, as indefinições das datas para as regularizações das posses originaram diversos conflitos violentos, devido às apropriações das posses mais antigas ocupadas por pequenos

---

<sup>3</sup> Terras que tinham sido doadas a particulares em favor da colonização, pelo rei de Portugal e acabaram sendo devolvidas ao domínio do Estado por uma série de motivos. O termo terras devolutas, posteriormente passou a ser definido como terras pertencentes ao poder federal, ao estadual e ao municipal.

posseiros, por trabalhadores rurais, pelos grandes fazendeiros e pelas companhias estrangeiras, que foram beneficiadas com concessões de terras públicas. Datam deste período os conflitos da Guerra de Canudos, Guerra do Contestado e, no Paraná, em Jacarezinho e região de Tibagi e Faxinal.

[...] Fechava-se o século XIX com uma guerra contra os camponeses e abria-se o século XX com outra. No Sul do Brasil, no Paraná e em Santa Catarina, também, os coronéis controlavam a terra e a vida dos camponeses. [...] na região fronteira destes estados começara outro movimento de resistência. A entrega de terras à empresa norte-americana para a construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande gerou a expropriação de camponeses, que organizaram a resistência. [...] Foram vários enfrentamentos com a Polícia, contra o Exército e contra jagunços. Milhares de camponeses foram assassinados. [...] Da mesma forma no Contestado, como em Canudos e em diversos outros movimentos messiânicos que ocorreram no Brasil, os camponeses foram destroçados. (FERNANDES, 2000)

Após os anos de 1930, a oligarquia rural perde o poder quase absoluto que detinha. Há um rearranjo da agricultura assim como toda a economia brasileira e mundial. Inicia-se a fase de industrialização baseada na substituição das importações pelo consumo interno. As cidades reforçam seu crescimento, as massas operárias se fazem mais presentes no contexto político. No geral, o modo de produção capitalista vai tornando-se hegemônico na economia brasileira (GRAZIANO NETO, 1988). No ano de 1946, foi elaborada a Nova Constituição. Nesse período, as discussões sobre reforma agrária se intensificam quando surgem com maior força as reivindicações de setores ligados aos trabalhadores do campo, embora nenhum projeto de lei tenha sido aprovado.

Durante a década de 1950, a luta pela reforma agrária ganhou força, vários conflitos ocorrem como consequência das lutas de posseiros em Goiás e no sudoeste do Paraná, dos arrendatários em São Paulo e, com maior destaque, a luta pela posse da terra pelas ligas camponesas<sup>4</sup> em Pernambuco. Em 1962, foi criada a Superintendência de Política Agrária – Supra. Em 1963, foi aprovado e sancionado o Estatuto do Trabalhador Rural, que inseria o trabalho no campo dentro da legislação trabalhista. No início de 1964, o governo federal tomou uma série de providências com vistas a efetivar a desapropriação de terras, além de propor mudanças na Constituição para permitir a reforma agrária (GOMES da SILVA, 1971).

---

<sup>4</sup> As Ligas Camponesas surgiram por volta de 1945. Elas foram uma forma de organização política de camponeses que resistiram a expropriação (privação da propriedade mediante indenização) e a expulsão da terra.

## 2.2 REFORMA AGRÁRIA

A reforma agrária é legitimada sob a perspectiva do desenvolvimento econômico combinado com a diminuição da pobreza, pela oferta de trabalho e pela dinamização do desenvolvimento local e regional (GEHLEN, 2004).

É um processo profundo de reordenamento fundiário que afeta o valor e a distribuição de riqueza patrimonial e também produz fortes reações das classes proprietárias e atinge a estrutura de poder em muitas áreas do país (BUAINAIN et al., 2004).

Com o golpe de Estado ocorrido no ano de 1964, a ditadura militar sanciona a Lei 4.504, que dispõe sobre o “Estatuto da Terra”, criando o IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária e o INDA – Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário.

[...] “Considera-se Reforma Agrária o conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e o aumento da produtividade” (Estatuto da Terra, (Lei 4504), Art. 1o §1o). [...] como objetivos: “A Reforma Agrária visa estabelecer um sistema de relações entre o homem, a justiça social, o progresso e o bem-estar do trabalhador rural e o desenvolvimento econômico do País, com a gradual extinção do minifúndio e do latifúndio” (ESTATUTO DA TERRA, 1964).

Após a promulgação do Estatuto da Terra, no período de 1964 a 1979 apenas 9.327 famílias foram beneficiadas em projetos de reforma agrária e um total de 39.948 famílias beneficiadas em projetos de colonização (BRASIL, 1997). Apesar do debate sobre a reforma agrária na década de 1960 estar centrado em um “processo de transformação da estrutura agrária brasileira, via desapropriação de latifúndios improdutivos”, isto não ocorreu (GUANZIROLI et al., 2001).

O Estatuto da Terra respaldou um longo processo de colonização, em especial na região Norte e Centro-Oeste, por meio da implantação de assentamentos de colonos oriundos do Sudeste e do Sul (BERGAMASCO, 1997). A reforma agrária serviu mais para acalmar os anseios de setores de oposição ao Regime Militar, a proporcionar um verdadeiro reordenamento agrário. O que ocorre é uma forma de colonização dirigida, visando principalmente à redução dos conflitos no campo e questões de segurança interna (GRAZIANO da SILVA, 1987). A verdadeira reforma agrária sucumbiu e em seu lugar houve uma aliança com o setor privado.

[...] A política de colonização oficial e particular, conforme foi formulada e posta em prática nesses anos, teve a conotação de uma contrarreforma agrária [...] As burguesias de base rural, que apoiaram maciçamente o Golpe de Estado de 1964, para evitar precisamente a reforma agrária, continuaram a pressionar o poder estatal no sentido de desenvolver uma política agrária de contrarreforma [...] O que prevaleceu foi o interesse econômico e político da grande empresa do capital monopolista, que passou a estender-se por essa região (Centro-oeste e Norte) com ampla proteção econômica e política do Estado. [...] (IANNI, 1979).

[...] A maior parte dos migrantes que chegaram a Rondônia não conseguiram lotes nem no primeiro, nem no segundo ano. Outros ganharam lotes em áreas sem qualquer tipo de acesso, distantes mais de 100 km das estradas. Tanto num caso como no outro, estes camponeses se instalaram nos lotes já produtivos de parentes ou amigos na qualidade de agregados ou meeiros. [...] (OLIVEIRA, 1987).

A partir das décadas de 1970 e 1980, este debate recaiu sobre a transformação desta estrutura agrária via modernização dos processos produtivos, através da “Revolução Verde”. Esta chamada “Revolução Verde” contribuiu para uma nova configuração da sociedade, principalmente nas relações sociais de produção, pois atividades antes desenvolvidas por pessoas agora passaram a ser desenvolvidas por máquinas.

[...] Atrás dos aparentes objetivos generosos e humanitários da “Revolução Verde” ocultavam-se poderosos interesses econômicos. A “Revolução Verde” serviu de carro-chefe para ampliar no mundo a venda de insumos agrícolas modernos: máquinas, equipamentos [...] mais voltada pra expandir os interesses da indústria do que o da agricultura, que é apenas um subsistema dentro e a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial (BRUM, 1985).

Neste mesmo período foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, resultado da fusão do antigo Instituto Brasileiro de Reforma Agrária - IBRA e do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário – INDA (BRUM, 1988). O INCRA foi criado em virtude da necessidade de uma simplificação administrativa e de reformulação das políticas de colonização no Brasil, tendo como principal função na época a realização da reforma agrária, a promoção da colonização particular e a execução da colonização oficial (CARDOSO; MULLER, 1978).

Em meio às manifestações e discussões que exigiam a abertura democrática e as desastrosas conseqüências da modernização da agricultura, que excluiu e desempregou milhares de trabalhadores, ressurgem mobilizações populares nas ruas das principais cidades brasileiras. Diferentes setores da sociedade iniciam um processo de reorganização e

reivindicações, entre elas a reforma agrária. Os problemas de acesso à terra persistiam e se aprofundavam, a revolução verde havia provocado aumento do êxodo rural. Esse período foi marcado por intensos conflitos entre posseiros e fazendeiros, que resultaram em muitas mortes, principalmente de posseiros (MARTINS, 1985).

A partir dos anos de 1980, com o fim do regime militar, as forças sociais, podem no ambiente de abertura democrática debater a questão agrária e se articular amplamente. Nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (formalmente constituído em 1984); reorganiza-se a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG); a Comissão Pastoral da Terra da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em 1979, é fortalecida pela Igreja e surgem várias organizações não governamentais (ONGs) em apoio à Campanha Nacional de Reforma Agrária.

Neste período registrou-se a implantação de assentamentos rurais em toda a Federação, porém, de forma lenta e irregular (BERGAMASCO, 1997). Esses projetos de assentamentos foram criados mais para resolver os problemas de conflitos localizados, que a resolver os problemas de combate à pobreza e exclusão social (NORDER, 1997).

Em 1985, durante o governo do Presidente José Sarney, foi criado o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, ao qual o Incra passou a ser subordinado. Elabora-se o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária, que previa o assentamento de 1.400.000 famílias em cinco anos. Diante de pressões contrárias à reforma agrária, principalmente pela União Democrática Ruralista (UDR) o plano original sofreu alterações significativas e, no final do governo Sarney (1990), somente 10% do número de beneficiários previstos inicialmente nos projetos de reforma agrária foram atendidos. Nesse período, o Incra chegou a ser extinto no ano de 1987 e restabelecido em 1989. Ainda neste governo também é elaborada a Constituição de 1988, expressando as lutas sociais, no inciso XXIII do art. 5º estabelece que “a propriedade atenderá sua função social”, definindo a terra como um bem social (DELGADO, 2005).

Com a extinção do Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário pelo governo Collor (1990 - 1992), o programa de reforma agrária é paralisado. O governo seguinte, de Itamar Franco (1992 - 1994), resgata a iniciativa de desenvolver projetos de reforma agrária e retoma o processo de desapropriações; porém, com resultados de pouca expressão.

No primeiro mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, após o massacre de Corumbiara em Rondônia, em agosto de 1995, e de Eldorado dos Carajás no

Pará, em abril de 1996, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, responsável pela reforma agrária e, posteriormente, também pela agricultura familiar.

Aumenta a atuação do estado através de linhas de crédito específicas, como o Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária - Procefa e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Neste governo, foram feitos vários estudos sobre os sistemas de produção, a qualidade de vida, os sucessos e insucessos dos projetos de assentamentos. Destaca-se entre eles a realização do I Censo da Reforma Agrária em 1996 (DELGADO, 2005).

Os movimentos sociais conduzem com relativo sucesso, uma ampla mobilização para a ocupação de terras e provocar a intervenção estatal a favor da reforma agrária. Somente no ano de 1999, em que Fernando Henrique Cardoso assume seu segundo mandato, as ocupações atingem o seu máximo com 118.620 famílias em 897 ocupações (INCRA, 2010a).

Como reação, é editada a Medida Provisória 2.109 - 52 de 24 de maio de 2001, que criminalizava a luta pela terra, prevendo o impedimento, por dois anos, da vistoria de imóveis rurais onde tenham sido realizadas ocupações de terra, além de excluir dos programas de reforma agrária todos os trabalhadores que participassem destas ocupações. Com essas Medidas o número de famílias em ocupações e famílias assentadas diminuiu drasticamente.

Neste contexto, sob o pretexto de minimizar a violência no campo e enfraquecer as forças dos Movimentos de Trabalhadores Rurais Sem Terra, principalmente o MST, surge com o apoio do Banco Mundial, uma política agrária via compra de terra direta, popularizada como “Reforma Agrária de Mercado” - RAM, sobre o qual foram implantados três programas de acesso a terra e com concepção de desenvolvimento rural: Cédula da Terra - CT, Banco da Terra - BT e Programa Nacional de Crédito Fundiário - PNCF.

Questionando esta política, Sauer (2008), afirma que o modelo proposto pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD não é uma modalidade de reforma agrária redistributiva, pois tem como princípio a compra e venda de terra entre agentes privados, acrescida de uma parcela variável de subsídio para investimentos socioprodutivos. A reforma agrária redistributiva, por sua vez, consiste em uma ação do Estado que, em um curto espaço de tempo, redistribui uma quantidade significativa de terras privadas, apropriadas por uma classe de grandes proprietários. O objetivo é democratizar a estrutura agrária e promover o desenvolvimento nacional, transformando as relações de poder econômico e político, responsáveis pela reprodução da concentração fundiária. Enquanto

política redistributiva, implica, antes de tudo, a desapropriação punitiva de terras privadas que não cumprem a sua função social.

O Programa Cédula da Terra (1997 – 2002), enquanto projeto “piloto”, financiou terras para famílias dos Estados da Bahia, Pernambuco, Norte de Minas Gerais, Ceará e Maranhão, beneficiando latifúndios improdutivos, com o pagamento à vista da terra, aquisição de terras devolutas, sendo muitas de má qualidade e com preços inflacionados (RESENDE; MENDONÇA, 2004).

O Programa Banco da Terra (1999 – 2002) foi criado com a finalidade de ser mais um mecanismo de acesso a terra para suprir as necessidades dos trabalhadores rurais sem terra ou de pequenos agricultores e suas famílias que não possuísem condições suficientes para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2008). As terras a serem financiadas não poderiam estar sujeitas à desapropriação pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O objetivo era financiar a aquisição de terra e obras de infraestrutura básica no valor de até R\$ 40 mil, a serem pagos no prazo de vinte anos. Já para Alentejano (2000), fica claro que a intenção deste Programa era de minimizar a força conquistada pelo MST.

[...] Ao eleger o Banco da Terra como instrumento de obtenção de terras e propor a descentralização das ações fundiárias, transferindo a maior parte da responsabilidade para o âmbito municipal – num país tradicionalmente marcado pelo poder das oligarquias locais, o governo não só busca desarticular o movimento, apostando na incapacidade deste de se contrapor ao poder local, como aposta na desmobilização dos sem terra, pois oferece, teoricamente, a possibilidade de obtenção de terra sem necessidade de mobilização, pressão política e tampouco sacrifícios[...] (ALENTEJANO, 2000).

Mas assim como o Cédula da Terra, o Banco da Terra apresentou problemas como: a) desvio de finalidades de recursos; b) fraudes na emissão de laudos técnicos; c) supervalorização dos imóveis; d) desinformação dos beneficiários, quanto ao projeto e compromissos assumidos (DOMINGOS NETO, 2004), além das dificuldades dos beneficiários em realizar o pagamento das parcelas referente a aquisição da terra.

Até o final do ano de 2002, e com o término do Programa, o Banco da Terra contemplou 34.478 famílias em todo o Brasil. No Estado do Paraná foram beneficiadas 2.160 famílias, ocupando uma área de 24.210 ha (BRASIL, 2010a).

Em substituição ao Banco da Terra, surge o Programa Nacional de Crédito Fundiário – PNCF iniciado em abril de 2002 e estando em vigência até hoje. O Programa Nacional de Crédito Fundiário é executado de forma descentralizada, em parceria com os

governos estaduais e com o movimento sindical de trabalhadores rurais e da agricultura familiar e conta com a participação dos Conselhos Municipais e Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável (BRASIL, 2010b). Para cada público, há uma linha de financiamento:

- Combate à Pobreza Rural : destinado às regiões e aos trabalhadores mais pobres;
- Consolidação da Agricultura Familiar: para agricultores familiares que desejam ampliar sua propriedade.
- Nossa Primeira Terra: para os jovens filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas e Escolas Família Agrícola; esta linha abrange duas categorias - Nossa primeira Terra/Combate a Pobreza Rural – (NPT/CPR) e Nossa Primeira terra/Consolidação da Agricultura Familiar (NPT/CAF).

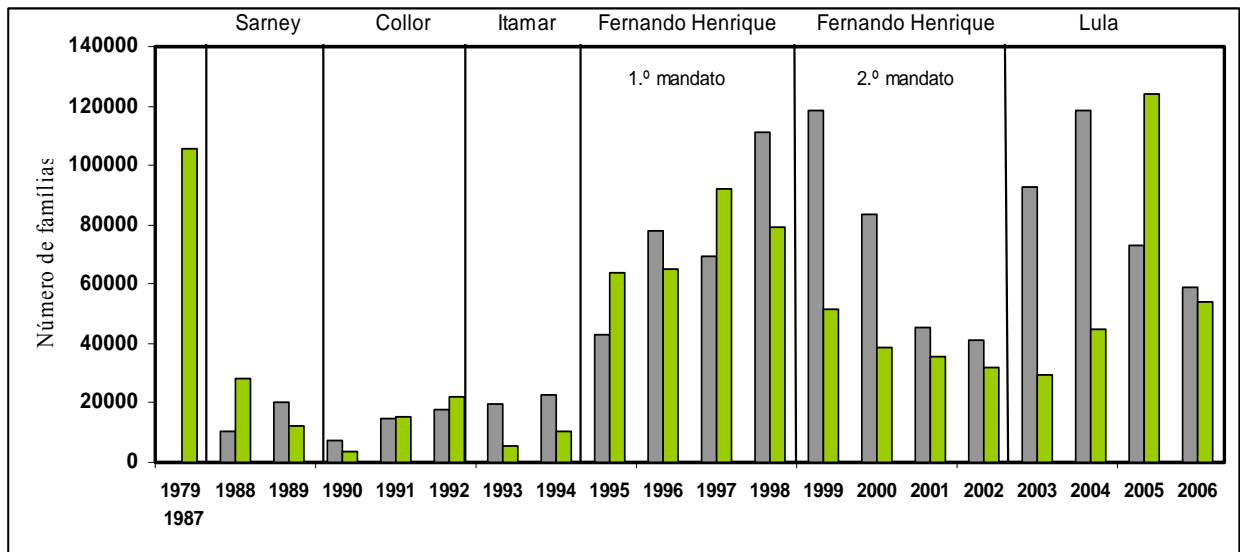
Com a vitória do partido dos trabalhadores e a eleição do presidente Lula em 2003, houve grande esperança de mudança social e da política no Brasil. A eleição de Lula teve apoio de vários movimentos sociais, entre eles, aqueles envolvidos com a reforma agrária. Um dos grandes desafios do novo governo, historicamente relacionado ao partido dos trabalhadores, era a questão da reforma agrária.

No final de 2003, é lançado o novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), que estabelece o acesso à terra a 530 mil famílias até o final do ano de 2006, sendo 400 mil famílias assentadas pelo Programa da Reforma Agrária e outras 130 mil pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Inicia-se um crescimento das ocupações e conseqüentemente dos assentamentos em virtude da minimização da aplicação da criminalização prevista na Medida Provisória determinada no governo anterior, e pela esperança que os movimentos sociais de sem terra depositavam no Presidente Lula para a realização de uma reforma agrária mais ampla, o que não ocorreu.

Girardi (2008) apresenta o Gráfico 1, onde é possível observar a evolução do número de famílias em ocupações de terra e o número de famílias assentadas pelo INCRA, nos diferentes governos, mostrando que as pressões realizadas pelas ocupações de terra é que motivaram o assentamento das famílias.

- Famílias em ocupações de terra
- Famílias assentadas



Fonte: Girardi (2008).

**Gráfico 1** – As lutas e conquistas pela terra no Brasil e os períodos de governo.

Se por um lado, a história da reforma agrária brasileira mostra inconstância nas políticas governamentais e na intensidade das pressões dos movimentos sociais, o mesmo não pode ser observado quanto à concentração de terras no país. A atual configuração fundiária nacional apresentou poucas alterações nas últimas décadas. Entre 1967 e 1978, os latifúndios no Brasil ampliaram sua área em 69.939.589 ha e as pequenas propriedades perderam 7.399.875 ha. Apesar da luta pela terra na década 1980, os dados de 1992 continuaram a revelar o caráter concentrador da terra no Brasil (SAMPAIO, 2007).

No Quadro 1 são observados os dados do INCRA, referentes à estrutura fundiária no País nos anos de 1992 e 2003. Observa-se que em 2003 os imóveis pequenos (menos de 200 ha) representavam 92,56% do número total de imóveis e apenas 28,42% da área total, perfazendo uma área média de 30 ha. Ao contrário, os imóveis médios e grandes (200 ha e mais) correspondiam a 7,44% dos imóveis e 71,57% da área total, resultando em uma área média de 938 ha. Esta distribuição é desigual, corroborando com os resultados do índice de Gini<sup>5</sup> para evidenciar a concentração fundiária no Brasil. Observando os dados de 2003,

<sup>5</sup> O índice de Gini consiste em um número entre 0 e 1, neste caso, calculando a desigualdade de distribuição fundiária, onde 0 corresponde à completa igualdade fundiária (onde todos têm a mesma área) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a área, e as demais nada têm). O índice de Gini é o coeficiente expresso em pontos percentuais (é igual ao coeficiente multiplicado por 100).

conclui – se que enquanto a área total dos imóveis é dividida quase igualmente entre os três grupos, o número de imóveis é extremamente desigual (INCRA, 2010b).

Classe de área (ha)	1992				2003			
	Imóveis	Área	%	% da	Imóveis	Área	%	% da
		(ha)	Imóveis	Área		(ha)	Imóveis	Área
Menos de 1	47.034	24.483,10	1,61	0,01	81.995	43.409,10	1,91	0,01
1 a 2	88.408	12.422,40	3,02	0,04	141.481	191.005,50	3,30	0,05
2 a 5	343.539	1.168.374,60	11,75	0,38	559.841	1.874.158,80	13,05	0,45
5 a 10	428.783	3.116.262,60	14,66	1,01	626.480	4.530.025,20	14,60	1,08
10 a 25	804.376	13.081.255,30	27,51	4,22	1.109.841	18.034.512,20	25,87	4,31
25 a menos de 50	477.439	16.679.065,90	16,33	5,38	693.217	24.266.354,60	16,16	5,80
50 a menos de 100	319.256	22.205.515,70	10,92	7,16	485.956	33.481.543,20	11,33	8,00
100 a menos de 200	191.539	26.032.300,20	6,55	8,40	272.444	36.516.857,80	6,35	8,73
<b>Menos de 200 Pequena</b>	<b>2.700.374</b>	<b>82.427.679,80</b>	<b>92,35</b>	<b>26,59</b>	<b>3.971.255</b>	<b>118.937.866,40</b>	<b>92,56</b>	<b>28,42</b>
200 a 500	133.506	41.147.556,90	4,57	13,27	181.919	56.037.443,20	4,24	13,39
500 a 1000	48.873	33.812.939,40	1,67	10,91	68.972	47.807.934,80	1,61	11,42
1000 a 2000	22.374	30.767.926,40	0,77	9,92	35.281	48.711.363,10	0,82	11,64
<b>200 a menos de 2000 Média</b>	<b>204.753</b>	<b>105.728.422,70</b>	<b>7,00</b>	<b>34,10</b>	<b>286.172</b>	<b>152.556.741,10</b>	<b>6,67</b>	<b>36,45</b>
2000 a 5000	13.982	41.222.330,50	0,48	13,30	26.341	77.612.461,80	0,62	18,55
5000 a 10000	3.190	22.414.364,90	0,11	7,23	5.780	41.777.204,40	0,13	9,98
10000 a 20000	1.187	16.269.632,00	0,04	5,25	635	8.600.734,20	0,01	2,05
20000 a 50000	537	15.610.841,20	0,02	5,04	294	8.502.361,60	0,01	2,03
50000 a 100000	113	7.604.137,20	0,00	2,45	32	2.181.546,40	0,00	0,52
100000 e mais	68	18.753.343,90	0,00	6,05	22	8.314.316,30	0,00	1,99
<b>2000 e mais Grande</b>	<b>19.077</b>	<b>121.874.649,70</b>	<b>0,65</b>	<b>39,31</b>	<b>23.104</b>	<b>146.988.724,80</b>	<b>0,77</b>	<b>35,12</b>
<b>TOTAL</b>	<b>2.924.204</b>	<b>310.030.752,20</b>	<b>100</b>	<b>100</b>	<b>4.290.531</b>	<b>418.483.332,30</b>	<b>100</b>	<b>100</b>
<b>Índice de GINI</b>		<b>0,826</b>				<b>0,816</b>		

Fonte: Incra (2010b).

**Quadro 1** – Estrutura fundiária e índice de Gini – 1992 e 2003.

Apesar do INCRA classificar áreas de até 200 ha como sendo pequenas propriedades rurais, para a realidade de Florestópolis esta classificação não é válida, pois de acordo com a Lei Agrária (8.629/1993) é definida como pequena propriedade rural, aquelas que possuem áreas de no máximo 4 módulos fiscais, que no caso de Florestópolis corresponde até 56 ha.

As formas de apropriação fundiária do território nacional, segundo Delgado (2005), podem ser identificadas por cinco fontes de titularidade das terras: 1) o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), onde estão registradas as propriedades privadas sujeitas à função social; 2) as terras públicas, parques e unidades de conservação (inscritas no Serviço de Patrimônio da União – SPU); 3) as áreas indígenas – cuja titularidade é controlada pela

Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e inscritas no SPU; 4) as terras de entidades estatais formalizadas, não inscritas no SNCR; e 5) as terras devolutas, ou seja, terras públicas não legalizadas e, em geral, não controladas legalmente. A tabela 1 apresenta um resumo da situação fundiária no Brasil em 2003.

**Tabela 1** – Brasil: macroconfiguração fundiária do território em 2003 (milhões de ha)

Área Territorial Nacional	100,00 (%)	850,20
Áreas cadastradas oficialmente no SNCR	51,35	436,60
Áreas improdutivas autodeclaradas	14,17	120,40
Estoque de áreas de assentamentos sob domínio da União	4,70	40,00
Unidades de conservação (parques nacionais)	12,00	102,06
Áreas indígenas	15,10	128,47
Terras públicas formalizadas	0,49	4,20
Terras devolutas (públicas não legalizadas)	20,34	172,95

Fonte: Delgado (2005).

Esse ordenamento territorial revela que as terras declaradamente improdutivas somadas às terras devolutas, sem qualquer controle público, correspondem a 34% do território nacional. As terras devolutas contemplam uma enormidade de situações irregulares sobre terras públicas como: grilagem, posses ilegais, titulação fictícia, entre outras, que não são fiscalizadas, tributadas ou sofrem intervenção da autoridade fundiária, posto que estas não estão inscritas oficialmente no Cadastro de Imóveis Rurais (DELGADO, 2005). Por outro lado, o número de trabalhadores que demandam terra no Brasil demonstra a necessidade de uma ampla reforma agrária (GASQUES; CONCEIÇÃO, 2000).

Segundo Sparovek (2003), nos debates sobre a reforma agrária, a questão mais importante que se coloca é se a estrutura agrária do país é um obstáculo ao crescimento da sua agricultura e, por conseqüência, ao seu próprio desenvolvimento. No amplo e variado conjunto de estudos e pesquisas sobre este tema, há diversos autores que assumem a posição de que esta ideia não é verdadeira. Entretanto, a maioria dos demais estudiosos da questão agrária considera que a estrutura agrária é sim um obstáculo ao desenvolvimento da agricultura e do país. No entanto, as posições não são homogêneas, com grande diversidade nas análises e interpretações. Neste grupo, há autores que não consideram a estrutura agrária como limitante para o crescimento da agricultura, mas estão preocupados com as questões sociais e encaram a reforma agrária como uma política compensatória e assistencial.

Entre os demais autores favoráveis à reforma agrária, as opiniões se diferenciam quanto ao nível de intervenção do Estado, com o propósito de mudar a estrutura fundiária. Dessas, duas se destacam: a) aquelas com foco preponderantemente técnicoeconômico, considerando que a reforma agrária deve estar limitada a regiões sobre as quais a agricultura não se modernizou e não se integrou aos mercados; b) no outro extremo, estão os autores que entendem a reforma agrária como um amplo processo de mudanças na propriedade e no uso da terra, abrangendo dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais (SPAROVEK, 2003). Após análise sobre o posicionamento destes autores acerca da pertinência ou não da Reforma Agrária, somos favoráveis a uma ampla Reforma Agrária não de forma compensatória, mas redistributiva e que possibilite o desenvolvimento econômico, social, político e cultural.

### 2.3 ASSENTAMENTOS RURAIS

Os projetos de assentamentos rurais no Brasil estão divididos em duas categorias: Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – RA, que na sua maioria foram e ainda são implantados em virtude das pressões realizadas pelos movimentos de trabalhadores rurais sem terra; e Projetos de Reforma Agrária de Mercado – RAM, iniciada no governo Fernando Henrique Cardoso (1995 - 1998; 1999 – 2002), cuja política de implantação de assentamentos é realizada através de compra direta de terras, fomentada pelo Banco Mundial (BIRD).

[...] O Anexo da Portaria/MDA/ n.º80 de 24 de abril de 2002 define assentamento de reforma agrária como sendo: Unidade Territorial obtida pelo programa de reforma agrária do Governo Federal, ou em parceria com Estados ou Municípios, por desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra. [...] A mesma portaria define assentado como sendo o “candidato inscrito, que após ter sido entrevistado foi selecionado para ingresso ao Programa de Reforma Agrária, lhe sendo concedido o direito ao uso de terra identificada, incorporada ou em processo de incorporação ao Programa”. [...] (BRASIL, 2002).

### **Categoria de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária – RA**

A categoria de projetos de Assentamentos da Reforma Agrária – RA é classificada em 18 tipos de assentamentos rurais conforme demonstrado no Quadro 2, e cujas características sobre cada tipo são apresentadas no anexo A.

<b>SIGLA</b>	<b>PROJETOS DE ASSENTAMENTOS - RA</b>
AQ	Assentamento Quilombola
PA	Projeto de Assentamento Federal
PAE	Projeto de Assentamento Agroextrativista
PAF	Projeto de Assentamento Florestal
PDS	Projeto de desenvolvimento Sustentável
PAM	Projeto de Assentamento Municipal
PCA	Projeto de Assentamento Casulo
PE	Projeto de Assentamento Estadual
PFP	Projeto Fundo de Pasto
FLONA	Florestas Nacionais
PRB	Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens
RESEX	Reserva Extrativista
RDS	Reserva de Desenvolvimento Sustentável
PAC	Projeto de Assentamento Conjunto
PAD	Projeto de Assentamento Dirigido
PAR	Projeto de Assentamento Rápido
PC	Projeto de Colonização Oficial
PIC	Projeto Integrado de Colonização

Fonte: Adaptado de Rocha (2009).

**Quadro 2** – Tipos de Projetos de Assentamentos Rurais - RA.

### **Política de obtenção de terras pelo Projeto de Reforma Agrária – RA**

A obtenção de terras para a implantação de assentamentos rurais na categoria Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – RA é realizado através de doze políticas de obtenção, demonstrado no Quadro 3, que se utiliza de critérios legais, possibilitando destinar terras para o processo de Reforma Agrária (ROCHA, 2009).

POLÍTICA DE OBTENÇÃO	CARACTERÍSTICAS	REFERÊNCIAS
Adjudicação	Ato judicial em que é transmitida a propriedade de uma determinada coisa de uma pessoa para outra. Esta terá todos os direitos de domínio e posse. É o caso, por exemplo, da adjudicação dos bens penhorados como forma de pagamento ao credor no processo de execução por quantia certa contra devedor solvente.	Arts. 708, 714 a 715 do Código de Processo Civil
Arrecadação	A arrecadação se dá por duas formas: <b>1- Arrecadação de terras devolutas:</b> é o ato de incorporar ao patrimônio público as terras devolutas não cobertas por título de domínio particular, ou que sob elas não pese contestação ou reclamação administrativa ou promovida por terceiros, quanto ao seu domínio ou posse É o ato de incorporar ao Patrimônio Público (União, Estados e Municípios) as terras discriminadas e consideradas como devolutas. <b>2- Arrecadação sumária:</b> é o procedimento que incorpora, por portaria, terras públicas identificadas como devolutas.	Art. 28 da Lei 6.383/76
Cessão	É feita a transferência dos direitos de uso de terras pertencentes ao Poder Público para comunidades nativas ou organizações profissionais de coletores, tendo por fim a reforma agrária.	
Compra e venda	O artigo 1.º do Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992, autoriza o INCRA a adquirir imóveis rurais, por compra e venda para fins de reforma agrária, forma esta também prevista na alínea "c", do artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964. O art. 2.º do mencionado Decreto prevê que o processo de aquisição de terras terá início mediante proposta de compra do imóvel rural de propriedade de particular, apresentado pelo INCRA, estado ou município que tenha celebrado convênio para esse fim.	Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992  Artigo 17, da Lei 4.505, de 30 de novembro de 1964
Confisco	Caracteriza-se pela apreensão e integração compulsória ao patrimônio público de bem particular, ou, teoricamente, bem de outras pessoas jurídicas de direito público. O Confisco tem, portanto, o sentido de apoderamento do patrimônio alheio, seja por apreensão ou por adjudicação, ocorrente quando o ex-proprietário é destituído de seus bens, sem nenhuma indenização. O art. 243 da Constituição Federal prevê: "As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao	Art. 243 da Constituição Federal  Art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991

	<p>proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei". Determinação legal reforçada pelo contido no art. 1º, da Lei nº 8.257, de 26 de novembro de 1991: "As glebas de qualquer região do país onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas serão imediatamente expropriadas e especificamente destinadas ao assentamento de colonos, para o cultivo de produtos alimentícios e medicamentosos, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, conforme o art. 243 da Constituição Federal".</p>	
Desapropriação	<p>A desapropriação de terras para fins de reforma agrária é prevista nos artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal e se aplica aos imóveis rurais que não cumprem com sua função social. É o principal instrumento utilizado até aqui para o assentamento de famílias de trabalhadores rurais. O texto constitucional autoriza a União a propor a ação de desapropriação, a partir de decreto presidencial, declarando o imóvel como de interesse social para fins de reforma agrária. Expropriar ou desapropriar, nessa situação, se refere ao fato de transferir bens particulares para o domínio público. O amparo legal para a promoção da desapropriação por interesse social utilizada pelo INCRA é Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962 e a Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003 que permite a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária.</p>	<p>Artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal</p> <p>Lei n.º 4.132 de 10 de setembro de 1962</p> <p>Lei 8.629 de 25 de fevereiro de 2003</p>
Discriminação	<p>A discriminação precede a arrecadação de terras. Discriminação é o procedimento utilizado para saber quais terras estão sob o domínio público e quais estão sob o domínio particular, permitindo que possam ser arrecadadas. O art. 18 da Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976 confere poderes ao INCRA para representar a União nas ações de discriminação judicial de terras devolutas. O processo discriminatório administrativo é instaurado por comissões especiais constituídas de três membros, de acordo com o art. 2º da mencionada Lei. As comissões especiais criadas por atos do presidente do INCRA e com jurisdição e sede estabelecidas no ato da criação, ficando os seus presidentes revestidos de poderes da União, para promover o processo discriminatório previsto nessa Lei.</p>	<p>Art. 18 da Lei 6.383, de 7 de dezembro de 1976</p>

Doação	É o contrato pelo qual uma pessoa, física ou jurídica, (doador), por liberdade, transfere um bem de seu patrimônio para o de outra (donatário), que o aceita. É um contrato civil fundamentado na vontade do doador, embora possa incidir encargos para o donatário. A doação só se aperfeiçoa com a aceitação do donatário, seja pura ou sem encargo. Em qualquer caso depende de lei estabilizadora que estabeleça as condições para sua efetivação. O imóvel a ser doado deve ser previamente avaliado, não sendo exigível licitação para o contrato alienativo.	Arts. 538 e seguintes, do Código Civil (Lei 10.406/2002).
Incorporação	Sem informações	Sem informações
Reconhecimento	O reconhecimento é uma medida adotada pelo governo federal para incorporar projetos de assentamentos rurais criados pelos governos estaduais e municipais. Em alguns casos são áreas regularizadas pelos governos estaduais e municipais que passam a compor os programas de reforma agrária	DATALUTA II PNRA
Transferência	Transferência é o ato de transferir o direito de propriedade de um imóvel, de uma para outra pessoa, física ou jurídica, por qualquer das formas, por leis aceitáveis e reconhecidas.	Sem informações
Reversão de domínio	Ato ou efeito de reverter, voltar ao primeiro dono, devolução, reversão de um direito. Regresso a um primitivo estado. O instituto da reversão está, pois ligado à realização de um razoável equilíbrio entre o interesse público e os interesses particulares e ao respeito por exigências de proporcionalidade na realização do interesse público quando este exija a intervenção forçada no direito de propriedade. A reversão na expropriação por utilidade pública constitui, assim, um instituto de realização de equilíbrio entre os interesses públicos e privados e, por isso, um mecanismo de tutela da própria conformação e realização do interesse público pressuposto à intervenção expropriativa.	Instrução Normativa/ n.º 2, de 20 de Março de 2001

Fonte: Adaptado de Rocha (2009).

**Quadro 3** – Relação e Caracterização das Políticas de Obtenção de Terras para a Categoria de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária – RA.

Até o ano de 2009, somam no Brasil, 8.562 projetos de assentamentos rurais realizados pelo Incra, que ocupam uma área de 84.279.446 hectares, conforme demonstrado na Tabela 2, beneficiando pouco mais de 900 mil famílias distribuídas em cerca

de dois mil municípios. No Estado do Paraná estão registrados 311 Projetos de Assentamentos totalizando uma área de 407.975 hectares (INCRA 2010c).

**Tabela 2** – Total de assentamentos de Reforma Agrária – RA, realizados pelo INCRA desde o ano de 1979 até o ano de 2009.

<b>Região</b>	<b>Projetos de assentamentos</b>	<b>Área ocupada (ha)</b>
Norte	1.953	64.145.381
Nordeste	3.924	10.124.418
Sudeste	708	1.300.949
Sul	796	794.997
Centro Oeste	1.181	7.913.701
<b>Brasil</b>	<b>8.562</b>	<b>84.279.446</b>

Fonte: Incra (2010d)

### **Categoria de Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado - RAM**

A segunda categoria de assentamentos conhecidos como Reforma Agrária de Mercado - RAM, são classificadas em 6 tipos de projetos de assentamentos rurais como mostra o Quadro 4. A gestão desta categoria de assentamentos é de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, lembrando que o INCRA não possui nenhuma participação sobre esta política. Todo o processo de execução da proposta para o projeto de assentamento tem a participação de entidades como: CONTAG, FETRAF, Conselhos municipais de desenvolvimento rural sustentável, Cooperativas, associações e Ong's. Na prática, o Estado financia a compra voluntária de terras de proprietários privados. O proprietário é pago em dinheiro a preço de mercado. O assentado adquire o imóvel e deve pagá-lo em parcelas anuais, com juros subsidiados.

<b>SIGLA</b>	<b>PROJETOS DE ASSENTAMENTOS - RAM</b>
CT	Cédula da Terra
BT	Banco da Terra
CPR	Crédito Fundiário Combate a Pobreza Rural
CAF	Crédito Fundiário Consolidação da Agricultura Familiar
NPT/CAF	Crédito Fundiário Nossa Primeira Terra/Consolidação da Agric. Familiar
NPT/CPR	Crédito Fundiário Nossa Primeira Terra/Combate a Pobreza Rural

Fonte: Adaptado de Rocha (2009).

**Quadro 4** – Tipos de Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária de Mercado - RAM.

As principais características de cada tipo de assentamento de Reforma Agrária de Mercado estão apresentadas no Anexo B

Conforme a tabela 3 é apresentado os números oficiais de famílias e áreas ocupadas pela implantação dos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado no Brasil, até o mês de abril de 2010. O Cédula da terra e o Banco da Terra estão fora de vigência, enquanto que as categorias do Plano Nacional de Crédito Fundiário continuam sendo implementados no Brasil. No Paraná o PNCF realizou 2.299 operações contemplando 2.413 famílias que ocupam uma área de 14.015 ha (BRASIL, 2010c).

**Tabela 3** – Número de famílias e área ocupada pelos Projetos de Assentamentos de Reforma Agrária de Mercado no Brasil até o ano de 2010.

<b>Assentamentos</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>Área ocupada</b>	<b>Situação</b>
Cédula da Terra	15.267	398.732	Fora de vigência
Banco da terra	34.478	1.218.035	Fora de vigência
CPR	40.540	833.672	Em vigência
CAF	29.627	367.531	Em vigência
NPT/CPR e NPT/CAF	3.195	36.422	Em vigência

**Fonte:** Brasil – MDA (2010c).

### **Desenvolvimento das etapas de um Projeto de Assentamento**

A reforma agrária tem como objetivo final tornar o beneficiário de Projeto de Assentamento independente e capacitado para continuar desenvolvendo sua própria atividade, em busca da estabilidade social e da conquista da cidadania, tornando-o sujeito do desenvolvimento sustentável rural (MONTE; PEREIRA, 2009). Conforme os autores, para atingir este objetivo, o Projeto de Assentamento deve atingir as seguintes fases:

**1. Elaboração do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA:** É o planejamento de um modelo de gestão de agricultura familiar coletiva, no qual os projetos são realizados por meio de técnicas de participação das famílias, tornando os assentados mais envolvidos com a proposta de desenvolvimento e mais comprometidos com as metas e os objetivos coletivos.

**2. Concessão de crédito:** Representa o auxílio financeiro para a construção das residências e da estrutura básica de sobrevivência no assentamento. Essa etapa tem a finalidade de proporcionar a complementação do crédito às famílias assentadas, visando provê-las dos recursos necessários a sua instalação nos Projetos de Assentamentos.

**3. Implantação completa da infraestrutura:** O Projeto de assentamento deve se articular para implantar as infraestruturas como estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico, sistema de captação e distribuição de água. Estes benefícios são alcançados através de políticas dos governos Federal, Estadual e Municipal, além de parcerias com outras entidades para elaboração de planos de ocupação, abertura de ruas, fornecimento de água, energia elétrica e saneamento básico para as casas, atendimento à saúde e a educação.

**4. Financiamento e auxílio técnico:** Esta etapa objetiva o incremento de renda dos Projetos de assentamentos rurais por meio de atividades econômicas sustentáveis, valorizando as características regionais, experiências e potencialidades locais. Para o êxito desta ação é fundamental acesso ao crédito rural, apoio à implantação e à recuperação da agroindústria, contratação de assessoria técnica, capacitação multiplicadora (agricultores e técnicos), apoio às ações de inserção mercadológica da produção dos assentados, apoio à realização de pesquisas de mercado, apoio à divulgação e venda dos produtos da reforma agrária.

**5. Consolidação do Projeto de Assentamento:** Para a conclusão desta fase, é necessário fornecer a titulação, concessão e destinação de imóveis rurais. Essa ação tem a finalidade de transferir em definitivo aos assentados, o domínio das terras destinadas a projetos de assentamentos e regularização fundiária.

Mas no assentamento Florestan Fernandes, algumas fases não foram executadas e outras necessitaram da participação do poder público Estadual e Municipal, principalmente com relação à implantação de Infraestrutura, como: perfuração de um poço artesiano e adequação de trechos da estrada principal com recurso do governo do Estado do Paraná; perfuração de mais um poço artesiano e rede de distribuição de água com recursos do INCRA em parceria com a Prefeitura municipal. A elaboração do PDA não foi realizada até o momento e apesar dos 11 anos de existência do Assentamento Florestan Fernandes, não há previsão para se iniciar o processo de Consolidação deste Projeto.

### **Organizações sociais de movimentos de luta pela terra.**

Diversas organizações de mobilização de luta pela terra estão distribuídas pelo País. Medeiros (2003) comenta que na esteira do crescimento e da projeção nacional do MST, proliferaram outras organizações, de caráter por vezes local, por vezes regional. Frequentemente tratando-se de dissidências do MST ou em outras situações, de grupos isolados que toma o MST como exemplo a ser seguido. Cabe apontar ainda que, em alguns Estados ou regiões, o sindicalismo rural também está à frente da luta por terra.

Conforme a afirmação de Fernandes (2005), estas organizações são formadas a partir de “Movimentos socioterritoriais isolados” ou “Movimentos socioterritoriais territorializados”. Os Movimentos socioterritoriais isolados são aqueles que atuam em uma determinada microrregião ou num espaço geográfico equivalente. Consideram-se esses movimentos como isolados não por estarem sem contato com outras instituições, mas sim por atuarem em um espaço geográfico restrito a determinada realidade e em defesa de seus interesses. Os movimentos socioterritoriais territorializados são aqueles que atuam em diversas macrorregiões e formam uma rede de relações com estratégias políticas que promovem e fomentam a sua territorialização. Todos os movimentos territorializados começam como movimentos isolados. Estes ao se territorializarem e romperem com a escala local, se organizam em redes e ampliam suas ações e dimensionam seus espaços. No quadro 5 são apresentados os movimentos socioterritoriais que atuaram no Estado do Paraná no período entre os anos de 2000 a 2009.

N.º	SIGLA	NOME DO MOVIMENTO
1	CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
2	GRUPO XAMBRE	Grupo Xambre
3	MAST	Movimento dos Agricultores Sem terra
4	MSO	Movimento Social Organizado
5	MSONT	Movimento Sonho da Terra
6	MSST	Movimento Social dos Sem Terra
7	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra
8	MTB	Movimento Terra Brasil
9	MTR	Movimento dos trabalhadores Rurais
10	MTRSTP	Movimento dos trabalhadores Sem Terra do Paraná
11	MUT	Movimento Unidos pela Terra
12	OAC	Organização Agrária Camponesa
13	OTC	Organização dos Trabalhadores no Campo
14	Sem sigla	Índios
15	Sem sigla	Quilombolas
16	Sem sigla	Via Campesina

Fonte: Adaptado de Rocha (2009)

**Quadro 5** – Movimentos socioterritoriais que atuaram no Estado do Paraná entre os anos de 2000 a 2009.

Diversos estudos tem apontado para o fato de que os assentamentos de reforma agrária englobam situações com origens diferenciadas, como é o caso de áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que há muito viviam na terra como rendeiros ou agregados; áreas improdutivas ocupadas pelos movimentos de mobilização dos trabalhadores sem terra e pelos sindicatos; reservas extrativistas; realocação da população atingida pela construção de grandes barragens e outros (MEDEIROS; ESTERCI, 1994).

Os beneficiários destes assentamentos também são bastante diversificados, encontrando-se posseiros com longa história de ocupação de terra; filhos de produtores familiares empobrecidos que, sem acesso a terra, optaram pela ocupação como forma para se perpetuarem como produtores independentes, parceiros em busca de terra própria; pequenos produtores proprietários ou não, ou que “perderam” suas terras em virtude da construção de hidrelétricas; seringueiros que passaram a resistir aos desmatamentos; assalariados rurais; populações de periferia urbana, eventualmente com remota origem rural, mas dispostos à ocupação; aposentados que depositavam no acesso a terra a expectativa de um complemento de renda, além de várias outras situações (MEDEIROS; LEITE, 2004).

O perfil dos assentados no país foi levantado no I Censo da Reforma Agrária, em 1996. O relatório deste Censo aponta que a atividade anterior do beneficiário do processo de reforma agrária é quase absolutamente agrícola, totalizando aproximadamente 70% deste total. Cerca de 54% eram anteriormente agricultores ou camponeses. A origem dos assentados é, na maioria, do próprio município (36,6%) e de outros municípios do próprio Estado (33,02%). Portanto, os assentados são de proveniência majoritariamente agrícola e de moradores da própria localidade, tomando-se o país como um todo.

Com relação à participação nas organizações sociais, cerca de 53,2% dos assentados têm estreitas relações de associação social por meio de uma igreja. Um segundo grupo (52,8%), freqüenta outras associações, além das cooperativas (7,6%) e sindicatos (27,9%) (I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA, 1997).

Quanto ao perfil da produção agropecuária dos beneficiários dos projetos de assentamento, em nível nacional, o milho é o produto mais cultivado. A área média plantada de milho é 1,85 ha. Destacam-se outros produtos em nível nacional, como o arroz, o feijão, a mandioca, o feijão de corda, a farinha de mandioca, o café, a cana-de-açúcar e produtos típicos da pequena produção, como batata-doce, inhame, banana, abóbora, aipim/macaxeira, entre outros. Na região Sul, além dos produtos de expressão nacional, destaca-se a produção de batata-doce, batata-inglesa, soja, amendoim, fumo, erva-mate e cebola. A área média de produção de soja é de 2,28 ha. O destino da produção agropecuária dos assentamentos, em nível nacional, é na maioria, para os intermediários, seguido dos atacadistas e varejistas e, em menor quantidade, para as cooperativas e vendas comunitárias. A exceção é a região Sul, onde a produção é majoritariamente destinada às cooperativas.

Uma “pesquisa” de avaliação dos assentamentos rurais, realizada em 1996, encomendada pela Confederação Nacional da Agricultura – CNA, cuja metodologia não foi apresentada e por isso não possui nenhum valor científico, mostrou que a média de renda familiar dos assentamentos estaria muito perto de um salário mínimo mensal por família. A partir destes dados, a CNA faz dura crítica aos projetos de assentamento, cujo propósito é de demonstrar que os assentamentos não possuem viabilidade econômica. Graziano da Silva (1996), utilizando dados das PNADs de 1993, mostrou que os resultados não diferiam das condições gerais da população rural brasileira.

Segundo Bergamasco (1997), o cálculo da renda dos assentamentos rurais tem sido motivo de diversas pesquisas. A primeira delas, divulgada pelo BNDES em 1987, apontou o fracasso da reforma agrária no Brasil, indicando que a maioria das famílias assentadas tem renda inferior a dois salários mínimos mensais, que há uma forte concentração

de renda entre elas e que parte significativa vive do trabalho assalariado e não da renda dos lotes. Baseadas em outras categorias analíticas, em 1991, a FAO lança uma segunda pesquisa, que combinou diversas fontes de renda e não esteve limitada apenas ao retorno monetário resultante da comercialização dos produtos agropecuários do assentamento. Foram acrescentados o autoconsumo, o assalariamento e a valorização patrimonial. A renda encontrada na pesquisa da FAO foi de 3,7 salários mínimos mensais por família em termos de média nacional, com variação regional.

Pesquisas demonstram que os assentamentos provocaram, especialmente nas regiões com alta densidade de famílias beneficiárias, a dinamização econômica dos municípios sobre os quais se inserem, tendo como base um processo produtivo mais diversificado que se traduziu em uma espécie de reconversão produtiva em regiões de crise da agricultura patronal, além da relevância do número de novos produtores, estimulando um aumento na oferta de produtos (em especial alimentares), os assentados potencializam o mercado de consumo ao comprarem gêneros alimentícios, insumos, eletrodoméstico e outros bens no comércio local ou até mesmo de cidades vizinhas. Outro fato é a comercialização da produção dos assentados, que promove a dinamização ou até mesmo a recriação de canais tradicionais, como é o caso de feiras de produtores, agroindústrias, cooperativas, associações. Essas inovações contribuíram para fazer da comercialização um momento de afirmação social e política dos assentados, que de uma situação inicial de desconfiança passam a ser valorizados pela população urbana local (BRASIL, 2004).

Heredia et al. (2002) em seus estudos demonstram também a importância dos assentamentos como forma de agregar aquelas famílias que uma vez foram separadas pela necessidade de alguns membros migrarem em busca de melhores condições de vida, demonstrando que os lotes vêm sendo ocupados, além da família nuclear, por outros familiares em busca de local de moradia ou da perspectiva de outro lote onde possam se estabelecer como produtores. Em assentamentos mais antigos é comum encontrar o aumento de número de casas em um mesmo lote, correspondendo a filhos que não encontram alternativas de trabalho e fazem do lote um ponto de apoio familiar.

Por outro lado, se os assentamentos têm representado maior estabilidade para famílias migrantes, ele também tem sido ponto de partida para novas saídas. Uma vez assentados, nem todos permanecem. Este fato não pode ser considerado necessariamente como sinônimo de fracasso do assentamento.

Bergamasco e Norder (1996) através de um estudo realizado em assentamentos rurais no estado de São Paulo concluíram que nos assentamentos sobre os

quais as pessoas estavam unidas por laços de parentesco ou por experiências comuns vivenciadas anteriormente os índices de evasão eram quase nulos e possuía um melhor desempenho econômico.

Este fenômeno de evasão é observado em duas situações: o de membros da família que saem do assentamento, indicados por Heredia et al.(2002) como sendo de jovens em busca de alternativas de escolarização e ou trabalho; e o de famílias inteiras que abandonam o lote por razões as mais variadas. Entre os motivos apontados por Guanziroli, Bruno e Medeiros (2001), destacam a precariedade da infraestrutura dos assentamentos, dificuldades de transportes, acesso à escola, assistência à saúde, falta de apoio à produção, endividamentos diversos e até a sensação de abandono sentida pelos assentados. Nenhum desses fatores atua isoladamente, mas a sua combinação potencializa alguns abandonos.

No caso dos jovens do assentamento, ao discutir-se a questão da sucessão na condução do lote adquirido, surge invariavelmente como um tema preocupante, uma vez que trata da inserção dos jovens nas atividades agropecuárias e da continuidade do empreendimento familiar. O trabalho de acompanhamento de unidades produtivas realizado pelas Redes de Referência<sup>6</sup> em propriedades da agricultura familiar e de assentamentos rurais, tem mostrado que mesmo em situações nas quais a faixa etária do chefe de família e dos filhos demanda o encaminhamento do tema, este não tem sido tratado de maneira satisfatória e em alguns casos os processos sucessórios encontram-se definitivamente comprometidos. A resistência e as tradições culturais na abordagem do assunto, somada às implicações decorrentes do caráter jurídico das transmissões de bens, afastam o tema das discussões correntes e postergam a sua definição, dificultando assim a inserção afirmativa dos jovens na condução do empreendimento (CARVALHO et al., 2001).

## 2.4 AGRICULTURA FAMILIAR.

As discussões sobre a agricultura familiar vêm ganhando legitimidade social, política e acadêmica no Brasil, passando a ser utilizada com mais frequência nos discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e por segmentos do

---

<sup>6</sup> Metodologia de pesquisa e desenvolvimento, adaptada a partir da experiência do *Institut de l'Élevage* da França, visando à validação e transferência de tecnologias viáveis para os sistemas de produção estudados, envolvendo equipes formadas por pesquisadores do IAPAR (Instituto Agrônômico do Paraná) e extensionistas do EMATER (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural).

pensamento acadêmico, especialmente pelos estudiosos das Ciências Sociais que se ocupam da agricultura e do mundo rural (SCHNEIDER, 2003).

Assim, a compreensão da questão agrária no Brasil não deve ser visualizada isoladamente. A reforma agrária é um meio para o fortalecimento da agricultura familiar. Esta categoria de agricultores que desenvolvem sistemas de produção agropecuária centrado no ser humano é vista como o melhor caminho para os beneficiários da reforma agrária e para o país, para a incorporação de áreas agrícolas subutilizadas ao patrimônio produtivo nacional.

Uma verdadeira reforma agrária, ou reforma do setor agropecuário, não se limita ao problema da posse da terra. A agricultura familiar deve estar no centro de suas políticas e deve ter os mesmos incentivos públicos que os assentamentos. O fortalecimento da agricultura familiar e a reforma agrária caminham juntos, dando capacidade ao meio rural e à agricultura de ampliar sua contribuição ao desenvolvimento nacional (GUANZIROLI, 2000).

O governo federal, com a publicação da Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, estabeleceu as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Esta lei apresenta a definição formal de agricultura familiar, que considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural, aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro módulos fiscais);
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Diversas são as conceituações a respeito dos agricultores familiares, entretanto, parece coexistir nas discussões um acordo sobre o caráter familiar da produção, pois alguns elementos permitem atributos comuns à agricultura familiar, isto é, a família como proprietária dos meios de produção, o trabalho na terra e modalidades de produção e manifestação de valores e tradições baseados no patrimônio sociocultural da família.

Wanderley (2001) considera que o agricultor familiar, mesmo que moderno e inserido ao mercado, guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, quanto porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

No Brasil, na segunda metade do século XX, ocorreu a passagem de um modelo de agricultura voltado para o complexo sistema de interdependência, que marca as relações do setor rural com a indústria e os serviços, na configuração do Sistema Agroindustrial. Esse processo, apesar de contribuir com o desenvolvimento do país, evoluiu de forma desordenada, ocasionando problemas de desajustes econômicos e sociais (ARAÚJO et al., 1990).

Este processo de modernização da agricultura se fez acompanhar de unidades de produção cada vez maiores, com conseqüente deterioração da distribuição de renda no setor agrícola. As políticas de incentivo à modernização, a partir de 1970, subsidiaram fortemente insumos modernos, especialmente fertilizantes, defensivos e máquinas agrícolas, contribuindo com as condições de maior lucratividade das culturas modernas (cana-de-açúcar, café, soja, trigo etc.); ainda mais porque, sendo produtos de exportação e de transformação industrial, têm sempre uma evolução dos preços mais favorável do que as culturas tradicionais, que são basicamente os produtos alimentícios (GRAZIANO da SILVA, 1981).

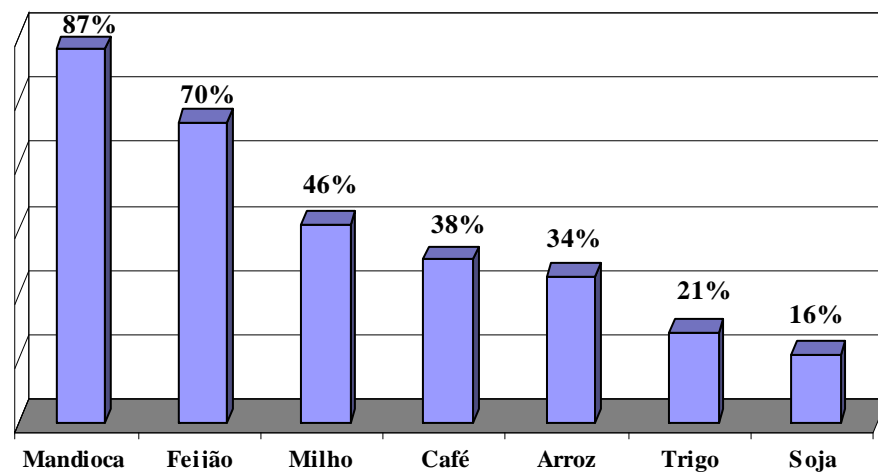
Essas políticas de estímulo à modernização, no entanto, não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que produzem gêneros alimentícios, e que dificilmente podem assumir um comportamento empresarial, produzindo basicamente para sua própria subsistência e gerando pequeno excedente para o mercado (GRAZIANO da SILVA, 1981). Esta afirmação contradiz os resultados apresentados pelo Censo Agropecuário de 2006, como veremos a seguir.

No Paraná, a partir da segunda metade dos anos de 1960, o Estado se mobiliza e implementa o projeto de modernização da agricultura. Dentre as políticas econômicas implementadas pelo Estado, a de crédito rural foi decisiva, uma vez que viabilizou a aquisição de insumos (FLEISCHFRESSER, 1988).

Com o processo de redemocratização do Brasil, em meados da década de 1980, ações empreendidas por um conjunto de organizações sociais ligadas aos agricultores e trabalhadores sem terra, pressionaram o Estado por políticas que os incluíssem no processo de desenvolvimento do País. Dessa forma, na década de 1990 observou-se a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos, e na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, que marca, indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiros. Tal assertiva prende-se muito mais ao caráter desta mudança e dos objetivos implicados, do que propriamente no volume de

recursos efetivamente disponibilizados para apoiar este setor, haja vista o fato da agricultura patronal concentrar nada menos que 76% do crédito atualmente disponibilizado para financiar a agricultura nacional (ANJOS et al., 2004).

Atualmente a agricultura familiar mantém sua importância no contexto do agronegócio brasileiro, tendo contribuído de forma relevante para a economia, sendo responsável por 38% do Valor Bruto da Produção – VBP gerado no Brasil. Considerada a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, garantindo boa parte da segurança alimentar<sup>7</sup> e da soberania alimentar<sup>8</sup> do país, a agricultura familiar cultiva uma área de 17,7 milhões de hectares. Observando os Gráficos 2 e 3 constatamos a participação da agricultura familiar na oferta de alimentos básicos, tendo como destaque a mandioca, feijão, leite, aves e suínos cuja produção ultrapassa 50% do total produzido no país, sendo também bastante representativa nas produções de milho, café, arroz, trigo, soja e bovinos (BRASIL, 2006).

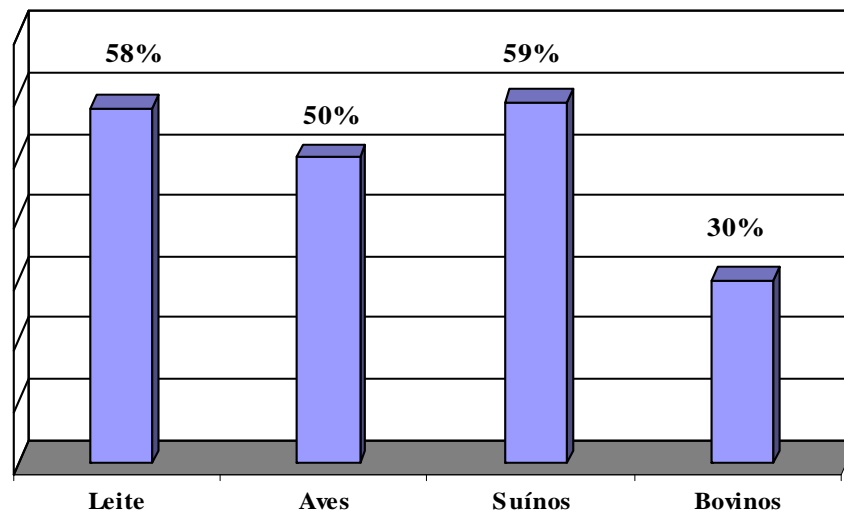


Fonte: Brasil, 2006.

**Gráfico 2** – Participação da agricultura familiar na produção de alimentos básicos no Brasil

<sup>7</sup> Definida pela FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, como sendo a garantia do acesso físico e econômico das pessoas à alimentação básica que elas necessitam.

<sup>8</sup> É o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade. (Declaração do Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, Cuba. 2001).



Fonte: Brasil, 2006.

**Gráfico 3** – Agricultura familiar e a produção de alimentos de origem animal no Brasil.

Mudanças recentes no meio rural também são observadas nas ocupações dos agricultores familiares. Estudos sobre a agricultura familiar destacam a importância de fontes de renda não agrícola para as famílias que dependem da agricultura (DEL GROSSI; GRAZIANO da SILVA, 1998, 1999, 2002a, 2002b, LAURENTI; DEL GROSSI, 1999, 2000).

Fuller (1990), afirma que a manutenção do estabelecimento agrícola na agricultura familiar, é uma combinação entre a renda familiar agrícola e não agrícola, o que vem assegurando sua reprodução socioeconômica. O trabalho agrícola e não agrícola exercidos de forma complementar pelos membros da família, frequentemente se deve a pouca disponibilidade de terra e às dificuldades de modernização tecnológica, obrigando em alguns casos, a busca alternativa de complemento de renda.

De acordo com Kageyama (2001), a partir de estudos com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), as três principais fontes de renda das famílias agrícolas são: o trabalho agrícola, que representa 55% da renda domiciliar, seguido dos trabalhos fora da agricultura com 25% da renda total e os benefícios sociais com 16,6% (com predomínio absoluto de aposentadorias). Os domicílios pluriativos correspondem a 17,3% do total, porém 61,5% dos domicílios agrícolas possuem rendas não agrícolas. As rendas não agrícolas são, em média, mais elevadas que a renda agrícola dos domicílios e representam em média 40% da renda total. Graziano da Silva e Del Grossi (2000) comentam que, a partir de meados dos anos 80, com a emergência cada vez maior das dinâmicas

geradoras de atividades rurais não agrícolas e da pluriatividade no interior das famílias rurais, observa-se uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo do que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos.

Fuller (1990): “A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. [...] . A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, sobre a qual se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (rendimentos, rendas em espécies e transferências)”.

O aprofundamento do conhecimento das especificidades da agricultura familiar, das estratégias dos agricultores e a valorização dos conhecimentos seculares desta categoria podem contribuir para aperfeiçoar a compreensão da sustentabilidade no desenvolvimento dos territórios.

É na categoria dos agricultores familiares, daqueles que vivem e trabalham no meio rural em sua individualidade (crianças, jovens, idosos, homens, mulheres), na unidade familiar como forma associativa de gestão do agroecossistema na unidade produtiva, no capital social como forma de gestão das relações nos âmbitos da comunidade, que poderemos através de um diálogo participativo contribuir com diagnóstico, planejamento, pesquisas e projetos para a construção de um desenvolvimento local sustentável nos campos econômico, social e ambiental (BIANCHINI, 2006).

## 2.5 JUVENTUDE RURAL

Até 30 ou 40 anos atrás, os jovens do meio rural seguiam as regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna, seja em busca de mais terra na fronteira agrícola, dando continuidade ao processo sucessório e ao desenvolvimento socioeconômico da agricultura familiar (MELLO et al., 2001).

Hoje em dia existe um desejo migratório muito grande por parte desses jovens rurais, que é justificado em parte por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela proporciona (BRUMER, 2006).

Este êxodo da juventude promove um envelhecimento do meio rural, agravado ainda por outro fato observado, sobre o qual demonstra que a maior parte dos emigrantes rurais são moças, o que além de tornar o meio rural envelhecido também caminha para um processo de masculinização do campo. A situação das mulheres é mais delicada e deriva da desvalorização das atividades realizadas por elas, por serem trabalhos mais leves, considerados mais como uma ajuda (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997; PAULILO, 2004). Estas situações provocam um desinteresse por parte das moças na continuidade da vida no campo, que acabam atraídas pelos centros urbanos em busca de trabalho remunerado e reconhecimento, bem como uma melhoria de vida. Essa predominância de mulheres migrando para cidade não está ligada às condições favoráveis para esse gênero no mercado de trabalho urbano, mas sim a desvalorização do seu trabalho no campo e a falta de perspectivas que elas vivenciam (ABRAMOVAY et al., 1998). Em pesquisa realizada no oeste de Santa Catarina, estes mesmos autores alertam para outro problema da sucessão da propriedade familiar, sobre aquelas famílias que possuem vários filhos e uma área limitada de terra, onde a sua repartição implicaria em áreas ainda menores, inviabilizando-as economicamente, não podendo atender a todos os filhos.

Despertados para esta situação, alguns poucos pesquisadores estão discutindo os novos desafios da juventude rural no sentido de buscar explicações e dar sugestões de estratégias que impliquem na continuidade da agricultura familiar. Abramo e Branco (2005) comentam que o interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente, sendo a bibliografia disponível bastante limitada, diferente do que ocorre com a população jovem dos grandes centros urbanos, que tem atraído a atenção de um número muito maior de estudiosos.

Segundo Castro (2009) algumas entidades sociais também iniciaram projetos e programas para a juventude rural, principalmente a partir do ano de 2001 tendo como destaque a FETAEP (Programa Jovem Saber), FAEP (Jovem aprendiz), CEDEJOR (Centro de desenvolvimento do jovem rural), CONTAG (Comissão nacional de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais), FETRAF (Coletivos de juventude), MAB (Coletivo nacional), MST (Coletivo nacional da juventude), Via Campesina Brasil (Coletivo nacional de juventude) e EMATER de alguns estados, além de outras organizações que já realizam projetos mais antigos como a PJ e PJR (Pastoral da juventude rural), ARCAFAR (Associação regional das casas familiares rurais), PRONERA (Programa nacional de educação na reforma agrária). As demandas apresentadas por essas formas de organização revelam muito sobre como esses jovens se percebem. Se por um lado reforçam questões consideradas específicas,

como acesso à educação e a terra, por outro constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.

Durston (1999) chamava a atenção para o tema juventude rural, sobre o qual observava que apesar dos esforços de algumas instituições, não se tinha ainda a dedicação e a importância merecida entre aqueles que possuíam a responsabilidade na execução de programas e projetos de desenvolvimento rural. Invisível para a maioria das pesquisas e projetos voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais.

A invisibilidade é um dos principais fatores que inibem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, o que os impede de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. A primeira barreira é de ordem cultural e está associada aos conflitos dos jovens na família. O jovem não consegue ser ouvido em seu ambiente familiar. A estrutura patriarcal, ainda existente na maioria das áreas rurais, limita o acesso dos jovens a manifestações e até mesmo na tomada de decisões (REUBEN, 1990).

Esta mesma realidade também ocorre em assentamentos da reforma agrária provocando no jovem o desejo de abandonar a comunidade. Este êxodo do jovem rural não pode indicar para um final que ameace a ainda incipiente reforma agrária e se transformar em um jogo de soma zero, onde os assentamentos realizados de um lado podem não compensar os “desassentamentos” sofridos do outro (PEREIRA, 2009).

Pesquisas realizadas por Carneiro (2005) identificaram que as necessidades que mais interessam aos jovens rurais são: educação, emprego, cultura e lazer.

A importância da educação, como forma de se conseguir uma profissão menos desgastante e melhor remunerada do que a de agricultor foi demonstrada em pesquisas, por Silvestro et al. (2001), como o principal objetivo, não só pelos jovens, mas também por seus pais de verem seus filhos em outras ocupações menos trabalhosas do que a de produtor rural. Desta maneira, a formação é vista no meio rural como uma alternativa para saírem do campo. Na região sul do Brasil onde a velha tradição era a de que o filho mais novo ficasse para suceder a propriedade, começa a desaparecer, ficando quem possui menos vocação para o estudo. Assim cria-se um círculo vicioso em que permanecer no meio rural associa-se a uma espécie de incapacidade pessoal de trilhar o suposto caminho do sucesso, que neste caso, consiste sobre o fato de ter conseguido migrar, e quem não investe no conhecimento será identificado como aquele que permanecerá no reduto dos velhos, dos aposentados e daqueles que “não conseguem sair” (CARNEIRO, 2005).

Atividades de socialização como cultura e lazer também podem contribuir para a valorização do meio rural, mas possuem muito pouco espaço nas comunidades. Por isso os jovens rurais acabam encontrando mais alternativas nas cidades. Castro (1998) afirma que as fronteiras rurais e urbanas são constantemente diluídas no cotidiano, morando em áreas rurais e transitando por áreas urbanas, os jovens vivenciam diferentes redes sociais e práticas culturais.

Discutir a realidade da juventude rural hoje implica um olhar mais atento às suas lutas, sonhos e angústias. Significa pensar nos problemas e nas perspectivas possíveis para essa parcela de jovens que se vê na fronteira entre manter-se no campo ou migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. No entanto, se ficar no campo significa encarar uma dura realidade de privações e de falta de perspectivas, migrar para as cidades traz outras sérias conseqüências como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência (CAMPOLIN, 2005).

Conhecendo-se as tendências migratórias, as visões e perspectivas dos jovens quanto à atividade agrícola, surge a necessidade de inverter a questão e procurar pesquisar aspectos positivos que favoreçam a sua permanência. Desse modo, tornam-se indispensáveis os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos (BRUMER, 2004).

## 2.6 SISTEMAS AGRÁRIOS.

Conforme Mazoyer (1987) um sistema agrário é, antes de tudo, um modo de exploração do meio historicamente constituído, um sistema de forças de produção, um sistema técnico adaptado às condições bioclimáticas de um espaço determinado, que responde às condições e às necessidades sociais do momento. Um modo de exploração do meio que é o produto específico do trabalho agrícola, utilizando uma combinação apropriada de meios de produção inertes e meios vivos para explorar e reproduzir um meio cultivado, resultante das transformações sucessivas sofrida historicamente pelo meio natural.

Poderíamos, então, definir um sistema agrário como uma combinação das seguintes variáveis essenciais:

- o meio cultivado – o meio original e as suas transformações históricas ;
- os instrumentos de produção – as ferramentas, as máquinas, os materiais biológicos (as plantas cultivadas, os animais domésticos, etc.) - e a força de trabalho social (física e intelectual) que os utiliza;
- o modo de “artificialização” do meio que disso resulta (a reprodução e a exploração do ecossistema cultivado);
- a divisão social do trabalho entre a agricultura, o artesanato e a indústria que permite a reprodução dos instrumentos de trabalho e, por conseguinte;
- os excedentes agrícolas, que, além das necessidades dos produtores, permitem satisfazer as necessidades dos outros grupos sociais;
- as relações de troca entre os ramos associados, as relações de propriedade e as relações de força que regulam a repartição dos produtos do trabalho, dos bens de produção e dos bens de consumo e as relações de troca entre os sistemas (concorrência);
- enfim, o conjunto das ideias e das instituições que permite assumir a reprodução social: produção, relações de produção e de troca, repartição do produto, etc.

É graças a esse conceito que podemos apreender e caracterizar as mudanças de estado de uma agricultura e as mudanças qualitativas das variáveis e de suas relações e desenvolver uma teoria que permite distinguir, ordenar e compreender os grandes momentos da evolução histórica e a diferenciação geográfica dos sistemas agrários.

## 2.7 SISTEMAS DE PRODUÇÃO.

Nas últimas décadas, principalmente a partir de 1980 e 1990, o enfoque sistêmico tem sido aplicado na agricultura em pesquisa, ensino e extensão rural, principalmente em resposta às crescentes críticas e falhas relacionadas a projetos agropecuários reducionistas direcionados aos agricultores familiares, que pouco estavam se beneficiando dos resultados.

O tradicional modelo de desenvolvimento tecnológico de conotação produtivista e elaborado em estações experimentais de pesquisa não tem sido eficaz no caso da agricultura familiar. Novas estratégias para superar este problema envolvem o enfoque sistêmico, com pesquisas realizadas nos estabelecimentos rurais e ações integradas entre pesquisadores, extensionistas e agricultores (MIRANDA et al., 2001).

A agricultura familiar, em geral, desenvolve sistemas complexos de produção, sobre o qual existe uma combinação de várias culturas, criações e transformações primárias, tanto para o consumo da família como para o mercado (BUAINAIM; ROMEIRO, 2000).

Na agricultura, o enfoque sistêmico tem se tornado cada vez mais necessário, devido à crescente complexidade de sistemas organizados e manejados pelo homem e da emergência do conceito de sustentabilidade, o qual lançou novos desafios para a questão socioambiental na área rural. Neste contexto, a grande maioria dos sistemas tem requerido uma abordagem holística e multidisciplinar, a fim de melhor serem entendidos, analisados e manejados (PINHEIRO, 2000).

Dufumier (1996) define que na escala de um estabelecimento agrícola, o sistema de produção pode ser uma combinação (no tempo e no espaço) dos recursos disponíveis para a obtenção das produções vegetais e animais. Ele pode também ser concebido como uma combinação mais ou menos coerente de diversos subsistemas produtivos, como:

- os sistemas de cultura das parcelas ou de grupos de parcelas de terra, tratados de maneira homogênea, com os mesmos itinerários técnicos e com as mesmas sucessões culturais;
- os sistemas de criação de grupos de animais (plantéis) ou de fragmentos de grupos de animais;
- os sistemas de processamento dos produtos agrícolas no estabelecimento.

Analisar um sistema de produção na escala dos estabelecimentos agrícolas não se resume somente ao estudo de cada um de seus elementos constitutivos, mas consiste, sobretudo, em examinar com cuidado as interações e as interferências que se estabelecem entre eles, como:

- as relações de concorrência entre as espécies vegetais e animais pelos recursos naturais disponíveis (água, luz, minerais, matérias orgânicas, etc.);
- as relações de sinergia ou de complementaridade relativas à utilização dos recursos;
- a distribuição e a repartição (no tempo e no espaço) da força de trabalho e dos meios de produção entre os diferentes subsistemas de cultura e de criação: itinerários técnicos, sucessões e rodízios de cultura, distribuição da área disponível entre as culturas, calendários forrageiros, deslocamentos de rebanhos, etc.

Nessa fase, é importante revelar a coerência e a complexidade internas de cada um dos principais sistemas de produção agrícola e evitar simplificações no que se refere à lógica do seu funcionamento e à sua razão de ser.

Buainain e Romeiro (2000), baseados em estudos sobre sistemas de produção familiares no Brasil, observam algumas características sobre a agricultura familiar, como: 1) Quanto maior a diversificação dos sistemas produtivos, menores os riscos a que os produtores se expõem; 2) Que a maior parte das estratégias de evolução do patrimônio e de aumento de produtividade dos agricultores familiares está baseada em pequenos volumes de capital, que podem ser acumulados de forma progressiva como, a evolução de rebanhos ao longo dos anos, aquisição de equipamentos, máquinas e implementos muitas vezes usados; 3) Os agricultores familiares têm uma grande capacidade de adaptação a ambientes em rápida transformação, seja devido à crise de produtos tradicionais, emergência de novos mercados e ou mudanças mais gerais da situação econômica do país.

Altieri (2002) afirma que cada região tem uma configuração única de sistema de produção agrícola que é o resultado das variações locais de clima, solo, relações econômicas, estrutura social e história. Desta forma, um estudo sobre os sistemas de produção de uma região revela tanto a agricultura comercial quanto a de subsistência, que utilizam níveis altos ou baixos de tecnologia, dependendo da disponibilidade de terra, capital e mão-de-obra.

Na agricultura, isso resulta em distintos tipos de agricultores, que se diferenciam por suas condições socioeconômicas, critérios de decisão, sistemas de produção e práticas agrícolas. Essa diversidade também se manifesta na agricultura familiar e nos assentamentos rurais, pois nem todos apresentam o mesmo nível de capitalização, a mesma forma de acesso a terra, aos recursos naturais, aos financiamentos, aos serviços públicos, entre outros. Mesmo considerando cada cultura ou cada criação isoladamente, a atividade agrícola é complexa, pois combina os diferentes recursos disponíveis (terra e outros recursos naturais, insumos, equipamentos e instalações, recursos financeiros e mão-de-obra) com um conjunto de atividades distintas (preparo do solo, plantio, fertilização, controle de pragas, colheita, comercialização, entre outras) (GARCIA FILHO, 1999).

Estas análises permitem identificar e hierarquizar os problemas técnicos, ambientais e econômicos da realidade de cada grupo de produtores, possibilitando também o delineamento das tendências de evolução, não só do sistema agrário como um todo, mas de cada grupo em particular. Pode-se, então, propor as políticas ou os projetos mais apropriados para cada tipo de produtor, estabelecer prioridades para a assistência técnica, para o crédito ou para os investimentos em infraestrutura, sugerir novos sistemas de cultura ou de criação, avaliar as possibilidades de mudança tecnológica, etc.

## 2.8 PERFIL AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS-PR.

O município de Florestópolis está localizado na região Norte do Estado do Paraná (Figura 1), tendo como coordenadas geográficas 22°52'46''S e 51°27'09''O. Apresenta relevo suave ondulado com dois tipos de solos predominantes: Latossolos vermelho e Argissolos vermelho (EMBRAPA; IAPAR, 2008). O Clima da região é classificado como subtropical – Cfa, onde a temperatura média no mês mais frio inferior a 18°C (mesotérmico) e temperatura média no mês mais quente acima de 22°C, com verões quentes, geadas pouco frequentes e tendência de concentração das chuvas nos meses de verão, contudo sem estação seca definida (IAPAR, 2010).

Possui uma área de 246 quilômetros quadrados com uma população de 11.795 habitantes, sendo 1.197 da área rural. A sua base territorial faz divisas com os municípios de Porecatu, Alvorada do Sul, Bela Vista do Paraíso, Miraselva, Prado Ferreira e Centenário do Sul (IBGE, 2010).



**Figura 1** – Localização do município de Florestópolis-Pr, no Estado do Paraná.

Durante a década de 1940, o interventor do Estado do Paraná, Sr. Manoel Ribas, mandou realizar um loteamento de 120 mil hectares de terras devolutas, pertencentes hoje aos municípios de Porecatu, Centenário do Sul, Florestópolis, Miraselva, Jaguapitã e Guaraci. Através de uma “propaganda” política visando o desenvolvimento da região, grande número de migrantes foi atraído para o Paraná, interessados em adquirir terra para o plantio de café. “Processou-se verdadeira corrida em torno à expedição de títulos de propriedades de terras devolutas do Estado, concedidas pelo governo mediante simples requerimento e pagamento de taxas mínimas” (BARBOSA, 2010).

A origem da história de Florestópolis está ligada à história de Porecatu, município a que pertenceu até 1.951. Com as penetrações no sertão, começaram em 1.940 as primeiras derrubadas de matas e a formação de lavouras de café e cana-de-açúcar, dando início ao povoamento da região, onde vários patrimônios surgiram em diversos pontos do Município de Porecatu. Entre esses estava o Patrimônio São João, uma imensa gleba de terra, de propriedade do Senhor João Dias dos Reis que o dividiu em lotes rurais e urbanos para vendê-los, de modo facilitado a migrantes oriundos de São Paulo e Minas Gerais, com a intenção de formar uma nova cidade.

Esse patrimônio era ponto de pousada dos tropeiros que deixavam seu gado a pastar nas proximidades das pensões onde se instalavam e sobre o qual, na maioria das vezes estabeleciam suas residências geralmente construídas de pau-a-pique e palmito.

A formação do município de Florestópolis se deu através de grandes propriedades rurais concentradas nas mãos de poucas famílias. Em virtude desta condição, houve a necessidade de atrair famílias de trabalhadores para auxiliarem na formação das lavouras cafeeiras. Em 14 de novembro de 1951, o patrimônio São João foi elevado à categoria de município, passado a ser denominado de Florestópolis (Cidade da Floresta). Estima-se que sua população, em 1956, era de 1800 habitantes, dedicando-se principalmente à agricultura (IBGE, 1959).

De acordo com dados do IBGE (1959), em 1956 as atividades consideradas fundamentais à economia de Florestópolis, conforme podemos observar, foram as descritas no Quadro 6:

Atividade econômica	Valor Bruto de Produção
Café	Cr\$ 36.000.000,00
Feijão	Cr\$ 4.125.000,00
Arroz	Cr\$ 3.300.000,00
Milho	Cr\$ 950.000,00
Batata inglesa	Cr\$ 660.000,00
Laranja	Cr\$ 400.000,00

Fonte: IBGE (1959).

**Quadro 6** – Atividades consideradas importantes à economia de Florestópolis, em 1956.

Na década de 1970, não diferente dos outros municípios cafeeiros do Paraná, grande parte dos cafezais foi erradicada e as colônias de café foram se esvaziando, sendo que parte dessa população rural migrou para a sede do município ou para municípios maiores à procura de emprego.

Aliada as questões climáticas está a modernização da agricultura. Como na região Norte paranaense desenvolvia-se, predominantemente, a monocultura cafeeira, com emprego intensivo de mão-de-obra, com a erradicação dos cafezais houve a introdução de novas atividades agrícolas, principalmente as culturas da soja e do trigo, estando estas intimamente ligadas à mecanização agrícola, gerando desemprego no campo (MORO, 1992).

Analisando a distribuição fundiária dos estabelecimentos rurais, podemos conhecer o perfil agrário do município de Florestópolis-Pr, demonstrado nas Tabelas 4 e 5.

**Tabela 4** – Número de estabelecimentos agropecuários de Florestópolis-Pr.

Número de estabelecimentos por grupo de área total																		
Até 10 ha		10 a 20 ha		20 a 50 ha		50 a 100 ha		100 a 200 ha		200 a 500 ha		500 a 1000 ha		1000 a 2000 ha		+ 2000 ha		
n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
<b>1996</b>	14	12,28	16	14,03	21	18,42	12	10,52	25	21,93	11	9,64	12	10,52	3	2,63	0	0
<b>2006</b>	59	32,96	46	25,70	15	8,38	12	6,70	19	10,61	16	8,94	8	4,47	4	2,23	0	0

Fonte: IBGE (2006).

**Tabela 5** – Área dos estabelecimentos agropecuários de Florestópolis-Pr.

	<b>Área dos estabelecimentos por grupo de área total</b>																	
	<b>Até 10 ha</b>		<b>10 a 20 ha</b>		<b>20 a 50 ha</b>		<b>50 a 100 ha</b>		<b>100 a 200 ha</b>		<b>200 a 500 ha</b>		<b>500 a 1000 ha</b>		<b>1000 a 2000 ha</b>		<b>+ 2000 ha</b>	
	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
<b>1996</b>	53	0,24	235	1,08	721	3,29	866	3,95	3341	15,23	3610	16,46	8259	37,6	4844	22,0	0	0
<b>2006</b>	271	1,24	659	3,01	454	2,08	761	3,48	2743	12,56	4692	21,48	5430	24,9	6824	31,2	0	0

Fonte: IBGE (2006).

Como se pode verificar na Tabela 4, o município de Florestópolis possuía 55,25% de pequenos estabelecimentos rurais (menores que 100 ha) no ano de 1996. Mas no ano de 2006 o número de pequenos estabelecimentos rurais passa a ter maior expressão com um percentual de 73,74%. Este aumento de pequenos estabelecimentos rurais se deve à implantação do assentamento Florestan Fernandes constituído em 1999 pelo INCRA e um outro assentamento de Reforma Agrária de Mercado no ano de 2000, além de pequenos loteamentos particulares e arrendamento de áreas.

Entretanto, a Tabela 5 demonstra que em 1996, a área de pequenos estabelecimentos rurais, correspondia a 8,56% da área total do município e que apesar do aumento do número de pequenos estabelecimentos rurais em 2006, estes não ultrapassaram 10 % da área total. Estes dados demonstram a concentração fundiária em Florestópolis, desde sua formação até os dias de hoje. Florestópolis se diferencia também da característica geral do Paraná como mostra o Quadro 7. O Estado do Paraná apresentava 91% de pequenos estabelecimentos rurais em 2006, conforme o IBGE, que estabelece uma área de até 100 ha para classificar as pequenas propriedades. Esta diferenciação se dá justamente pela sua formação, quando se implantou na região, englobando diversos municípios vizinhos a Florestópolis, extensas áreas de cana-de-açúcar e da cultura do café.

Região	Grupos de área Total	Ano							
		1970	%	1980	%	1996	%	2006	%
<b>Brasil</b>	Total	4.924.019	100	5.159.851	100	4.859.865	100	5.175.489	100
	Menos de 10 ha	2.519.630	51	2.598.019	50	2.402.374	49	2.477.071	48
	10 a menos de 100 ha	1.934.392	39	2.016.774	39	1.916.487	39	1.971.577	38
	Menos de 100 ha	4.454.022	90	4.614.793	89	4.318.861	89	4.448.648	86
	100 a menos de 1000 ha	414.746	8,4	488.521	9,4	469.964	9,6	424.906	8,2
	1000 ha e mais	36.874	0,7	47.841	0,9	49.358	1,0	46.911	0,9
<b>Sul</b>	Total	1.274.009	100	1.145.548	100	1.003.180	100	1.006.181	100
	Menos de 10 ha	538.865	42	451.860	39	377.761	38	406.481	40
	10 a menos de 100 ha	674.185	53	624.181	54	555.246	55	515.456	51
	Menos de 100 ha	1.213.050	95	1.076.041	94	933.007	93	921.937	92
	100 a menos de 1000 ha	55.462	4,3	62.973	5,5	64.390	6,4	59.965	6,0
	1000 ha e mais	4.790	0,4	5.550	0,5	5.030	0,5	4.468	0,4
<b>Paraná</b>	Total	554.488	100	454.103	100	369.875	100	371.051	100
	Menos de 10 ha	295.272	53	214.995	47	154.620	42	165.513	45
	10 a menos de 100 ha	240.936	43	215.031	47	188.305	51	170.403	46
	Menos de 100 ha	536.208	97	430.026	95	342.925	93	335.916	91
	100 a menos de 1000 ha	17.158	3,0	22349	5,0	25.432	7,0	25.112	6,7
	1000 ha e mais	1.087	0,2	1.537	0,3	1.450	0,4	1.191	0,3

Nota: A categoria Total, para Grupos de área total, inclui os estabelecimentos agropecuários sem declaração de área;

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário (1996).

**Quadro 7** – Número de estabelecimentos agropecuários por estrato de área.

Atualmente as principais atividades agropecuárias desenvolvidas no município de Florestópolis são: cana-de-açúcar, grãos (soja, milho safrinha, milho, trigo), pecuária de corte, pecuária mista voltada para produção de leite, café, e sericicultura. As entidades que proporcionam suporte técnico no município são compostas por uma unidade técnica do Emater, um entreposto de armazenamento e assistência técnica de cooperativa agropecuária, Agroindústria de açúcar e álcool, sindicato de trabalhadores rurais, Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável e Secretaria municipal de agricultura. Os demais serviços e negócios são realizados por outras empresas e cooperativas cuja área de atuação engloba o município de Florestópolis, como é o caso de uma cooperativa agropecuária, dois laticínios, uma usina de álcool e açúcar, abatedouros de aves, empresa de

insumos e serviços agropecuários, frigoríficos e empresa sericícola No Quadro 8 é apresentado um resumo das atividades agropecuárias do município.(EMATER, 2009).

<b>Ocupação do solo</b>	<b>Área (ha)</b>	<b>% em relação à área total do município.</b>
Cana-de-açúcar	10.500	38,00%
Grãos	5.833	23,57%
Café	257	1,00%
Pecuária de corte	3.400 *	13,82%
Pecuária mista	980 *	3,98%
Sericicultura	70 **	0,28%
Matas	1.830	7,43%
Outras áreas	1.763	11,92%
<b>Total</b>	<b>24 633</b>	<b>100 %</b>

Fonte: Emater (2009) \* área de pastagem \*\* área de cultivo de amora

**Quadro 8** – Principais atividades agropecuárias desenvolvidas em Florestópolis-Pr no período entre 2008/2009.

A cana-de-açúcar é a cultura que ocupa a maior área em relação às demais atividades agropecuárias desenvolvidas no município. Há quatro anos atrás esta área era 50% menor do que a apresentada no quadro acima. O avanço desta cultura ocorreu em virtude dos altos preços pagos aos fornecedores e da expectativa de crescimento do setor. A maioria destas áreas de cana-de-açúcar e de produção de grãos e pecuária de corte é de propriedade de agricultores patronais. A cultura do café, da pecuária mista e sericicultura são desenvolvidas na maioria por agricultores familiares.

Florestópolis possui uma população rural de 1.197 habitantes. 68% dessa população são representadas por famílias de funcionários das propriedades rurais, seja como administradores ou trabalhadores rurais, e cujos proprietários não fazem parte dessa contagem pelo fato de residirem nas cidades. O restante da população rural é de agricultores proprietários e residentes no meio rural e cuja principal fonte de renda é proveniente da atividade agropecuária, além de famílias proprietárias e residentes em chácaras e sítios, mas que não possuem como principal fonte de renda as atividades agropecuárias (FLORESTÓPOLIS, 2009).

Assim como na maioria dos municípios da região, que possuem uma realidade próxima a de Florestópolis, ou seja, área territorial limitada, n.º pequeno de habitantes, agricultura como importante setor da economia, não existe por parte das prefeituras municipais um trabalho exclusivo com a juventude rural. Toda a política pública direcionada a juventude independe se é para jovem rural ou urbano.

Abramovay (2000) reforça que nem toda aglomeração urbana provida de um mínimo de serviços pode ser adequadamente chamada de “cidade”, podendo ser entendida como “relativamente rural” o que de certa forma possibilita à juventude rural estar sendo beneficiada pelos bens e serviços oferecidos pelo urbano, em virtude até das facilidades de acessos.

No município não existe escola rural, mas a prefeitura municipal fornece transporte escolar para todos os jovens rurais que frequentam as escolas na cidade nos três períodos (manhã, tarde e noite) e muitas famílias possuem veículos próprios. Essa facilidade de locomoção favorece o acesso do jovem à cidade, mantendo-o sempre em contato com bens, serviços e valores urbanos (amigos, lanchonetes, escolas, eventos, e outros) e, além desses acessos, permitir que alguns jovens possam trabalhar no meio urbano. Rúa (2006) define que esta pode ser uma estratégia para manter as famílias no meio rural e, graças a esta pluriatividade, as funções familiares ultrapassam em muito aquelas abarcadas pela produção, permitindo alternativas à família para gerir um projeto coletivo de incorporação de gerações. Esta pluriatividade já se integra a uma série de “urbanidades no rural”.

### **3 ARTIGO A: DINÂMICA SOCIOECONÔMICA DO ASSENTAMENTO RURAL FLORESTAN FERNANDES NO MUNICÍPIO DE FLORESTÓPOLIS-PR.**

#### 3.1 RESUMO E ABSTRACT

##### **Resumo**

Os assentamentos rurais constituídos através de Programa de Reforma Agrária do governo federal são objetos de discussão, principalmente, sobre sua pertinência e sobre os diferentes resultados obtidos. Desta forma, o objetivo deste trabalho foi diagnosticar e analisar a dinâmica social e econômica do assentamento rural Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis no Estado do Paraná. Foram realizadas pesquisa documental e entrevistas estruturadas e semiestruturadas, as quais possibilitaram conhecer a origem das famílias antes de serem assentadas e toda a sua trajetória social e econômica após o assentamento, por um período de dez anos. Foi identificada a importância das políticas públicas, o apoio de diferentes entidades governamentais e não governamentais e o sistema produtivo explorado pelo produtor, como fatores fundamentais para o desenvolvimento do assentamento.

**Palavras-chave:** Reforma agrária. Desenvolvimento rural. Política agrária.

##### **Abstract**

The rural settlements made through the Agrarian Reform Program of the federal government are the subject of discussion, mainly on their relevance and the different results. Thus, the objective was to diagnose and analyze the social and economic dynamics of rural settlement Florestan Fernandes, in the town of Florestópolis in Parana State. Were conducted desk research and structured and semistructured interviews, which permits to know the origin of the families before they are settled and all its social and economic history after the settlement, for a period of ten years. We identified the importance of public policies, support from different governmental and non governmental organizations and the production system operated by the producer, as fundamental factors for the development of the settlement.

**Keywords:** Agrarian reform. Rural development. Agrarian policy.

### 3.2 INTRODUÇÃO

O termo assentamento rural, criado no âmbito das políticas públicas para nomear um determinado tipo de intervenção fundiária, envolve uma extensa gama de ações, como compra de terras, desapropriação de imóveis rurais ou mesmo utilização de terras públicas (MEDEIROS, 2004).

Em geral, tais intervenções visaram: regularização de áreas ocupadas às vezes há décadas por posseiros; destinação de terras a populações rurais ou urbanas organizadas por entidades mobilizadoras, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); preservação de populações e suas tradicionais formas de uso dos recursos naturais, como é o caso da luta de seringueiros pela permanência em terras que exploravam há gerações; a realocação de populações atingidas pela construção de projetos hidrelétricos e outros (LEITE et al., 2004).

Com o Assentamento destes beneficiários, o Estado assume a responsabilidade de viabilizá-los e de possibilitar a permanência destas famílias em seus lotes (LEITE et al., 2004). Surge então um grande desafio, uma vez que a administração destas unidades produtivas, desde a ocupação do solo até a comercialização, precisa gerar recursos suficientes para a sua sobrevivência, para o pagamento das dívidas contraídas e proporcionar o mínimo de qualidade de vida (LIMA et al., 1995).

No município de Florestópolis, localizado na região norte do Estado do Paraná, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA foi procurado pelo proprietário da antiga fazenda Floresta que explorava a cultura da cana-de-açúcar e bovinocultura de corte, para negociar a venda desta propriedade para o Programa de Reforma Agrária.

O processo de compra e venda desta área, que possui 529,01 ha, ocorreu sem nenhum tipo de conflito, uma vez que não houve ocupação por parte de nenhuma entidade mobilizadora ou qualquer outra forma de pressão para esta negociação, assim em dezembro de 1.998, o INCRA oficializou o Assentamento Florestan Fernandes, com 29 famílias (INCRA, 2008).

Ocorreram diferentes trajetórias econômicas e sociais, desde o período de implantação do assentamento. As primeiras atividades econômicas desenvolvidas nos lotes foram as culturas da soja, milho e mandioca durante o verão e a cultura do feijão durante o inverno. Para a subsistência havia a bovinocultura de leite, pequenas criações e hortas.

No decorrer dos anos, algumas atividades como, fruticultura, bovinocultura de leite, sericicultura, foram ganhando importância, passando a exigir maiores tecnologias.

Da mesma forma, questões sociais evoluíram neste período. Constata-se maior integração à sociedade local, maior acesso aos serviços públicos municipais e fortalecimento político, entre outros. Também ocorreram algumas substituições de beneficiários, em virtude de diferentes motivos (EMATER, 2008).

A implantação de assentamentos rurais provoca mudanças em seu entorno (local e municipal), promovendo um rearranjo nos processos produtivos, sociais, ambientais, gerando diversificação da produção agropecuária, introdução de novas atividades, mudança na paisagem (MEDEIROS, 2003).

As opções produtivas dos assentados podem ser relacionadas às experiências anteriores das famílias, às características do quadro natural nos quais os assentamentos foram criados ou ao contexto econômico em que estão inseridos, disponibilidade de assistência técnica e acesso às políticas públicas regionais (MEDEIROS; LEITE, 2004).

Um assentamento rural deve ter uma abordagem mais ampla de desenvolvimento, promovendo ganhos sociais, ambientais, econômicos, políticos e culturais (LEITE; AVILA, 2007).

Sucessos e fracassos têm sido observados no histórico da existência dos assentamentos (RIBEIRO, 2007) e tem demonstrado a necessidade de interpretação de suas relações econômicas e sociais, identificando os problemas e potencialidades, no sentido de verificar em que condições os beneficiários passaram a obter rendimentos, se estão se capitalizando, se obtiveram melhoria na qualidade de vida, sobretudo quando se comparado com o momento anterior ao acesso à condição de assentado (MEDEIROS; CAMPOS, 2002).

Dufumier (1996) afirma que o desenvolvimento rural é, em primeiro lugar, um encadeamento de transformações técnicas, ecológicas, econômicas e sociais. Convém entender a sua dinâmica passada e as suas contradições presentes para prever as tendências futuras.

Portanto, através deste estudo de caso, pretende-se diagnosticar e conhecer a dinâmica socioeconômica do processo de desenvolvimento do assentamento Florestan Fernandes, por ser este um dos fatores de definição dos sistemas de produção e compreender sua importância nesta definição.

### 3.3 MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi realizado no Assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis, região norte do Estado do Paraná, nas coordenadas 22°52'46''S e 51°27'09''O, sobre o qual vinte e nove famílias estão assentadas.

Este trabalho foi desenvolvido no ano de 2009, em duas etapas, através de pesquisas documentais e de entrevistas semiestruturadas, com perguntas-chave determinadas anteriormente, cuja metodologia possibilitou criar um ambiente aberto de diálogo, permitindo à pessoa entrevistada se expressar livremente (VERDEJO, 2007). Todas as entrevistas realizadas foram feitas com os titulares e cônjuges das vinte e nove famílias do assentamento, portanto, 100% das famílias assentadas.

Para a primeira etapa, visando resgatar a história das famílias antes do acesso ao assentamento, foram realizadas entrevistas, obtendo-se informações referentes à origem das famílias, experiências de trabalho, atividades que desenvolviam, condições de vida e suas perspectivas de futuro, conforme roteiro de perguntas apresentado no Apêndice A. Nesta mesma etapa, foi realizada uma investigação sobre a situação do assentamento e dos assentados, desde a época de sua implantação, ocorrida no final do ano de 1998 até meados do ano de 2008. Para isto foram pesquisados documentos junto ao INCRA Paraná, Prefeitura Municipal, coordenação do MST Regional e Emater local, coletando-se dados de registros e trabalhos realizados junto à comunidade. As entrevistas seguiram um roteiro de perguntas, demonstradas no Apêndice B, elaboradas pela equipe de estudo, através das quais foi diagnosticado o perfil do entrevistado e do estabelecimento, a trajetória das atividades econômicas e das condições sociais de todas as famílias.

Na segunda etapa, visando diagnosticar as condições socioeconômicas atuais, foi utilizado um questionário de tipologia, desenvolvido pelo Instituto Agrônomo do Paraná para o “Programa Redes de Referência” (CARVALHO et al., 2001), onde neste levantamento é identificada a situação de cada família e do estabelecimento, como: quantidade de pessoas que residem no lote, idade, escolaridade, força de trabalho, qualidade de vida, composição anual das receitas agrícolas e não agrícolas, ocupação do solo, benfeitorias, animais de produção, máquinas, equipamentos, produção para consumo próprio e os principais sistemas de produção. O sistema de produção de cada unidade familiar é determinado pelas atividades que geram uma renda bruta anual maior ou igual a 30% da renda bruta total anual no lote. O modelo deste questionário encontra-se no Anexo C.

Este conjunto de informações, quantitativas e qualitativas, proporcionou a identificação de importantes fatores socioeconômicos na implantação e desenvolvimento do assentamento Florestan Fernandes.

### 3.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

#### 3.4.1 Histórico do Assentamento Florestan Fernandes

Em meados do ano de 1.997, o então proprietário da Fazenda Floresta, localizada no município de Florestópolis, procurou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e negociou a venda daquela propriedade para a reforma agrária. Esse processo de obtenção de terra por compra e venda (Art. 1.º do Decreto 433, de 24 de janeiro de 1992), aconteceu sem maiores conflitos com o proprietário, uma vez que não ocorreu ocupação para desapropriação.

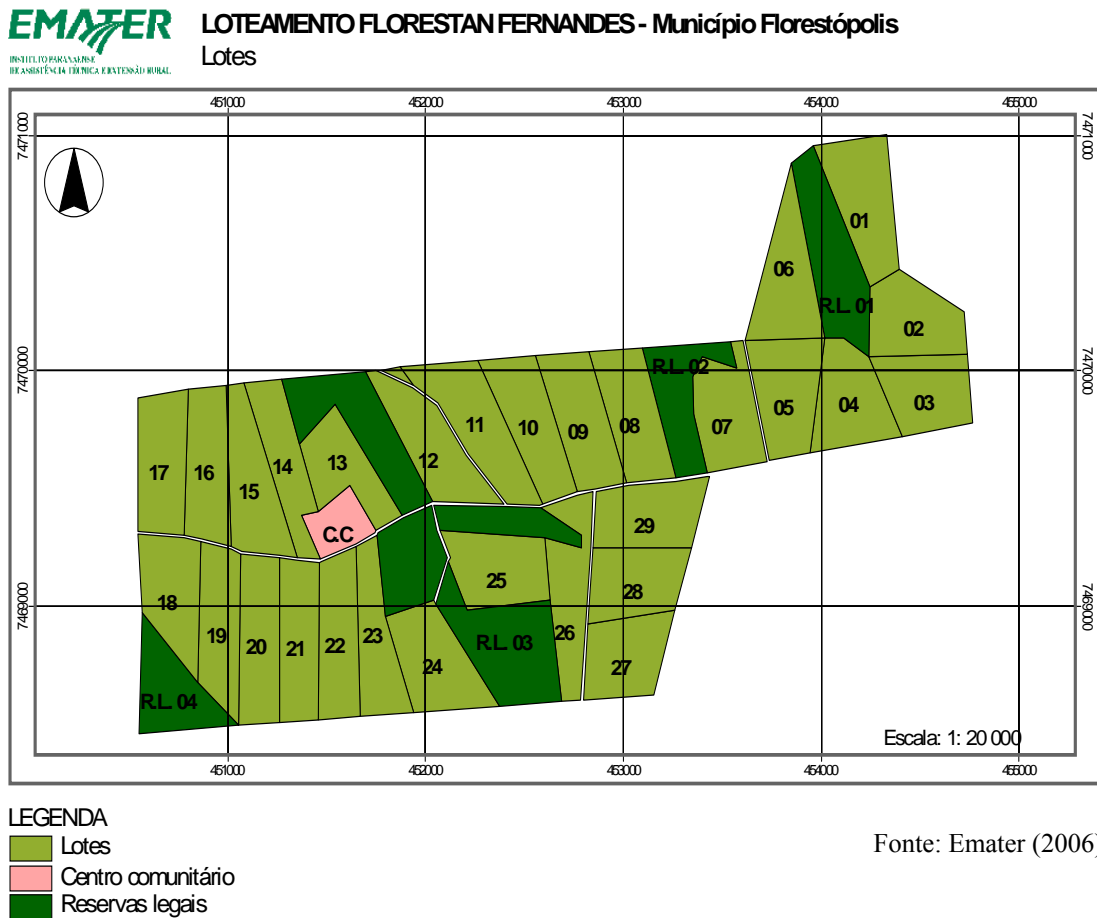
A fazenda Floresta com área de 529,01 ha, objeto do assentamento, apresenta uma topografia com relevo suave ondulado e solo classificado como argissolo vermelho amarelo eutrófico latossólico (EMBRAPA, 1999). Até o final da década de 1970 aquela fazenda desenvolvia a cafeicultura, que depois deu lugar às pastagens para a atividade de bovinocultura de corte e para a produção de cana-de-açúcar.

Um grupo de integrantes do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, formado por 29 beneficiários, foram selecionados para fazerem parte deste novo assentamento.

Em dezembro de 1998, após a formalização de aquisição da fazenda pelo INCRA, as famílias se instalaram em uma antiga colônia com dezoito casas de funcionários, por um período de um ano. Como o total de moradias era insuficiente para todos, houve a necessidade de algumas casas abrigarem duas ou mais famílias.

Com a aquisição de R\$ 1.425,00 (mil quatrocentos e vinte e cinco reais) por família, fornecidos pelo INCRA, através de uma linha de crédito denominado como “Instalação para apoio inicial”, os assentados adquiriram ferramentas manuais e insumos. Foram fornecidas cestas básicas de alimentos às famílias, por um período de quatro meses, por que eram insuficientes para atender a demanda. Por conta disso o grupo de assentados recorreu à prefeitura local e ao auxílio de outras famílias da cidade, que passaram a colaborar no fornecimento de alguns alimentos.

Um mês após o grupo ter se instalado no assentamento, o INCRA apresentou as medições das áreas de cada lote, que estava sendo aguardada com ansiedade pelos assentados. Através de um sorteio feito pelos próprios assentados, foi realizada a entrega dos lotes às famílias, conforme apresentado na Figura 2.



**Figura 2** – Divisão das áreas no assentamento Florestan Fernandes

Com a entrega dos lotes, cuja área média é de 14,38 ha, sendo a menor com 12,24 ha e a maior com 17,01 ha, as famílias deram início às primeiras explorações agrícolas com o plantio de feijão, milho, mandioca, soja e as criações de bovinos, suínos e galinhas caipiras. Também foi definida a área comunitária com 112,29 ha composta pela reserva legal, área de preservação permanente, estradas e centro comunitário.

No final do ano de 1999, foram disponibilizados créditos para investimento em benfeitorias (cerca, curral, barracão), equipamentos (tritadores, utensílios agrícolas) referentes às atividades produtivas, no valor de R\$ 9.000,00 (nove mil reais) por família, oriundos do Programa de fortalecimento da agricultura familiar - PRONAF, na linha Pronaf A, com juros de 1,15% ao ano, carência de três anos e mais sete parcelas anuais para amortização da dívida.

Para a construção de moradia, foi destinado para cada família, no final do ano de 1999, uma linha de crédito no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), provenientes do INCRA, para aquisição de materiais de construção. Quatorze famílias empregaram recurso próprio para construir casas, tanto em madeira como alvenaria, com um padrão melhor (dimensões maiores, banheiros dentro da casa, materiais de boa qualidade). As demais famílias utilizaram somente o recurso disponível, construindo moradias mais modestas.

Também foram adquiridos, através de uma demanda levantada pela comunidade, insumos e infraestrutura, conforme apresentados na Tabela 6, de grande importância para o desenvolvimento inicial do assentamento. Estes benefícios de responsabilidade do governo do Estado do Paraná foram repassados através do Programa Estadual “Paraná 12 Meses”, sem a necessidade de ressarcimento pelo produtor.

**Tabela 6** – Bens e serviços adquiridos pelo Assentamento Florestan Fernandes com recursos do Programa Estadual “Paraná 12 Meses”.

<b>Benefícios adquiridos</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Ano</b>
Calcário	90 toneladas	2000
Poço artesiano	1 unidade	2001
Readequação Estrada Rural	4 km	2001
Plantadeira mecânica plantio direto 4 linhas	1 unidade	2002
Distribuidor de calcário	1 unidade	2002
Pulverizador de barra	1 unidade	2002

**Fonte:** Emater (2002)

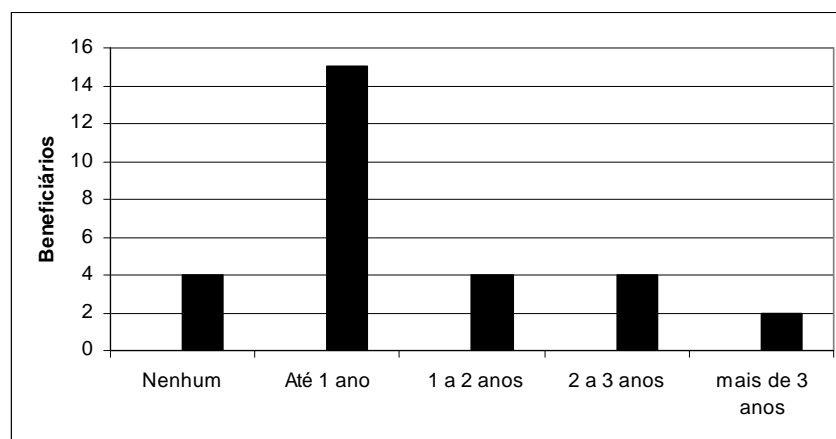
A assistência técnica, nos primeiros dois anos do assentamento, era realizada por técnicos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, uma vez que a

entidade possuía um convênio de responsabilidade técnica junto ao INCRA. Como estes técnicos não permaneciam na região e não havia uma regularidade no atendimento às propriedades, os assentados optaram em procurar os serviços da unidade municipal do Emater - Pr (Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural), estabelecendo um novo convênio de prestação de serviços.

### 3.4.2 Origem dos Assentados.

As condições de vida das famílias antes de serem assentadas eram limitadas, com moradias precárias, próprias ou alugadas, ou morando como funcionários em alguma outra propriedade. O rendimento econômico médio relatado pelas famílias, era em média de 1,0 salário mínimo mensal por família.

Ingressaram nesta luta pela terra, com expectativa de possuir um lote próprio, melhorar as condições de vida para a família e aumentar a rentabilidade. Alguns destes beneficiários ficaram anos participando de acampamentos, até conseguirem definitivamente um lote no assentamento, conforme demonstrado no Gráfico 4. Os quatro beneficiários que não participaram de nenhum acampamento são as três famílias moradoras da fazenda e outra família que foi incluída diretamente.



Dados: Pesquisa de campo (2009).

**Gráfico 4** - Beneficiários e tempo de permanência em acampamentos de reforma agrária das famílias do Assentamento Florestan Fernandes.

Das 29 famílias acampadas na fazenda Floresta, aguardando o final das negociações de aquisição, 22 eram oriundas da microrregião de Santa Izabel do Oeste, localizada no sudoeste do Estado do Paraná, que historicamente concentra um grande número de agricultores familiares. Esta particularidade foi determinante na formação deste grupamento, pois quase todos já se conheciam. Como também observado por Bergamasco (1994), a cultura própria, a diferença de sotaque, as expressões e costumes típicos facilmente percebidos nestas pessoas foram facilitadores para a integração deste grupo. Três famílias eram de funcionários e moradoras da fazenda e foram automaticamente incorporadas ao assentamento. Outras quatro famílias de regiões diferentes, que estavam na lista de espera e se encontravam em outros acampamentos aguardando a oportunidade de serem assentadas, foram adicionadas ao grupo.

Do início da implantação do assentamento até o ano de 2006, ocorreram oito substituições de beneficiários. Em três situações o motivo foi a troca de lote com outras famílias de assentamentos diferentes, pela proximidade com parentes ou preferência por outra região. Em outro caso, o beneficiário abandonou o lote em virtude de problemas de relacionamento com vizinhos. Em três situações, os beneficiários eram solteiros e decidiram retornar para o local de origem de suas famílias. Na outra situação o beneficiário não desenvolveu nenhuma atividade por falta de interesse, uma vez que sua família não o acompanhou.

Dos 29 beneficiários que assumiram e permanecem até o momento, quatro não possuem histórico no meio rural, e sempre residiram em cidades. Antes de serem assentados trabalhavam como: doméstica, funcionário de indústria, segurança e comerciante.

Para os demais, as origens se baseiam no rural como elemento predominante nas suas histórias de vida. Estas famílias relatam que sempre residiram em propriedades rurais, como filhos de produtores ou empregados. Quando adultos foram proprietários de minifúndios, arrendatários ou trabalhadores rurais, e desenvolviam diversas atividades agropecuárias, destacando como principais: grãos (soja, feijão, milho, arroz), mandioca, frango de corte, suinocultura, fumo, gado de corte e bovinocultura de leite para consumo próprio.

### 3.4.3 Reação da População do Município à Implantação do assentamento.

Como todo esse processo de desapropriação foi realizado discretamente e sem conflitos, a população de Florestópolis foi surpreendida quando se concretizou o assentamento. Nunca vivenciaram uma situação como esta, e justamente numa época em que existiam muitas notícias na televisão, no rádio, nos jornais, com relação à violência praticada em algumas invasões de propriedades pelos movimentos de mobilização.

O fato de que a maioria dos assentados era proveniente de outra região, também criou um clima de desconfiança. Lideranças municipais de produtores rurais e entidades do setor agropecuário ficaram incomodadas com a presença de um assentamento no município, o que provocou uma mobilização por parte de alguns produtores em manter vigilância nas propriedades, cogitando-se possíveis invasões, além da preocupação com relação à desvalorização de terras na região, em virtude da existência do assentamento.

A maioria dos assentados relata que sentiram preconceito por parte da população local, que os identificava como “sem terra”. As crianças do assentamento que frequentavam as escolas também reclamavam sobre discriminação por parte dos colegas. No comércio apenas um pequeno mercado da cidade aceitou oferecer crédito aos assentados.

### 3.4.4 Trajetória Econômica do Assentamento.

As atividades desenvolvidas pelas famílias assentadas variaram bastante durante estes 10 anos avaliados, como exposto na Tabela 7. Gradativamente a produção de leite foi assumindo importância nos sistemas de produção, substituindo a produção de cereais, que foi a atividade inicial predominante. Outro fator importante foi a busca pela diversificação da produção, passando pelas atividades de produção de seda, de uva, de café e suas associações. Atualmente a produção de leite predomina no assentamento, com 27 famílias envolvidas. A segunda atividade mais freqüente é a produção de seda.

**Tabela 7** – Período do ano e número de famílias nos diferentes sistemas de produção predominantes no assentamento Florestan Fernandes.

<b>Sistemas de Produção</b>	<b>99/00</b>	<b>00/01</b>	<b>01/02</b>	<b>02/03</b>	<b>03/04</b>	<b>04/05</b>	<b>05/06</b>	<b>06/07</b>	<b>07/08</b>	<b>08/09</b>
Grãos *	25	24	05	04	03	03				
Grãos+mandioca	03									
Mandioca	01									
Grãos+leite+Mandioca		03	02	01						
Leite		01	03	04	06	10	10	13	15	18
Seda		01					01	03	03	02
Grãos+Leite			14	14	12	07	09	05	02	01
Grãos+seda			02	02	02	02	03	01		
Leite+seda			02	02	03	04	04	05	06	05
Leite+seda+grãos			01	01	01	01				
Leite+uva				01	02	02	02	02	02	02
Leite+café									01	01

Dados: Pesquisa de campo (2009).

\* Sistema de produção Grãos é representado pelas atividades de soja, milho, feijão e arroz)

A princípio, a sojicultura era a atividade pretendida pela maioria das famílias, e estava presente nos diversos sistemas de produção de grãos. Influenciados pelas experiências anteriores, iniciaram os plantios da cultura utilizando máquinas e implementos alugados. Em certos casos, alguns assentados que possuíam menos recursos, arrendavam o lote para outros moradores do assentamento, desenvolver a cultura.

As expectativas em relação a cultura da soja eram grandes, e quando houve a disponibilidade de oferta de recursos subsidiados pelo governo do Estado do Paraná para aquisição grupal de equipamentos agrícolas, optou-se por uma plantadeira para plantio direto de 4 linhas, um distribuidor de calcário e 1 pulverizador de barras.

Estiagens consecutivas, doenças, baixa produtividade, baixa rentabilidade, alto custo principalmente no aluguel de máquinas, foram os principais fatores responsáveis pela diminuição do interesse ao longo dos anos pelo cultivo da soja.

A proximidade com o município de Mirassol-Pr, com tradição na criação de “bicho da seda”, motivou alguns produtores a iniciarem a atividade sericícola no

assentamento que foi ganhando adeptos. Entendendo ser uma exploração que possibilitava rendimento regular e com baixo custo inicial em estrutura, além do apoio da empresa integradora no fornecimento de mudas de amora, comercialização da produção e assistência técnica, a sericicultura passou a fazer parte dos sistemas do assentamento chegando a ter 10 produtores na atividade.

Entretanto uma crise no setor da seda iniciada na safra 2007/2008, desestimulou alguns produtores em desenvolver a atividade, que passaram a investir no incremento da bovinocultura de leite.

A bovinocultura de leite, iniciada no assentamento como uma atividade econômica secundária, cujo excedente de produção era comercializado. As produtividades médias nos lotes não ultrapassavam 3600 litros/leite/ano, com uma média de rebanho em lactação de quatro animais.

A atividade leiteira foi se transformando ao longo da trajetória das propriedades, ganhando importância no assentamento. A existência da integração com laticínios que comercializam a produção, a oferta de renda regular mensal, a possibilidade de aumento do capital através da evolução do rebanho, a venda de garrotes e bezerras que muitos entendem ser a principal reserva financeira na disponibilidade de um volume rápido de recurso, foram os principais argumentos apontados pelos entrevistados para o aumento da atividade dentro do assentamento.

O trabalho da assistência técnica no incremento de tecnologias para melhoria da bovinocultura de leite, através do manejo de pastagem e do rebanho, suplementação alimentar no período outono-inverno, sanidade animal, sistema silvipastoril, contribuíram para o aumento das produtividades que passaram para uma média de 22320 litros/leite/ano por propriedade, sendo que a maior produtividade é de 46800 litros/leite/ano e a menor de 4500 litros/leite/ano, e média de produtividade por animal de 2520 litros/vaca/ano, produtividade acima da média do Estado do Paraná que é de 1954 litros/vaca/ano (FAEP, 2009).

Investimentos em estruturas de produção, como tanques resfriadores, ordenhadeiras mecânicas e melhoria da genética do rebanho, demonstram a importância da atividade na composição da renda bruta.

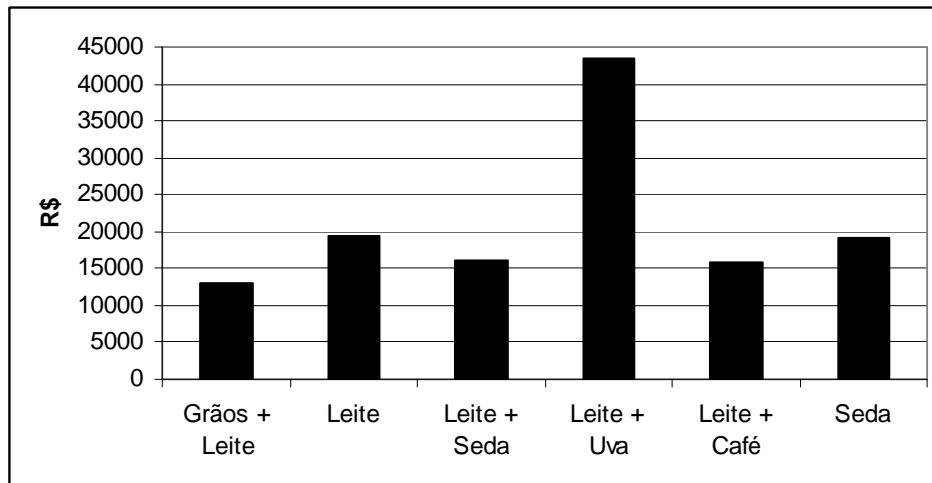
A cultura da uva é desenvolvida por dois produtores que se interessaram pela cultura após uma excursão técnica a uma região produtora. Das propriedades do assentamento, estas duas possuem o sistema leite + uva, e são as que apresentam os maiores valores de renda bruta anual. Uma propriedade possui 0,8 ha e a outra com 1,5 ha de uva,

sendo que metade da produção é comercializada para uma cooperativa agroindustrial e a outra metade como uva de mesa para a população local e regional, com acréscimo no preço de venda de até 75%. Um dos produtores ainda produz e comercializa suco, agregando valor a produção e contribuindo para a melhoria de sua renda.

O café foi implantado em uma propriedade cujo sistema principal é leite + café. A experiência do produtor aliada ao fato da região ser tradicional nesta atividade, fez com que desenvolvesse esta cultura.

No levantamento realizado, no período de 12 meses entre 2008 a 2009, sobre a renda bruta anual da produção (RBP), que corresponde ao valor total da venda dos produtos agropecuários, observa-se no Gráfico 5 a média de renda bruta anual da produção por sistemas produtivos existentes no assentamento. Podemos notar que o sistema leite + uva se destaca dos demais.

A menor renda bruta da produção anual do assentamento, R\$ 3.616,00 (três mil, seiscentos e dezesseis reais) é obtida por uma família, cujo sistema predominante é o leite, onde neste caso foi observado que este baixo rendimento está relacionado a problemas técnicos da atividade.

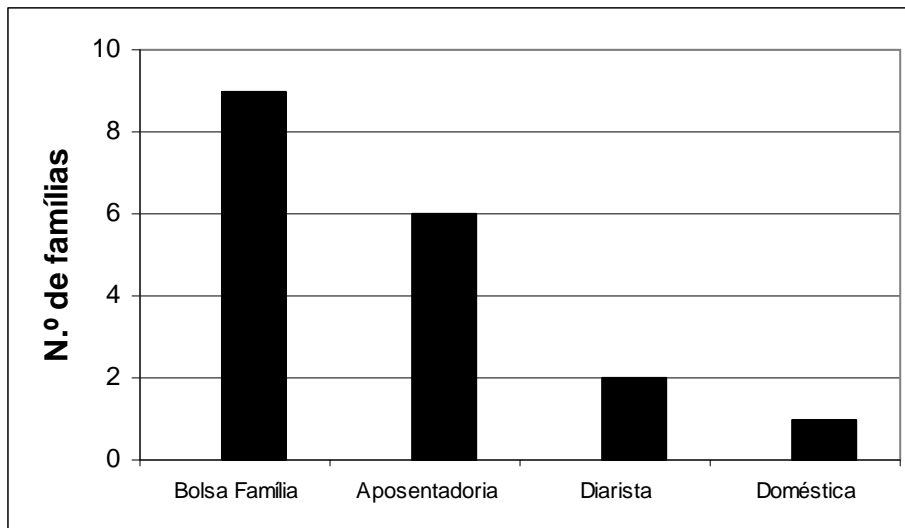


**Dados:** Pesquisa de campo (2009).

**Gráfico 5** – Média da renda bruta anual dos sistemas de produção do assentamento Florestan Fernandes no período entre os meses de agosto de 2008 a agosto de 2009.

O sistema leite + uva proporciona a maior média de renda bruta anual da produção, no valor de R\$ 44.330,00 (Quarenta e quatro mil trezentos e trinta reais).

Além da renda bruta da produção agropecuária, foram levantadas também outras rendas (OR), obtida fora da unidade produtiva, proveniente de programas governamentais, aposentadorias/pensões e trabalhos fora do estabelecimento, como mostra o Gráfico 6. Das 29 famílias do assentamento, 18 possuem outras fontes de renda que representam uma importante contribuição para a manutenção destas famílias. Esta renda fora da unidade produtiva pode indicar a necessidade de suprir insuficiência na renda dos sistemas, mas também demonstrar que os produtores estão atentos às oportunidades oferecidas para melhoria dos rendimentos (GRAZIANO, 1999).



Dados: Pesquisa de campo (2009).

**Gráfico 6** – Outras fontes de renda e número de famílias correspondentes, no assentamento Florestan Fernandes.

A renda bruta da produção (RBP) representa 89,7% na composição da renda bruta total (RBT), que é resultante da soma da RBP e OR, obtida pelas unidades produtivas, enquanto que as outras rendas (OR) representam 10,3%, como apresentado na Tabela 8. Isto demonstra a forte dependência das famílias na renda da produção agropecuária realizada nas unidades produtivas.

**Tabela 8** – Composição da renda bruta total (RBT) anual, no período entre os meses de agosto de 2008 a agosto de 2009, no assentamento Florestan Fernandes.

Renda bruta da produção	R\$ 589.410,00	89,7%
Outras rendas	R\$ 67.349,00	10,3%
Renda bruta total	R\$ 656.759,00	100%

**Dados:** Pesquisa de campo (2009).

A renda bruta total anual por família está apresentada na Tabela 9, distribuídas em 5 classes de renda.

**Tabela 9** – Classes de Renda bruta total (RBT) anual no assentamento Florestan Fernandes, no período entre os meses de agosto de 2008 a agosto de 2009, e o correspondente em salários mínimos mensais por família.

Classes (R\$)	Média RBT	Frequência	Média de S.M *	Percentual
RBT	(R\$)	de famílias	mensal	
4960,0   □ 13824,2	9392,1	6	1,68	20,7 %
13824,2   □ 22688,4	18256,3	10	3,27	34,5 %
22688,4   □ 31552,6	27120,5	10	4,86	34,5 %
31552,6   □ 40416,8	35984,7	1	6,44	3,4 %
40416,8   □ 49281,0	44848,9	2	8,03	6,9 %

**Dados:** Pesquisa de campo (2009).

\* S.M – Salário mínimo , valor de R\$ 465,00 (2009)

Como pode ser observado na Tabela 9, existe uma variação na renda bruta total de cada família. Isto se deve aos rendimentos dos sistemas de produção e dependem de um conjunto de variáveis que interferem de forma específica nestes resultados como: tipos de sistemas desenvolvidos, mercados, aplicação de tecnologias, estrutura de produção, esforço de trabalho das famílias entre outros, além das oportunidades de outras rendas obtidas por algumas famílias.

Podemos observar que 20,7% das famílias apresentam no intervalo de classes uma média de salário mínimo mensal, abaixo do que se considera um bom nível de renda, tomando como parâmetro de referência o valor de dois salários mínimos mensais por

família, padrão geralmente aceito nos estudos sobre desigualdade de renda e pobreza (MEDEIROS; LEITE, 2004).

#### 3.4.5 Trajetória Social do Assentamento

A população do assentamento é de 112 pessoas distribuídas nas 29 famílias. Apenas uma família possui mão de obra contratada, em virtude da idade avançada, necessitando de empregado. No restante das famílias a mão de obra é executada somente pela família ou através da troca de serviços entre elas.

O abastecimento de água nos 29 lotes era realizado explorando-se as nascentes existentes sendo que periodicamente apresentava problemas de manutenção e não se conhecia a qualidade da água. Através de recurso de programa do governo do Estado, foi perfurado, no ano de 2001, um poço artesiano beneficiando 15 propriedades e somente no ano de 2007, outro poço foi perfurado, desta vez com recursos do INCRA e da Prefeitura local, beneficiando as demais 14 propriedades.

Como a atividade leiteira estava inserida nos sistemas de produção, foi constituída no ano de 2003, uma associação de produtores de leite com a finalidade de organização para aquisição de insumos a preços mais baixos e possibilidade de obtenção de recursos, através do governo estadual ou federal para incremento da atividade.

No ano de 2004, um grupo de 12 assentados, que também faziam parte da associação de produtores de leite, fundou uma cooperativa, a COAFFE – Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes, conforme ilustrado pela placa de inauguração observada na Figura 3, com o objetivo de adquirir recursos para aquisição de animais, equipamentos e possível instalação de um minilaticínio para processamento e comercialização direta do leite produzido no assentamento. Em virtude de problemas relacionados a divergências de ideias e desconfianças referentes à contabilidade econômica tanto da associação como da cooperativa, após um ano e meio, as duas formas de organização dos assentados fracassaram. Este episódio criou uma barreira em relação a qualquer tipo de organização formal nesse assentamento. Mas, ainda assim, pequenos grupos com maior afinidade se organizaram informalmente para aquisição de insumos.



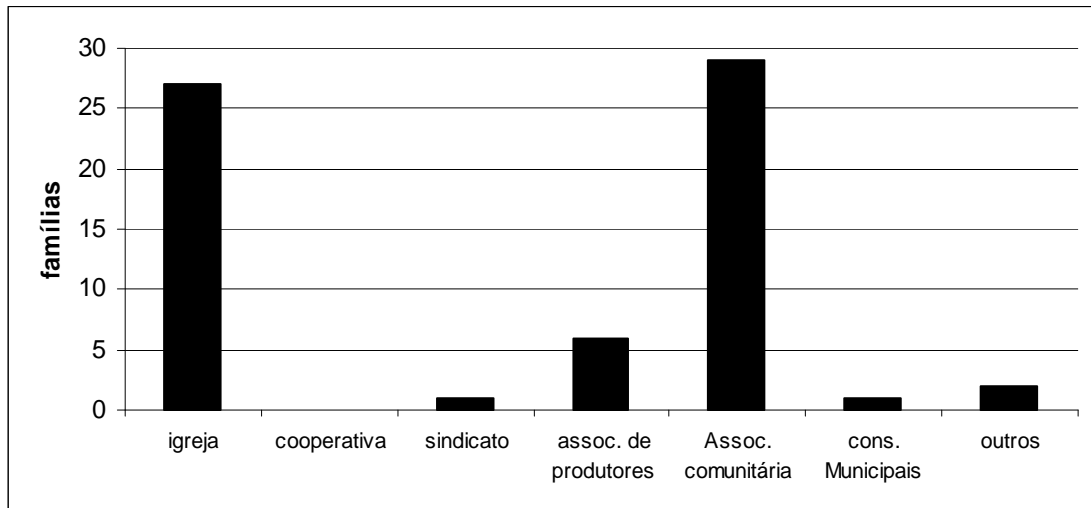
**Foto:** EMATER (2005).

**Figura 3** - Placa de inauguração da Cooperativa Agrícola Florestan Fernandes

Neste contexto, Monte e Pereira (2009) alertam sobre a extrema importância do capital social como uma das principais variáveis para o sucesso de um Projeto de Assentamento, sendo um elemento fundamental para a sustentabilidade e o desenvolvimento de uma comunidade. O capital social envolve atributos mútuos de confiança, solidariedade e respeito às normas, que são de extrema importância para a organização da vida social da população de assentados. Putnam (2000) afirma que o capital social fortalece a execução de ações que beneficiam a comunidade, e sua ausência tende a representar um enfraquecimento das características de organização social, vitais para o desenvolvimento de determinadas ações que visam aumentar a eficiência da comunidade.

A principal forma de integração social da comunidade é a associação comunitária, que representa 100% de participação, como mostra o Gráfico 7, onde neste caso, o grupo, como se fosse um condomínio se reúne para discussões sobre assuntos operacionais do assentamento como: manutenção da rede de água, estradas e outros problemas de ordem coletiva. Atividades ligadas a igreja também é outra importante forma de integração, com presença maior das mulheres, sobre as quais 27 famílias participam, seguindo-se de associação de produtores fora do assentamento, sindicatos, conselho municipal e outras. Os assentados não podem ser associados à cooperativa, em virtude de constar no seu estatuto a exigência de escritura de posse da terra do novo associado, o que eles ainda não possuem, por

isso realizam a comercialização da produção indiretamente nestas cooperativas, através do nome de outros associados.



Dados: Pesquisa de campo, 2009.

**Gráfico 7** – Participação das famílias do assentamento Florestan Fernandes, em organizações sociais.

A situação habitacional apresenta boas condições de moradia, alguns exemplos são observados na Figura 4, com 22 casas de alvenaria, 2 de madeira e 5 mistas. A conservação das construções apresenta 7% como excelente (novo ou em estado de novo), 79% considerado como bom (com pouco desgaste e totalmente utilizável) e 14% em situação regular (desgastado, mas ainda utilizável).



Fonte: F.L.M.C (2009).

**Figura 4** – Fotos de moradias do Assentamento Florestan Fernandes

A aplicação de novos créditos disponibilizados no ano de 2006 pelo INCRA, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por família, para reforma ou construção das residências contribuíram para estes resultados, como demonstrado na Figura 5, onde pode ser observada a casa que um morador vivia, e a nova casa após o apoio do crédito para construção juntamente com a utilização de recursos próprios.



Fonte: F.L.M.C., 2005 e 2009

**Figura 5** – Imagens apresentando local de moradia anterior e posterior à aquisição de créditos para reforma e construção de moradias juntamente com a utilização de recursos próprios de um morador do assentamento.

Todas as residências apresentam eletrodomésticos e equipamentos como fogão a gás, geladeira, rádio, televisão e telefone celular, 89% possuem freezer e liquidificadores e 7% possuem computadores. A Figura 6 ilustra o interior da casa de um dos assentados onde podem ser observados eletrodomésticos e móveis.



**Foto:** F.L.M.C (2009).

**Figura 6** – Interior da casa de um dos assentados.

O lixo doméstico das propriedades, na sua maioria, era queimado ou enterrado próximo às residências. Em julho de 2009, porém, através da articulação de extensionistas do Emater junto a prefeitura, foi implantada uma linha de coleta mensal de lixo doméstico como mostra a Figura 7 (FLORESTÓPOLIS, 2009).

A opção de lazer pelas famílias da comunidade é baixa, ficando restrita a visitas aos vizinhos ou idas à cidade, nos poucos momentos que as atividades agropecuárias permitem. Todos relatam que nunca tiram férias do trabalho. Atividades como a bovinocultura de leite demanda serviços todos os dias do ano, sem exceções, o que impossibilita ficar muito tempo ausente da propriedade.



**Foto:** EMATER (2009)

**Figura 7** – Evento no Assentamento Florestan Fernandes, onde é apresentado o caminhão que realiza a coleta de lixo mensalmente.

O transporte, para as famílias que não possuem veículo próprio, é realizado por carroças ou ônibus destinados aos alunos das escolas, sendo que nos períodos de férias escolares este serviço fica ausente. No assentamento, foram identificadas a presença de 22 veículos próprios, sendo 13 automóveis e 9 motocicletas, distribuídos em 19 famílias.

Todas as famílias possuem acesso aos serviços públicos municipais ou estaduais, como: escolas, hospitais, serviços odontológicos. Aqueles em melhores condições financeiras também utilizam serviços de particulares.

No assentamento Florestan Fernandes, é grande o acesso ao Pronaf para investimento e custeio. Este programa de crédito representa um importante instrumento de apoio ao desenvolvimento das atividades agropecuárias e viabilização econômica dos lotes. Verifica-se apenas a situação de quatro beneficiários que apresentam problemas de restrição de crédito. Em dois casos, porque foram avalistas em Pronaf custeio para assentados que não participam mais do assentamento Florestan Fernandes, e não quitaram as dívidas. Os outros dois, por assumirem dívidas particulares, independentes do Pronaf e que não foram quitadas, por isso ficaram impossibilitados de se beneficiar desta linha de crédito.

Os assentados conquistaram o seu espaço no município. O preconceito que existia no início do assentamento deu lugar ao respeito e a confiança da população e hoje são participantes ativos na sociedade local.

Na trajetória do assentamento, diversas entidades, direta ou indiretamente, através de uma articulação do Emater local, passaram a participar do processo de desenvolvimento do assentamento, como: o INCRA através de recursos para infraestrutura e apoio a metodologias de extensão rural; outros setores do Instituto Emater com o apoio de especialistas em diversas áreas de conhecimento técnico; Prefeitura Municipal e suas Secretarias na prestação de serviços públicos; Universidade Estadual de Londrina (UEL) através de um trabalho de extensão junto aos alunos; Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR) no desenvolvimento de pesquisa; Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) com a realização de cursos técnicos; Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento (SEAB) principalmente no setor de defesa animal; Cooperativa Agroindustrial, Laticínios da região e empresa sericícola através da assistência técnica e comercialização da produção; Banco do Brasil como agente financeiro para créditos agrícolas e Movimento dos Trabalhadores Sem Terra na discussão de propostas de desenvolvimento.

Como também observado por Caporal e Costabeber (2004) desenvolvimento do assentamento e o fortalecimento do grupo familiar indicam a importante contribuição da participação destas entidades, demonstrando que não depende apenas de uma assistência técnica, através somente de intervenções produtivas, a função de viabilização da comunidade.

### 3.5 CONCLUSÕES

A maioria dos assentados é de origem rural, com hábito na produção agropecuária, situação esta, que contribuiu para a adaptação da comunidade. Também o apoio financeiro inicial, o acesso às políticas públicas e de crédito foram fundamentais para as condições de permanência das famílias no assentamento.

A atividade inicial dos assentados, no caso a produção de soja, não foi suficiente para a viabilidade dos lotes, mas com a introdução da bovinocultura de leite e a sericicultura nos sistemas de produção, apoiada por uma assistência técnica adequada para o desenvolvimento destas atividades, as famílias passaram a obter uma renda contínua, proporcionando uma melhor qualidade de vida.

As características econômicas mostram uma variação entre a renda bruta anual da produção das unidades produtivas, demonstrando que as rendas mais elevadas se referem aos sistemas produtivos melhor administrados, ao capital inicial próprio de algumas famílias acima da média de outros assentados, aplicação correta do crédito agrícola, maior dedicação e trabalho por parte de algumas famílias e desenvolvimento de sistemas produtivos mais lucrativos. As famílias que apresentam resultados menos satisfatórios, demonstram a necessidade de maior atenção e esforços para sua melhoria.

Divergência entre membros do assentamento faz prevalecer decisões individualistas e dificultam a formação de organização sobre a produção agropecuária, que certamente poderia potencializar o rendimento econômico através da aquisição coletiva de insumos e comercialização da produção.

O espaço social conquistado pelas famílias do assentamento no município de Florestópolis é bem evidente, sendo reconhecido hoje pela maioria da sociedade local e pelas entidades parceiras.

## **4 ARTIGO B: A JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO FLORESTAN FERNANDES.**

### 4.1 RESUMO E ABSTRACT

#### **Resumo**

A possibilidade de uma crise na agricultura familiar referente à sucessão do empreendimento, se mostra preocupante na medida em que alguns filhos abandonam a propriedade por não poder ou não querer exercer a profissão de agricultor. Neste sentido o objetivo deste estudo de caso foi conhecer a realidade os anseios e perspectivas em que vivem os jovens rurais moradores do assentamento Florestan Fernandes, localizado no município de Florestópolis-Pr, uma vez que estes jovens seriam os protagonistas na continuidade de exploração dos lotes conquistados. Concluiu-se que a maioria dos jovens possui grande interesse em continuar vivendo e trabalhando nos lotes com os pais, mas a limitação da renda obtida nas atividades agropecuárias os força a optar por sair da propriedade e buscar novas oportunidades para o seu projeto de vida.

**Palavras-chave:** Juventude rural. Sucessão familiar. Assentamento rural. Reforma agrária.

#### **Abstract**

The possibility of a crisis in family farming on the succession of the enterprise, is proving worrisome to the extent that some children leave the property because he can not or do not want to pursue the occupation of farmer. In this sense the objective of this case study was to understand the reality the aspirations and prospects of the young people and rural residents of the settlement Florestan Fernandes, in the town of Florestópolis-Pr, since these young people are the protagonists in the continuing exploitation of the lots conquered. It was concluded that most young people have keen interest to continue living and working in batches with the parents, but the limitation of the income earned on agricultural activities forces them to opt out of the property and seek new opportunities for your life project.

**Keywords:** Rural youth. Family succession. Rural Settlements. Agrarian reform.

## 4.2 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança e soberania alimentar do país, sendo considerada como a principal fornecedora de alimentos para o mercado interno (BRASIL, 2006).

Destaca-se também como importante potencial na criação de condições e oportunidades de trabalho e sobrevivência através de diversificados sistemas de produção, que contribuem principalmente para o desenvolvimento de pequenos municípios (LOURENZANI, 2006).

A agricultura familiar vem ao encontro de diferentes propostas governamentais e não governamentais que visam à valorização da mesma como atividade econômica fundamental para o desenvolvimento socioeconômico sustentado no meio rural. No entanto, apesar das estatísticas apresentarem a agricultura familiar como fundamental para o crescimento econômico de algumas regiões, tais dados não dão conta de explicar os processos de migração e êxodo rural, principalmente por parte da juventude (BADALOTTI et al., 2007).

Conforme Abramovay et al. (1998) este esvaziamento do campo é uma das maiores ameaças para o desenvolvimento rural. A ideia de que os filhos reproduzem os papéis dos pais, cada vez mais se distancia da realidade, o que prejudica o processo de sucessão familiar da propriedade.

Este êxodo da juventude promove um envelhecimento do meio rural, agravado ainda por outro fato, em que se observa que a maior parte dos emigrantes rurais são moças, o que além de tornar o meio rural envelhecido, também caminha para um processo de masculinização do campo. A situação das mulheres é mais delicada e deriva da desvalorização das atividades realizadas por elas, por serem trabalhos mais leves, considerados mais como uma ajuda (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1997; PAULILO, 2004). Estas situações provocam um desinteresse por parte das moças na continuidade da vida no campo, que acabam atraídas pelos centros urbanos em busca de trabalho remunerado e reconhecimento, bem como uma melhoria de vida. Essa predominância de mulheres migrando para cidade não está ligada às condições favoráveis para esse gênero no mercado de trabalho urbano, mas sim à desvalorização do seu trabalho no campo e à falta de perspectivas que elas vivenciam (ABRAMOVAY et al., 1998).

Esse desejo migratório dos jovens, em grande parte, é justificado por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela proporciona, além

das características referentes à limitação do tamanho da área de terra ou problemas existentes na transferência dos estabelecimentos agrícolas familiares à nova geração (BRUMER, 2006).

Por outro lado, Bamat e Ieno Neto (1998) em pesquisa a assentamentos rurais no estado da Paraíba, mostram que muitos jovens rurais gostariam de dar continuidade aos lotes que seus pais receberam, mas com a possibilidade de acessarem as facilidades e conforto, como educação, transporte, lazer, utilização de máquinas para o trabalho nas propriedades, celular, televisão, computador, e outros benefícios, até então privilégios do meio urbano. Estas reivindicações demandadas pelos jovens abrem possibilidades para que eles participem do desenvolvimento da comunidade.

Despertados para esta situação, alguns poucos pesquisadores estão discutindo os novos desafios da juventude rural no sentido de buscar explicações e dar sugestões de estratégias que impliquem na continuidade da agricultura familiar. Abramo e Branco (2005) comentam que o interesse dos pesquisadores brasileiros sobre o universo social e cultural dos jovens rurais é recente, sendo a bibliografia disponível bastante limitada, diferente do que ocorre com a população jovem dos grandes centros urbanos, que tem atraído a atenção de um número muito maior de estudiosos.

Segundo Castro (2009) algumas entidades sociais também iniciaram projetos e programas para a juventude rural, principalmente a partir do ano de 2001 tendo como destaque a FETAEP (Programa Jovem Saber), FAEP (Jovem aprendiz), CEDEJOR (Centro de desenvolvimento do jovem rural), CONTAG (Comissão nacional de jovens trabalhadores e trabalhadoras rurais), FETRAF (Coletivos de juventude), MAB (Coletivo nacional), MST (Coletivo nacional da juventude), Via Campesina Brasil (Coletivo nacional de juventude) e EMATER de alguns estados, além de outras organizações que já realizam projetos mais antigos como a PJ e PJR (Pastoral da juventude rural), ARCAFAR (Associação regional das casas familiares rurais), PRONERA (Programa nacional de educação na reforma agrária). As demandas apresentadas por essas formas de organização revelam muito sobre como esses jovens se percebem. Se por um lado reforçam questões consideradas específicas, como acesso à educação e a terra, por outro constroem essas demandas no contexto de transformações sociais da própria realidade do campo e da sociedade brasileira.

Durston (1999) chamava a atenção para o tema juventude rural, sobre o qual observava que apesar dos esforços de algumas instituições, não se tinha ainda a dedicação e a importância merecida entre aqueles que possuíam a responsabilidade na execução de programas e projetos de desenvolvimento rural. Invisível para a maioria das pesquisas e

projetos voltados para o mundo rural, essa categoria imprecisa, variável, construída socialmente, vem, aos poucos, chamando a atenção de analistas das questões rurais.

A invisibilidade é um dos principais fatores que inibem o desenvolvimento das potencialidades dos jovens, o que os impede de contribuir para o desenvolvimento rural sustentável. A primeira barreira é de ordem cultural e está associada aos conflitos dos jovens na família. O jovem não consegue ser ouvido em seu ambiente familiar. A estrutura patriarcal, ainda existente na maioria das áreas rurais, limita o acesso dos jovens a manifestações e até mesmo na tomada de decisões (REUBEN, 1990).

O êxodo do jovem rural não pode indicar para um final que ameace a ainda incipiente reforma agrária e se transformar em um jogo de soma zero, onde os assentamentos realizados de um lado podem não compensar os “desassentamentos” sofridos do outro (PEREIRA, 2009).

Pesquisas realizadas por Carneiro (2005) identificaram que as necessidades que mais interessam aos jovens rurais são: educação, emprego, cultura e lazer.

A importância da educação, como forma de se conseguir uma profissão menos desgastante e melhor remunerada do que a de agricultor foi demonstrada em pesquisas, por Silvestro et al. (2001), como o principal objetivo, não só pelos jovens, mas também por seus pais de verem seus filhos em outras ocupações menos trabalhosas do que a de produtor rural. Desta maneira, a formação é vista no meio rural como uma alternativa para saírem do campo.

A velha tradição, sobre a qual geralmente o filho mais novo ficava na propriedade, começa a desaparecer, permanecendo quem possui menos vocação para o estudo. Assim cria-se um círculo vicioso em que permanecer no meio rural associa-se a uma espécie de incapacidade pessoal de trilhar o suposto caminho do sucesso, que neste caso, consiste sobre o fato de ter conseguido migrar, e quem não investe no conhecimento será identificado como aquele que permanecerá no reduto dos velhos, dos aposentados e daqueles que “não conseguem sair” (CARNEIRO, 2005).

Atividades de socialização como cultura e lazer podem contribuir para a valorização do meio rural, mas possuem muito pouco espaço nas comunidades. Por isso os jovens rurais acabam encontrando mais alternativas nas cidades. Castro (1998), afirma que as fronteiras rurais e urbanas são constantemente diluídas no cotidiano. Morando em áreas rurais e transitando por áreas urbanas os jovens vivenciam diferentes redes sociais e práticas culturais.

Discutir a realidade da juventude rural hoje, implica um olhar mais atento às suas lutas, sonhos e angústias. Significa pensar nos problemas e nas perspectivas possíveis para essa parcela de jovens que se vê na fronteira entre manter-se no campo ou migrar para os centros urbanos à procura de melhores condições de vida. No entanto, se ficar no campo significa encarar uma dura realidade de privações e de falta de perspectivas, migrar para as cidades traz outras sérias conseqüências como enfrentar o crescente desemprego, a pobreza e a violência (CAMPOLIN, 2005).

Conhecendo-se as tendências migratórias, as visões e perspectivas dos jovens quanto à atividade agrícola, surge a necessidade de inverter a questão e procurar pesquisar aspectos positivos que favoreçam a sua permanência. Desse modo, tornam-se indispensáveis os estudos que analisam o modo de vida, as relações sociais, as condições estruturais, as oportunidades de lazer e acesso a atividades agrícolas e não agrícolas, para jovens de ambos os sexos (BRUMER, 2004).

O direcionamento para uma reflexão sobre a população jovem dos assentamentos vem de encontro com a preocupação referente ao desenvolvimento e ao futuro da agricultura familiar, podendo ser estendida para uma discussão sobre a viabilidade da reforma agrária.

Neste contexto, o objetivo deste trabalho é conhecer a realidade em que vivem os jovens rurais do assentamento Florestan Fernandes, seus anseios e perspectivas sobre o seu projeto de vida.

#### 4.3 MATERIAL E MÉTODOS

O presente estudo foi realizado no Assentamento Florestan Fernandes, coordenadas geográficas 22°52'46''S e 51°27'09''O, localizado no município de Florestópolis, região norte do Estado do Paraná.

Inicialmente foi realizado um diagnóstico, utilizando-se o questionário para tipologia desenvolvido pelo Programa Redes de Referência (CARVALHO et al., 2001), conforme Anexo C, para conhecimento da realidade socioeconômica da comunidade, realizando-se visitas às propriedades e entrevistas com todas as famílias. Esse conhecimento mais abrangente contribuiu para o entendimento da realidade em que vivem os jovens rurais do assentamento.

Para a coleta de informações sobre os jovens, a técnica utilizada foi de entrevista semiestruturada seguindo-se um roteiro de perguntas, demonstradas no Apêndice C, que permitiam respostas abertas e descritivas, visando conhecer como os jovens entendem a sua posição junto à família, à propriedade e à comunidade, quais seriam os fatores limitantes ao seu desenvolvimento e quais as perspectivas com relação ao seu plano de futuro.

A Organização das nações Unidas – ONU delimita precisamente uma faixa etária para a juventude entre 15 a 24 anos, período este compreendido entre a puberdade e a idade adulta. Este é um parâmetro muito utilizado também pela maioria dos pesquisadores. De acordo com Chaves Jr. (1999), esta faixa etária serve como denominador comum dos aspectos que nos permitem apreender a ideia de juventude: ingresso no mercado de trabalho, características biológicas e traços culturais marcantes.

As entrevistas foram realizadas com jovens na faixa entre 15 a 28 anos, individualmente, sem a participação de nenhum membro da família, para que não houvesse qualquer tipo de interferência sobre as respostas. A idade máxima foi estendida até 28 anos devido à existência de jovens solteiros que ainda moravam com os pais na propriedade. No assentamento vivem 27 jovens, que estão nesta faixa etária, sendo 18 homens e 9 mulheres conforme observado na Tabela 10, que moram com os pais nas propriedades. Foi utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa. Segundo Godoy (1995), este método possibilita estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações sociais estabelecidas em diversos ambientes. Para isto o pesquisador vai a campo captar o fenômeno em estudo a partir da percepção das pessoas, sempre considerando o que o entrevistado pensa sobre as situações indagadas.

**Tabela 10** – População jovem do Assentamento Florestan Fernandes, entre a faixa etária de 15 a 28 anos.

<b>Faixa etária</b>	<b>Total de homens</b>	<b>Total de mulheres</b>
15 a 18 anos	7	2
19 a 22 anos	6	3
23 a 28 anos	5	4

**Dados:** Pesquisa de campo (2010).

## 4.4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.4.1 Caracterização do Assentamento Florestan Fernandes

O assentamento Florestan Fernandes, conforme ilustrado na Figura 8, distante 5 km da cidade de Florestópolis região norte do Estado do Paraná, foi constituído em dezembro do ano de 1998, pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, possuindo uma área de 529,01 hectares, sobre os quais foram assentadas 29 famílias mobilizadas pelo MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. A área média explorada por cada família é de 14,38 hectares. O restante da área, 112,29 hectares, é de domínio comunitário e está composta pela reserva legal, área de preservação permanente, estradas e centro comunitário (INCRA, 2008).

Os sistemas de produção desenvolvidos pelas famílias possuem como principais atividades a bovinocultura de leite e a criação de bicho da seda que são comercializadas diretamente com as empresas integradas. A produção de feijão, milho, mandioca e pequenos animais são desenvolvidos para consumo próprio. A bovinocultura de leite se destaca como a atividade presente em 93% das propriedades.



Fonte: Google Earth, 2010

**Figura 8** - Localização do Assentamento Florestan Fernandes

#### 4.4.2 A Participação do Jovem no Assentamento

Os jovens do assentamento foram questionados sobre a sua participação nas decisões referente às atividades desenvolvidas na propriedade, sendo relatado por 70,3% não haver qualquer tipo de participação e apenas acatarem o que os pais decidem fazer ou o que querem desenvolver. Os outros 29,7% relatam que os pais solicitam opiniões sobre determinados investimentos ou serviços, mas que a decisão final é deles.

O mesmo questionamento sobre a participação nas discussões de assuntos gerais da comunidade, também mostram que 77,7% não são convidados a participar das reuniões ou entendem que os assuntos tratados são apenas para os pais. Os 22,3% restantes vão às reuniões quando os pais não podem participar, mas quando existe a necessidade de uma decisão maior é preciso consultá-los.

Os jovens possuem propostas de melhorias na propriedade, e demonstram que podem contribuir para o desenvolvimento das atividades. Para conhecer estas propostas, foi perguntado a eles o que fariam se fossem os proprietários dos lotes. A maioria dos jovens, 77,8%, responderam que iriam trabalhar somente com a atividade de bovinocultura de leite, melhorando a produtividade através da reforma e manejo de pastagens, melhoria da genética do rebanho, por entenderem que esta atividade é a que está viabilizando as propriedades em virtude de proporcionar renda regular obtida pela venda do leite, pela venda de bezerros e crescimento do número de animais através da evolução do rebanho. Aqueles que desenvolvem a criação do bicho da seda como parte do sistema produtivo, disseram que gostariam de parar com a atividade por ser muito trabalhosa e pela necessidade de tratos no período da madrugada, ficando apenas com a atividade leiteira. Os outros 22,2% responderam que venderiam a propriedade ou não possuíam uma opinião formada sobre o assunto.

Quando questionados se conversavam com os pais sobre estas propostas, 89% disseram que não. Diversas foram as respostas: *“Porque meu pai não me ouviria”*; *“São apenas eles que decidem”*; *“Acho que ele não faria estas coisas”*.

Esta situação encontrada no assentamento Florestan Fernandes demonstra o que Castro (2009) afirma, que ser jovem carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade dos assentamentos. Essa autoridade cria mecanismos de vigilância e controle sobre os jovens através das relações familiares e demais redes sociais.

O sentimento da necessidade de autonomia pelos jovens do assentamento em relação aos pais é percebido. A solução para este anseio, de acordo com Brumer (2006),

requer mudanças nas relações familiares, através da participação maior de todos os trabalhadores familiares no processo de tomada de decisões e de um maior espaço para a atuação dos jovens.

#### 4.4.3 Relação do Jovem com o Trabalho

Somente 18,5% trabalham fora do assentamento, mas quando podem, realizam eventuais serviços no lote. A maioria restante, 81,5%, trabalha todos os dias na propriedade, manejando e alimentando o rebanho, ordenhando vacas, preparando capineiras, manejando a criação do bicho da seda além de outros trabalhos sendo que alguns apenas por meio período, por estarem freqüentando a escola. Destes, 72,7% não possuem nenhuma restrição em realizar os trabalhos, sendo que vários manifestaram até “gosto” pelo serviço, 27,3% disseram não gostar de realizar certas tarefas, mas faziam pela necessidade da propriedade. Esta manifestação negativa se refere principalmente aqueles que desenvolvem a atividade de criação do bicho da seda.

Referente ao questionamento sobre algum pagamento ou salário recebido pelos trabalhos desenvolvidos na propriedade apenas um jovem comentou receber uma quantia mensal, tratando-se na visão dele mais como uma mesada do que propriamente um salário, devido ao baixo valor. Os demais não recebem um valor fixo que possam se planejar para aquisição de algum bem pessoal. Eventualmente quando precisam comprar alguma mercadoria, precisam solicitar algum dinheiro para os pais. Quando surge uma oportunidade, alguns jovens trabalham em propriedades vizinhas como diaristas.

Para os jovens do assentamento esta é uma situação muito frustrante, uma vez que é manifestado o desejo de acesso a uma renda própria, em que eles possam custear as suas necessidades particulares sem recorrerem aos pais.

#### 4.4.4 O Jovem e a Perspectiva de Futuro

Explorando a perspectiva do jovem com relação ao seu futuro, a pesquisa mostrou que alguns possuem certo dilema em relação ao “ficar na propriedade” e o “sair da propriedade”. Foram identificados três tipos de perspectivas, sendo assim apresentados como:

1) Jovem que quer sair: Este grupo é formado por 22,2% dos jovens sendo metade de cada sexo. A razão para este desejo se deve ao fato de não se identificarem com a vida de agricultor, almejando trabalhar em outras profissões, pretendendo ingressar em faculdades ou realizar cursos técnicos. Este grupo heterogêneo apresenta realidades distintas, com jovens que vivem em propriedades que demonstram uma boa rentabilidade e outros que vivem em condições limitadas financeiramente.

2) Jovem que necessita sair, mas preferia ficar: Representado por 44,4% do total, estes jovens gostam de trabalhar com atividades rurais e viver na comunidade, mas relatam que em virtude da dificuldade financeira da família desejam buscar oportunidades de renda própria no ambiente urbano. Houve também reclamações sobre a dificuldade de acesso a linha de crédito ao Pronaf Jovem, que vincula a liberação de recursos a alguma formação técnica agropecuária. Da mesma forma que o primeiro grupo, alguns pretendem cursar uma faculdade, um curso técnico ou apenas trabalhar em alguma empresa, sem necessariamente ser do ramo agropecuário.

3) Jovem que quer ficar: A situação deste grupo de jovens formado por 33,4% do total, apresenta uma realidade econômica mais favorável, beneficiando-se de uma melhor condição de vida que a do segundo grupo. São jovens que além destas vantagens, identificam-se com a agropecuária e com a vida na comunidade. Possuem interesse em melhorar o conhecimento referente às atividades desenvolvidas através de cursos técnicos, faculdades ou treinamentos e são incentivados pelos pais a permanecerem na propriedade, mesmo ainda não recebendo remuneração mensal no trabalho desenvolvido, mas acreditando que no futuro esta divisão seja mais racional.

Brumer (2006) apontava que o acesso à renda própria também era um dos motivos para justificar a migração de jovens rurais. Isso porque no ambiente familiar rural, na maioria das vezes, os recursos não são divididos e ficam sobre o controle do pai. O trabalho assalariado no meio urbano passa então a representar uma boa opção para conquista de uma renda própria pelos jovens rurais.

Contudo, Castro (2009) destaca que não se deve tratar a questão como apartada das dificuldades enfrentadas pelos pequenos produtores familiares. Isto é, os problemas enfrentados pelos jovens são antes de tudo problemas enfrentados pela pequena produção familiar e suas muitas formas de reprodução, como as difíceis condições de vida e

produção. Neste contexto, algumas dificuldades atingem de forma mais direta os jovens rurais.

#### 4.4.5 Lazer e Cultura

As opções de cultura e lazer no assentamento se restringem a: jogo de futebol em uma área de pastagem, visita a uma represa localizada em uma propriedade da comunidade, assistir televisão, eventuais visitas à cidade e a utilização por alguns jovens de computador e acesso a internet<sup>9</sup>.

Os jovens entrevistados anseiam por um espaço no assentamento sobre o qual possam desenvolver a cultura e o lazer. Segundo eles, este espaço deveria ser um local de ponto de encontro sobre o qual existiria um campo de futebol, quadra de vôlei de areia, local para apresentações de músicas, promoção de eventos, peças de teatro, biblioteca, computadores para acesso a internet, favorecendo a socialização dos jovens e das famílias, além da possibilidade de trazer amigos da cidade para participar da comunidade.

No depoimento dos jovens, ocorrem afirmações de que a comunidade não é unida. Mas com a implantação de um local para o desenvolvimento da cultura e lazer esta situação poderia ser amenizada, passando a existir uma maior participação das famílias e o estreitamento nos laços de amizade e confiança.

O assentamento possui uma área destinada ao Centro Comunitário, com aproximadamente 6,0 ha, constituído por uma igreja católica e um grande barracão que é utilizado apenas pelos adultos para a realização de reuniões e algum evento festivo ou religioso.

Apesar de não existir, no entendimento dos jovens, muitas opções de lazer no assentamento, este fato não é relacionado por eles como sendo motivo para querer abandonar a vida no meio rural. Fica claro que, se existisse mais opções de lazer, o ambiente social na comunidade seria bem melhor. Neste caso, diferente do que é afirmado por Carneiro (1998), “a ausência de espaços de lazer é responsável, entre outros fatores, pela avaliação negativa do campo em relação à cidade e pelo desejo de migração”.

---

<sup>9</sup> Articulado pela Emater local, no ano de 2009 foi instalado neste assentamento, o acesso à internet via rádio sobre o qual dez famílias possuem computadores e se conectam à rede.

Stédile (2001) comenta que o jovem rural sonha em ver no seu assentamento opções de lazer que tem na cidade, o que é uma ilusão, porque na cidade existem muitas alternativas de lazer somente para quem tem dinheiro, para a juventude pobre da periferia as alternativas de lazer também inexistem. No entanto, cada assentamento deve ter criatividade para resolver este desejo.

#### 4.4.6 Luta pela Terra

Conforme Castro (2009), no que concerne ao processo específico do Plano Nacional de Reforma Agrária e sua articulação com as questões que dizem respeito à juventude rural, observa-se que para além dos problemas estruturais ainda enfrentados pelas famílias assentadas, outro fator deve ser analisado de forma privilegiada, dada a sua centralidade para os processos e reprodução social no meio rural, os assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária não possuem espaço físico para a permanência de novos núcleos familiares oriundos das famílias já assentadas, e nem os filhos têm qualquer encaminhamento previsto para quando formarem uma família nuclear. Portanto, “ficar” no meio rural significa “começar de novo”, lutar pelo acesso a terra.

Considerando o fato de que os lotes ou as propriedades do assentamento possuem uma área limitada que proporciona uma pequena rentabilidade para reprodução das famílias, e em muitos casos impossibilitando ou dificultando a divisão entre irmãos, o jovem foi provocado, nesta pesquisa, a indagar sobre a possibilidade de participação em novos acampamentos para a conquista de um lote no sentido de dar continuidade a vida de agricultor.

Apesar de a maioria ter manifestado o desejo em continuar vivendo no meio rural, a experiência de alguns que vivenciaram com os pais a difícil realidade da luta pela terra e o próprio desestímulo da família para tal em virtude desta mesma dificuldade, 88% dos jovens afirmaram não possuir interesse em participar do Programa de Reforma Agrária através do processo de acampamentos e ocupações de propriedades, preferindo buscar outras oportunidades de trabalho ou viverem com os pais.

#### 4.5 CONCLUSÕES

A partir da realidade que foi apresentada, podemos concluir que a maioria dos jovens deste assentamento possui o desejo de permanecer e trabalhar com os pais, mas a limitada rentabilidade econômica das propriedades e a falta de uma renda própria são os principais fatores de desestímulo na sucessão do empreendimento, fazendo com que o jovem sinta a necessidade de abandonar o meio rural.

Não é fornecida ao jovem a oportunidade de participação nas discussões referentes aos problemas e soluções tanto da propriedade como da comunidade, sendo vistos apenas como força de trabalho local. Esta não valorização aparenta uma falsa imagem de que o jovem não possui interesse pelo desenvolvimento do assentamento.

A educação é vista pelos jovens como uma possibilidade de melhoria de vida, seja no meio rural ou urbano, através de capacitação para aprimorar a profissão de agricultor ou na formação para uma outra atividade profissional. É preciso respeitar a opção do jovem sobre a profissão que gostaria de exercer e possibilitar condições para que possa estudar.

A vontade de promover espaços para a cultura e lazer no assentamento é uma necessidade demandada pelos jovens e vista como elemento de maior socialização das famílias e bem estar na comunidade.

A área dos lotes do assentamento possui um potencial para a reprodução de até duas famílias. E em virtude desta limitação, seria inviável a divisão deste mesmo lote entre mais filhos que pretendam continuar na atividade agropecuária e constituir a sua própria família. É importante a discussão de políticas públicas para aqueles jovens que permanecerão no lote com seus pais, facilitando o acesso a crédito para suas atividades, além de privilegiar o acesso a terra, através do Programa Nacional de Reforma Agrária, aos outros filhos que demonstram interesse na profissão de agricultor, aproveitando a experiência e a vocação que eles possuem.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos resultados apresentados pelo estudo do 1.º Artigo - “Dinâmica socioeconômica do assentamento rural Florestan Fernandes no município de Florestópolis-Pr”, podemos afirmar que os recursos para o apoio inicial às famílias, a implantação de infraestruturas básicas e produtivas, acesso às políticas públicas e de créditos são fatores importantes para possibilitar condições de permanência e desenvolvimento das famílias no assentamento.

A atividade de bovinocultura de leite se tornou a base de sustentação econômica dos sistemas de produção, possibilitando o aumento do capital através da evolução do rebanho, demandando serviços e recursos para o incremento da atividade. Integrada a indústria, que neste caso representa uma “parceria” necessária, proporciona uma geração de renda regular às famílias. A bovinocultura de leite também demonstrou possuir uma característica importante em relação às culturas anuais desenvolvidas anteriormente, onde em condições de adversidades climáticas, principalmente veranicos, as pastagens apresentam maior poder de recuperação após o início das chuvas, enquanto que as culturas como a soja, são bastante afetadas, prejudicando ou até mesmo inviabilizando a produção, o que provoca uma desestabilização na situação financeira da propriedade.

As características econômicas mostram uma variação entre a renda bruta da produção das unidades produtivas, demonstrando que as rendas mais elevadas se referem aos sistemas produtivos melhor administrados, ao capital inicial próprio de algumas famílias acima da média de outros assentados, aplicação correta do crédito agrícola, maior dedicação e trabalho por parte de algumas famílias e desenvolvimento de sistemas produtivos mais lucrativos. As famílias que apresentam resultados menos satisfatórios, demonstram a necessidade de maior atenção e esforços para sua melhoria.

Divergência entre membros do assentamento faz prevalecer decisões individualistas e dificultam a formação de organização sobre a produção agropecuária, que certamente poderia potencializar o rendimento econômico através da aquisição coletiva de insumos e comercialização da produção.

O acesso aos serviços públicos, a qualidade das residências, a aquisição de eletrodomésticos, telefones celulares e veículos indicam aumento da qualidade de vida das famílias.

A participação de outras entidades públicas e privadas, como parceiros em trabalhos sociais e econômicos, indica a importante contribuição para o desenvolvimento do assentamento e do fortalecimento do grupo familiar, demonstrando que não depende apenas da assistência técnica, através somente de intervenções produtivas, a função de viabilização da comunidade.

A presença das famílias do assentamento ocasionou um crescimento populacional significativo no município, gerando demandas em relação à melhoria de estradas, necessidades de acesso a transporte, favorecendo um efeito positivo sobre o ambiente econômico local, dinamizando o comércio e o incremento na arrecadação de impostos.

Com relação ao 2.º Artigo - “A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes”, observa-se que quando se discute o futuro dos assentamentos rurais e da agricultura familiar, implica em conhecermos a realidade da juventude rural de hoje, uma vez que teoricamente, esses jovens estariam sucedendo seus pais na exploração do lote. Para isto é importante conhecer o ambiente em que os jovens estão inseridos, suas angústias, necessidades e perspectivas.

Neste estudo foi possível identificar que a maioria dos jovens manifesta a vontade de continuar vivendo no assentamento, mas em virtude da limitação da renda obtida na propriedade, muitos deles sentem a necessidade de abandonar o assentamento em busca de sua independência financeira deixando para trás uma população rural envelhecida, o que não confirma a hipótese da pesquisa deste artigo, que considerava que o desejo dos jovens de abandonar o assentamento se devia ao fato de não estarem mais identificados com a vida no campo, sendo atraídos pela diversidade de opções oferecidas pelo meio urbano.

Não é um desejo do jovem, querer sair do assentamento, mas uma necessidade. Mesmo assim esta necessidade se torna preocupante, uma vez que a maioria dos jovens entrevistados não possui capacitação profissional para enfrentar o exigente mercado de trabalho do meio urbano. Por outro lado, aqueles que podem permanecer no campo, estão limitados aos conhecimentos práticos do trabalho rural que executam e não estão sendo capacitados de uma forma mais profissional para exercer a profissão de produtor rural.

Este cenário se deve em parte por alguns pais que não estimulam os filhos a seguir a vida no meio rural e pela maioria das entidades governamentais e não governamentais que não dedicam a merecida atenção para a preocupação em criar mecanismos que possam possibilitar a permanência da juventude no meio rural.

O abandono do meio rural pelo jovem, pode ameaçar a própria reforma agrária, principalmente nestes assentamentos que foram criados e que demonstram a incapacidade de manter a juventude no campo, interrompendo o processo sucessório e colocando em risco a continuidade e a existência do assentamento.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.W.; BRANCO, P. P. M. (Org). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, 2005. 448 p.
- ABRAMOVAY, R. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Ministério do Planejamento, orçamento e gestão, instituto de pesquisa econômica aplicada (IPEA). Rio de Janeiro, 2000. (Texto para discussão, n. 702).
- \_\_\_\_\_, R. et al. (Coord.) **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ALENTEJANO, P. R. R. O que há de novo no rural brasileiro? **Revista Terra Livre**, São Paulo, n. 15, p. 91-97, 2000.
- ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável**. Guaíba-RS: Agropecuária, 2002.
- ANJOS, F. S. et al. Agricultura familiar e políticas públicas: impacto do PRONAF no Rio Grande do Sul. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, set. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103)>. Acesso em: 06 ago. 2010.
- ARAÚJO, N. B.; WEDEKIN, I.; PINAZZA, L. A. **Complexo agroindustrial: o agribusiness brasileiro**. São Paulo: Agroceres. 1990. 238p.
- BADALOTTI, R. M.; RENK, A.; BERTONCELLO, A.; ROSSY, A. M.; AMARAL, E; DALLAZEN, R. Reprodução Social da Agricultura Familiar e Juventude Rural no Oeste Catarinense. VII RAM – UFRGS, Porto Alegre, Brasil, 2007 – GT 01: **Antropologia Económica y Ecológica**. Coordenação: Alejandro Balazote (UBA/UNLu, Argentina) e Maria José Reis (UFSC, Brasil).
- BAMAT, T.; IENO NETO, G. (Org.) **Qualidade de vida e reforma agrária na Paraíba**. João Pessoa: UNITRABALHO/UFPB, 1998.
- BARBOSA, R. G. Guerra de Porecatu. **Cidade de Porecatu**. Disponível em: <<http://porecatupr.vilabol.uol.com.br/moyses.html>> Acesso em: 05 jan. 2010.
- BERGAMASCO, S. M. P. P. A realidade dos assentamentos por detrás dos números. **Estudos Avançados** n. 11, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n31/v11n31a03.pdf>>. Acesso em: 02 maio 2010.
- \_\_\_\_\_, S. M. P. P; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_, S. M. P. P. **Assentamentos rurais: reorganização do espaço produtivo e processos de socialização**. In: Medeiros, 1994.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Brasília: SAF/MDA, 2006.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Programa Nacional de Crédito Fundiário. **Beneficiados pelo Banco da Terra**. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/biblioteca/index?folderid=72074>>. Acesso em: 23 maio 2010a.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/pncf/>>. Acesso em: 05 jul. 2010b.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA. Secretaria de Reordenamento Agrário – SRA. Coordenação Geral de Planejamento, Monitoramento e Avaliação – CGPMA. **Painel de Indicadores Gerenciais. SRA – 2010**. Boletim – Ano 5 – n.º 8, 2010c.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: <<http://www.creditofundiario.org.br/pncf/>>. Acesso em: 23 maio 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Agricultura familiar no Brasil e o Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo\\_2006.pdf](http://portal.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/arquivos-destaque/censo_2006.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2010.

\_\_\_\_\_. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**, dia 25/07/2006.

\_\_\_\_\_. II Plano Nacional de Reforma Agrária. **Paz, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. 2004.

\_\_\_\_\_. Portaria n.º 80 de 24 de abril de 2002. Seção 1. Edição 79. pág. 127. Dispõe sobre as definições de assentamento e assentado. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/imprensa/visualiza/index.jsp?ornal=1&pagina=127&data=25/04/2002>>. Acesso em: 12 jun. 2010

\_\_\_\_\_. Presidência da República. **Reforma Agrária: compromisso de todos**. [S.I.:s.n.],1997. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/publi\\_04/COLECAO/REFAGR3.HTM](http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/REFAGR3.HTM)> Acesso em: 23 jun. 2010.

BRUM, A. J. **Reforma agrária e política agrícola**. Rio Grande do Sul: Ed. Unijuí., 1988. 65 p.

\_\_\_\_\_, A. J. **Modernização da agricultura: trigo e soja**. [s.i] FIDENI, 1985.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CONGRESSO LATINO AMERICANO DE SOCIOLOGIA RURAL, 7., 2006, Quito. **Anais...** Quito, 2006.

\_\_\_\_\_, A. Gênero e Agricultura; a situação da mulher na agricultura no Rio Grande do Sul. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. p.205-227, 2004.

BUAINAIM, A. M.; SILVEIRA, J. M.; TEÓFILO, E. **Reforma agrária, desenvolvimento e participação**: uma discussão das transformações necessárias e possíveis. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento – NEAD, 2004. Disponível em: <www.nead.org.br.> Acesso em: 12 dez. 2009.

\_\_\_\_\_, A. M.; ROMEIRO, A. **A agricultura familiar no Brasil**: agricultura familiar e sistemas de produção. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Março de 2000. 62p.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R.. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: Panorama dos últimos cinquenta anos. In: Congresso da Associação Nacional de Pesquisa e pós graduação em Ciências sociais, 21., 1997, Caxambu. **Trabalhos apresentados...** Caxambu, 1997.

CAMARGO NETO, F. P. A Tendência à Exacerbação da Mercantilização. **Cadernos da FACECA**, Campinas, v. 14, n. 1, p. 5-18, jan./jun. 2005.

CAMPOLIN, A. I. **Educação Rural**: Um debate necessário. ADM - Artigo de divulgação na Mídia, Embrapa Pantanal, Corumbá-MS, n.87, p.1-3. nov. 2005.

CAPORAL, F.R.; COSTABEBER, J.A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável**. Perspectivas para uma nova extensão rural. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília, 2004.

CARDIM, S. E. C. S. et al. **Análise da Estrutura Fundiária Brasileira**. Brasília: NEAD/MDA, 2005.

CARDOSO, F. H.; MÜLLER, G., **Amazônia**: expansão do capitalismo. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1978. 205 p.

CARNEIRO, M. J. Juventude rural: projetos e valores. In.: ABRAMO, H.; BRANCO, P. M. D. (Org.) **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Instituto Cidadania/Perseu Abramo, 2005.

\_\_\_\_\_, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção, Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 1998. (Estudos Sociedade e Agricultura, n.11)

CARVALHO, A.; SOARES Jr, D.; LIRA, M. P.; FIGUEIREDO, R.; LLANILLO, R. F.; CARNEIRO, S. L. **Sistemas de Produção Familiares do Norte do Paraná**. Rede de Referência, IAPAR e EMATER. Convênio Projeto Paraná 12 Meses e PRONAF. Londrina-Pr, 56p. 2001.

CASTRO, E. G. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Rev. latinoam. cienc. soc. Niñez. juv**, Manizales, v. 7, n. 1, Jan. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1692-715X2009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 jun. 2010.

\_\_\_\_\_, E. G. “Assentamento entre o rural e o urbano”. In: CARNEIRO, M.J. (Org) **Campo Aberto** – O rural no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa livraria Ltda., 1998.

CEDEJOR – **Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural**. Os jovens rurais e sua relação com a cultura e o lazer. Disponível em:

<[http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=0&oq=instituto+ecopolis&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBF\\_pt-BRBR333BR334&q=instituto+ecopolis](http://www.google.com.br/search?sourceid=navclient&aq=0&oq=instituto+ecopolis&hl=pt-BR&ie=UTF-8&rlz=1T4ADBF_pt-BRBR333BR334&q=instituto+ecopolis)>. Acesso em: 16 maio 2010.

CHAVES JÚNIOR, E. O. Políticas de juventude: Evolução histórica e definição Gênese das teorizações sobre a juventude. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Cadernos, juventude saúde e desenvolvimento**. v.1. Brasília, DF, agosto, 1999.

DEL GROSSI, M. E.; GRAZIANO da SILVA, J. **Novo Rural**: uma abordagem ilustrada, v.I. Londrina: IAPAR, 2002a.

\_\_\_\_\_. **Novo Rural**: uma abordagem ilustrada, v.II. Londrina: IAPAR, 2002b.

\_\_\_\_\_. Ocupação nas Famílias Agrícolas e Rurais no Brasil, 1992/97. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais**. Brasília - DF: SOBER, 1999. CD-ROM.

\_\_\_\_\_. A pluriatividade na agropecuária brasileira em 1995. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro - RJ, v. 11, p. 26-52, 1998.

DELGADO, G. C. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. Cap. 2.

DOMINGOS NETO, M. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, M.D. (Org.). **O Banco Mundial e a Terra**: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: VIRAMUNDO, 2004. p. 27-39.

DUFUMIER, M. Lês projets de développement agricole – manœuvres d’expertise, Paris: CTA – Karthala, 1996. In: GARCIA FILHO, D.P. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários. INCRA/FAO**. Disponível em:

<[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=149&Itemid=178](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=149&Itemid=178)> Acesso em: 25 abr. 2009.

DURSTON, J. A juventude rural no Brasil e no México: reduzindo a invisibilidade. **Ideias & Debate**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, n.27, 1999.

EMATER. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de trabalho integrado para o ano de 2010 e relatório de atividades do ano de 2009 do município de Florestópolis-Pr**. Florestópolis: EMATER, 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de trabalho integrado para o ano de 2008 e relatório de atividades do ano de 2007 do município de Florestópolis-Pr.** Florestópolis: EMATER, 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de trabalho integrado para o ano de 2005 e relatório de atividades do ano de 2006 do município de Florestópolis-Pr.** Florestópolis: EMATER, 2006.

\_\_\_\_\_. Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. **Plano de trabalho integrado para o ano de 2003 e relatório de atividades do ano de 2002 do município de Florestópolis-PR.** Florestópolis: EMATER, 2002.

EMBRAPA.; IAPAR. **Mapa de solos do Estado do Paraná:** Legenda Atualizada/editores, Silvio Barge Bhering, Humberto Gonçalves dos Santos. – Rio de Janeiro: Embrapa Florestas: Embrapa Solos: Instituto Agrônômico do Paraná, 2008.

\_\_\_\_\_. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Centro Nacional de Pesquisa de Solos (Rio de Janeiro, RJ). **Sistema brasileiro de classificação de solos.** – Brasília: Embrapa. Produção de Informação; Rio de Janeiro: Embrapa Solos, 1999. XXVI, 421p.

ESTATUTO DA TERRA. Lei n. 4.504 – de 30 de novembro de 1964. **Título I – Disposições preliminares. Título II – Princípios e definições.** Disponível em: <[http://www.fetagr.org.br/nx/download/pol\\_agricola/LEI%20N.%204.504%20-201964%20ESTATUTO%20DA%20TERRA.pdf](http://www.fetagr.org.br/nx/download/pol_agricola/LEI%20N.%204.504%20-201964%20ESTATUTO%20DA%20TERRA.pdf)>. Acesso em: 20 mar. 2010.

FAEP. Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Boletim n.º 997.** Disponível em: <<http://www.faep.com.br/boletim/bi997/encarte/encbi997pag02.htm>>. Acesso em: 10 set. 2009.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA** – v. 8, n. 6, Jan. 2005.

\_\_\_\_\_, B. M. Brasil: 500 anos de luta pela terra. **Revista de Cultura Vozes.** Petrópolis: Vozes, 2000.

FLEISCHFRESSER, V. **Modernização tecnológica da agricultura:** contrastes regionais e diferenciação social no Paraná da década de 1970. Curitiba: Chain: CONCITEC: IPARDES, 1988.

FLORESTÓPOLIS. Prefeitura Municipal de Florestópolis-PR. **Plano de Desenvolvimento Rural de Florestópolis, PR.** Arquivo do Município de Florestópolis, 2009. 15 p.

FULLER, A. M. **From Part Time Farming to Pluriativity:** a decade of change in rural Europe. **Journal of Rural Studies**, London, v.6, n.4, p.361-373, 1990.

GANCHO, C. V. et al. **A Posse da terra.** São Paulo: Ática, 1991.

GARCIA FILHO, D. P. **Análise diagnóstico de sistemas agrários**: guia metodológico. Convênio INCRA/FAO, 1999.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J.C.P.R. da. A demanda de terra para a reforma agrária no Brasil. In: LEITE, P. S. et al. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. MDA. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2000.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n.2, p.35-48, abr./jun. 2004.

GIRARDI, E. P.; FERNANDES, B. M. Geografia da conflitualidade do campo brasileiro. In: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S. de; PAULILO, M. I. (Org.). **História social do campesinato no Brasil** – lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

GOMES da SILVA, J. A. **A reforma agrária no Brasil**. Rio de Janeiro, 1971.

GRAZIANO da SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. O Novo Rural Brasileiro. In: IAPAR. (Org.). Ocupações Rurais Não Agrícolas: **Anais**: oficina de atualização temática. Londrina: IAPAR, 2000. v. I, p.165-173.

\_\_\_\_\_, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, 1999

\_\_\_\_\_, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

\_\_\_\_\_, J. Mas, qual Reforma Agrária? In: **Revista da ABRA**, n.º 1, Campinas: ABRA, 1987. p. 11-56.

\_\_\_\_\_, J. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GRAZIANO NETO, F. **Questão Agrária e Ecologia**. Crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1988.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: Tipos Fundamentais. ERA - **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v 35, n.35, p. 21-29. 1995.

GUANZIROLI, C. E.; BRUNO, R. e MEDEIROS, L. S. Percentuais e causas das evasões nos Assentamentos Rurais. Brasília: INCRA/FAO, 2001. (Série Cadernos da Terra, n. 9)

\_\_\_\_\_, C. E. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

\_\_\_\_\_, C. E. Reforma Agrária e globalização da economia: o caso do Brasil. In: LEITE, P. S. et al. (Org.). **Reforma agrária e desenvolvimento sustentável**. MDA. Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento, 2000.

HEREDIA, B. et al. **Impactos Regionais da Reforma Agrária**: Um estudo sobre as áreas selecionadas. Rio de Janeiro, CPDA/UFRRJ-Nuap/PPGAS/UFRJ. Relatório de Pesquisa. 2002.

IANNI, O. Colonização e contra reforma agrária na Amazônia. Petrópolis, **Vozes**, 1979.

IAPAR. Instituto Agrônômico do Paraná. **Cartas Climáticas do Paraná**. Classificação Climática. Disponível em:  
<http://www.iapar.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=863>. Acesso em 07/05/2010.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE cidades 2010**. Disponível em:  
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>. Acesso em: 08 jun. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em:  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=559&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto brasileiro de geografia e estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: [http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo\\_Agropecuario\\_2006/agri\\_familiar\\_2006/](http://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Agropecuario_2006/agri_familiar_2006/). Acesso em: 05 ago. 2009.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 1996**. Disponível em:  
<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=263&z=t&o=11&i=P> Acesso em: 20 mar. 2010.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro, 1959.

I CENSO DA REFORMA AGRÁRIA. Dossiê questão agrária. **Revista Estudos Avançados** v.11, n 31. São Paulo, set/dez., 1997.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **A luta pela Terra e sua conquista**. Disponível em: [http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/luta\\_pela\\_terra.htm](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/luta_pela_terra.htm). Acesso em: 19 jun. 2010a.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estrutura Fundiária**. Disponível em:  
[http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura\\_fundiaria.htm#utilizacao\\_terra](http://www4.fct.unesp.br/nera/atlas/estrutura_fundiaria.htm#utilizacao_terra). Acesso em: 14 jun. 2010b.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Incra chega aos 40 anos com a missão de construir um país mais justo e desenvolvido**. Disponível em:  
[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=14622:incra-chega-aos-40-anos-com-a-missao-de-construir-um-pais-mais-justo-e-desenvolvido&catid=1:ultimas&Itemid=278](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=14622:incra-chega-aos-40-anos-com-a-missao-de-construir-um-pais-mais-justo-e-desenvolvido&catid=1:ultimas&Itemid=278). Acesso em: 11 maio 2010c.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Números da reforma agrária** Área incorporada ao Programa de reforma Agrária. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=category&layout=blog&id=174&Itemid=203](http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=174&Itemid=203)>. Acesso em: 10 maio 2010d.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Superintendência Regional do Paraná –SR (09). **Relatório do P.A. Florestan Fernandes – município de Florestópolis-PR**. Curitiba-PR, 2008.

\_\_\_\_\_. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Censo Agropecuário 2006**. Disponível em: <[http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/noticias/agricultura\\_familiar\\_no\\_brasil\\_%20e\\_censo\\_agropecuario\\_2006.pdf](http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/noticias/agricultura_familiar_no_brasil_%20e_censo_agropecuario_2006.pdf)>. Acesso em: 15 abr. 2010

KAGEYAMA, A. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 57-69, 2001.

LAURENTI, A. C.; DEL GROSSI, M. E. A evolução das pessoas ocupadas nas atividades agrícolas e não agrícolas nas áreas rurais do Brasil. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO da SILVA, J. (Org.). **O Novo Rural Brasileiro** - Uma Análise Nacional e Regional. 1. ed. Jaguariúna: EMBRAPA, 2000. v. 1, p. 15-66.

\_\_\_\_\_, A. C.; DEL GROSSI, M. E. Evolução das Pessoas Ocupadas em Atividade Agrícolas e Não Agrícolas nas Áreas Rurais do Brasil. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37., 1999, Foz do Iguaçu. **Anais**. Brasília - DF: SOBER, 1999. , v.1, p. 269.

LEITE, S. P.; AVILA, R. V. Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 3, set. 2007.

\_\_\_\_\_, S. P. et al. (Coord.). **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. São Paulo: UNESP, 2004.

LIMA, A. J. P. et al. **Administração da unidade de produção familiar: modalidades de trabalho com agricultores**. Ijuí: UNIJUI, 1995.

LOURENZANI, W. L. Capacitação gerencial de agricultores familiares: uma proposta metodológica de extensão rural. In: Organizações Rurais e Agroindústrias. **Revista de Administração da UFLA**, Lavras-MG, v. 8, n.3, set./dez. 2006.

MARTINS, J. de S. **A militarização da questão agrária no Brasil. (terra e poder: o problema da terra na crise política)**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

MAZOYER, M. **Dynamique des systèmes agraires** - rapport de synthèse du colloque sur la dynamique des systèmes agraires. Paris: Ministère de la Recherche et de la Technologie, 1987.

MEDEIROS, E. J. R.; CAMPOS, R.T. Avaliação socioeconômica do Programa Reforma Agrária Solidária nos municípios de Iguatu e Quixeramobim - Estado do Ceará. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 40, n. 4, dez. 2002.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional**. Rio de Janeiro: Maud, 2004.

\_\_\_\_\_, L. S. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2003.

\_\_\_\_\_, L. S.; ESTERCI, N. Introdução. In: et.al. (Org.). **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed. Unesp, 1994.

MELLO, M. A.; ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; DORIGON, C.; FERRARI, D. L.; TESTA, V. M. Sucessão hereditária e reprodução social da agricultura familiar. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, n. 1, p. 11–24, 2003.

MIRANDA, M. et al. A busca de referências técnicas e econômicas para o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Paraná através de uma rede de propriedades. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODULÇÃO, 4., 2001, Belém. **Anais**. Belém: Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 2001. CD-ROM.

MONTE, P. A.; PEREIRA, A. E. S. Um estudo regional dos determinantes da geração de renda e construção da cidadania nos Projetos de Assentamentos. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 47, n. 4, dez. 2009.

MORO, D. A. Aspectos da dinâmica espacial da população norte paranaense, durante o processo de modernização da agricultura regional. In: XI Encontro de Geografia Agrária. 1992, Maringá. **Anais**. p. 56-76.

NORDER, L. A. C. **Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.

OLIVEIRA, A. U. **Amazônia – monopólio, expropriação e conflitos**. Campinas: Papyrus, 1987.

PAULILO, M. I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 12, v. 1, p.229-52, 2004.

PEREIRA, J. Jr. **A fixação do jovem no campo: Um desafio para os sindicatos dos trabalhadores rurais**. Disponível em: <<http://www.jpjconsultoria.com.br/index.php>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

PINHEIRO, S. L. G. **A evolução do enfoque sistêmico nas ações de investigação, desenvolvimento e extensão rural: Da abordagem hard-systems para experiências com soft-systems**. In: XVI Simpósio da Associação Internacional de Sistemas de Produção (IFSA), Santiago, 2000.

PRADO JÚNIOR, C. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

PUTNAM, R.D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2000.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. A Contra Reforma Agrária no Brasil. In: O BANCO Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: VIRAMUNDO, 2004. p. 75-79

REUBEN, W. **La juventud rural en América Latina y em Caribe**. San José: Instituto Interamericano de Cooperación para la Agricultura (IICA), 1990.

RIBEIRO, E. M. et al . Agricultura familiar e programas de desenvolvimento rural no Alto Jequitinhonha. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 45, n. 4, dez. 2007.

ROCHA, H. F. **Análise e mapeamento da implantação de assentamentos rurais e da luta pela terra no Brasil entre 1985 - 2008**. 2009. Trabalho de monografia – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. Campo – Território: **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 82 -106, fev, 2006.

SAMPAIO, P. A. Qual é a questão agrária atual? **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária - ABRA**, São Paulo: v. 34, n.2, jul/dez, p. 20-37, 2007.

SAUER. S. **“Reforma agrária de mercado” no Brasil: o custo de um futuro ilusório**. Progress in Development Studies, 2008.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade e as condições de vida dos agricultores familiares do Rio Grande do Sul. In: SHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2006.

\_\_\_\_\_, S. Teoria Social, Agricultura Familiar e Pluriatividade. **Rev. bras. Ci. Soc.**, São Paulo, v. 18, n. 51, Feb. 2003. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 06 ago. 2010.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: EPAGRI. 2001.

SOUZA MARTINS, J. **O cativo da terra**. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1981.

SPAROVEK, G. **A qualidade dos assentamentos da reforma agrária brasileira**. São Paulo. Ed. Páginas e Letras, 2003.

STÉDILE, J. P. **Vida e trabalho nos assentamentos rurais**. CD ROM produzido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 2001.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico rural participativo: guia prático DRP** / por Miguel Expósito Verdejo, revisão e adequação de Décio Cotrim e Ladjane Ramos. – Brasília: MDA/ Secretaria da Agricultura Familiar. 62 p. 2007.

WANDERLEY, N. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO (Org.) **Agricultura familiar:** realidades e perspectivas. Passo Fundo- RS: UPF, 2001.

## **APÊNDICES**

**APÊNDICE A – Roteiro de perguntas para investigação sobre a origem das famílias do Assentamento Florestan Fernandes**

Nome do Titular: \_\_\_\_\_

Descendência: \_\_\_\_\_

Nome do Cônjuge: \_\_\_\_\_

Descendência: \_\_\_\_\_

Cidade que moravam antes de serem assentados: \_\_\_\_\_

Estado: \_\_\_\_\_

Antes de serem assentados, desenvolviam qual (is) atividade(s)?

Que outras experiências na atividade agropecuária, possuíam?

Como eram as condições de vida, antes do assentamento? (Qualidade de vida, moradia, acesso a crédito, outros)

Porque resolveram participar de um programa para aquisição de terras e quais eram as expectativas?

Como vocês foram organizados/convidados a participar deste programa?

Quanto tempo ficaram acampados, antes de “conquistarem” o assentamento Florestan Fernandes?

Participaram de quantos acampamentos? Quais?

Como era a rotina no acampamento?

Receberam algum treinamento ou capacitação enquanto estavam acampados? Qual (is)?

Enquanto estavam acampados, como foi selecionado o grupo de famílias, que fariam parte do Assentamento Florestan Fernandes?

**APÊNDICE B – Roteiro de perguntas para diagnóstico da trajetória social e econômica do Assentamento Florestan Fernandes**

Nome do Titular: \_\_\_\_\_

Nome do cônjuge: \_\_\_\_\_

- 1) Como foi o início, logo que assumiram o Assentamento Florestan Fernandes e antes de se estabelecerem nos lotes? (moradia, água, alimentação, saúde, educação)
- 2) Como foi realizada a divisão dos lotes?
- 3) Como estava o lote, quando vocês assumiram? (conservação de solos, água, energia, habitação, culturas, estrutura, estradas)
- 4) Receberam algum recurso, para iniciarem as atividades – Quais e em que foram aplicados?
- 5) Possuíam algum recurso financeiro próprio, máquinas, equipamentos, animais, para iniciarem as atividades no lote?
- 6) Quais as atividades agropecuárias, que foram iniciadas no lote? Porque estas atividades?
- 7) Existiu alguma proposta técnica de planejamento inicial de atividades agropecuárias nos lotes? Quem e como foi realizado?
- 8) Como e quem realizava a assistência técnica no início das atividades no lote?
- 9) Quais assistências técnicas recebem hoje?
- 10) Acha que é importante? Por quê?
- 11) Atende as recomendações dos técnicos?
- 12) Como é dividido as tarefas do dia a dia no lote? Quem faz o quê?
- 13) Onde adquire os insumos para as atividades e qual é a forma de pagamento?

14) Se houve mudança da atividade que era explorada no início da aquisição do lote:

Atividade inicial:

Atividade atual:

Porque resolveu mudar de atividade?

15) Quais eram as suas expectativas, quando assumiram o lote?

16) No início do assentamento, como vocês entendem que eram tratados pelos moradores da cidade de Florestópolis, tiveram alguma dificuldade de relacionamento inicial?

17) E hoje, como é?

18) Tiveram apoio da prefeitura local, para acesso aos atendimentos públicos municipais? Quais?

19) Fazem parte de alguma organização no Assentamento ( ) não ( ) sim Qual?

\_\_\_\_\_

Quais são as vantagens ou desvantagens desta organização?

Fez parte de alguma organização no Assentamento ( ) não Porque?

\_\_\_\_\_

( ) sim Qual?

\_\_\_\_\_

Porque esta organização não existe mais?

Sente necessidade de se organizarem? ( ) sim ( ) não

Se sim; Que tipo de organização?

Se não; Por quê?

20) O que acha das suas condições hoje, de habitação, água, energia, telefone, transporte, outros (qualidade de vida? Comente:

21) Vocês acreditam no Programa de reforma Agrária? Como vocês acham que deveriam ser realizados os assentamentos de reforma agrária?

**Trajetória agropecuária:**

Ano: 1999/2000

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2000/2001

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2001/2002

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2002/2003

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2003/2004

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2004/2005

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2005/2006

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2006/2007

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

Ano: 2007/2008

Produto	Produção	ha	% comercializada	% consumida	Local de comercialização

**APÊNDICE C – Roteiro de perguntas para os jovens rurais do Assentamento Florestan Fernandes**

1. Identificação:

( ) Masculino

( ) Feminino

data de nascimento: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_\_\_

Escolaridade: \_\_\_\_\_

Como é constituída a sua família?

2. Quais os bens materiais que existe na sua propriedade? ( residência, veículos, equipamentos, internet, benfeitorias, eletrodomésticos)
3. Quais atividades são desenvolvidas na propriedade? Que outras fontes de renda possuem fora da propriedade?
4. Você participa das decisões sobre as atividades desenvolvidas na propriedade? Como?
5. Você participa das discussões referente a comunidade/ assentamento, sobre assuntos que você acha que deveriam ser tratados. Se não – por quê?
6. Você ajuda com atividades ou trabalho na propriedade?
7. Se sim, é diário, semanal ou eventual? Que tipo de trabalho?
8. Você tem alguma restrição em desenvolver este serviço? Por quê?
9. Você recebe alguma forma de pagamento pelo seu trabalho? É suficiente?
10. Realiza alguma outra atividade fora da propriedade?
11. O que você faz no seu tempo livre?
12. Você se relaciona com os outros jovens do assentamento? Como?
13. Quais são os objetivos/planos pessoais para o seu futuro e como pretende alcançá-los?
14. Você gosta de viver no meio rural/assentamento? Por quê?
15. Você gostaria de continuar morando no meio rural/assentamento e trabalhando com agropecuária?
16. Se a propriedade fosse sua, quais seriam suas atitudes em relação a propriedade? Por quê? Você já falou isto com o seu pai?
17. Como você acha que deveria ser a comunidade e ou a propriedade em que você mora, para que fossem melhores de se viver?

**ANEXOS**

## **ANEXO A – Tipos de projetos da categoria de Assentamentos da Reforma Agrária e suas características.**

**PA – Projeto de assentamento Federal:** Esse tipo de projeto é de competência da União e está relacionado, na maior parte dos casos, à desapropriação de terras. A Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários; aporte de recursos de crédito, apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e AC), Infraestrutura básica (estradas de acesso , água e energia elétrica), titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade da União através do INCRA. Legislação: (INSTRUÇÃO NORMATIVA N° 15, DE 30 DE MARÇO DE 2004, art.3°). Esses assentamentos se encontram em todos os Estados brasileiros. A maioria dos casos de implantação desses assentamentos ocorreu devido a luta pela terra e ocupações pelos movimentos dos trabalhadores rurais sem terra. É uma modalidade de projetos de assentamentos criados pelo INCRA na atualidade.

**PE – Projeto de Assentamento Estadual:** - Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito e infraestrutura é de responsabilidade das Unidades Federativas, segundo seus programas fundiários. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, crédito para apoio à Instalação e produção (PRONAF A e A/C) mediante convênio e de recursos relativos à Infraestrutura básica. O INCRA reconhece os Projetos Estaduais como Projetos de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária. A titulação é de responsabilidade das Unidades Federativas. Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA N°. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.

**FLONA: Florestas Nacionais:** - De competência do IBAMA. São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem, aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A e A/C). Legislação: Criação: LEI 9985/2000 E DECRETO 4340/2002. O reconhecimento de Flona como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.

**PAE - Projeto de Assentamento Agroextrativista:** Obtenção da terra, criação do Projeto, seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito de apoio a Instalação e de crédito de

produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica), titulação (Concessão de Uso) são de responsabilidade da União através do INCRA. Os beneficiários são geralmente oriundos de comunidades extrativistas com atividades ambientalmente diferenciadas. Legislação: Portaria/INCRA/P/Nº 268 DE 23 DE OUTUBRO DE 1996.

**PAF – Projeto de Assentamento Florestal:** Modalidade de assentamento destinada às áreas com aptidão para o manejo florestal de uso múltiplo, em base familiar comunitária. Prevê ainda à formação de plantios, com espécies nativas em casos de existência de áreas significativas já convertidas para outras atividades produtivas. Forma de assentamento recentemente criada. A obtenção da terra, criação do Projeto, a seleção dos beneficiários, aporte de recursos de crédito de apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A), Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) e a Titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) são de responsabilidade do INCRA. - Legislação: PORTARIA/INCRA/P/ Nº. 1.141 de 19 de dezembro de 2003 e PORTARIA /INCRA/P /N.º 215, DE 6 DE JUNHO DE 2006.

**PDS – Projeto de Desenvolvimento Sustentável:** Modalidade de projeto criada para o desenvolvimento de atividades ambientalmente diferenciadas, destinado às populações que baseiam sua subsistência no extrativismo, na agricultura familiar e em outras atividades de baixo impacto ambiental. A Obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários, o aporte de recursos de crédito para apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e A/C), infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) são de responsabilidade da União através do INCRA. Não há a individualização de parcelas a titulação é coletiva – fração ideal e de responsabilidade da União. É uma forma de assentamento recentemente criada. - Legislação: Portaria/INCRA/P Nº. 477, de 04 de novembro de 1999.

**PAM – Projeto de Assentamento Municipal:** A obtenção da terra, criação do Projeto e seleção dos beneficiários, o aporte de recursos de crédito e infraestrutura são de responsabilidade dos municípios. Há a possibilidade de participação da União no aporte de recursos relativos à obtenção de terras, Crédito Apoio à Instalação e produção (PRONAF A e A/C) mediante convênio; - O INCRA reconhece os Projetos Municipais como de Reforma Agrária viabilizando o acesso dos beneficiários aos direitos básicos estabelecidos para o

Programa de Reforma Agrária. A titulação é de responsabilidade dos municípios. Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.

**PCA – Projeto de Assentamento Casulo:** Projeto de Assentamento criado por municípios. As Prefeituras, junto com o INCRA, cadastram os beneficiários e identificam terras públicas municipais disponíveis, ou que possam ser adquiridas para a viabilização do projeto. O aporte de recursos de Crédito para apoio a Instalação e de crédito de produção (PRONAF A e A/C) são de responsabilidade do Governo Federal. A Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) é de responsabilidade do Governo Federal e Municipal. Este projeto diferencia-se pela proximidade a centros urbanos e pelas atividades agrícolas geralmente intensivas e tecnificadas. A Titulação é de responsabilidade do município. Legislação: NORMA DE EXECUÇÃO INCRA Nº. 37, DE 30 DE MARÇO DE 2004.

**PFP – Projeto Fundo de Pasto:** - Projetos criados pelo Estado ou Municípios sob responsabilidade da Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA), órgão do governo do estado da Bahia, voltado ao atendimento dessas populações tradicionais locais. Esses projetos são reconhecidos pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem ao PRONAF A. Legislação: Convênio entre o Incra na Bahia, a Fundação de Apoio à Pesquisa, Ensino e Cultura (Fapec) e a Coordenação do Desenvolvimento Agrário (CDA).

**PRB – Projeto de Reassentamento de Atingidos por Barragens:** - A implantação é de competência dos empreendedores e o Incra reconhece como beneficiário do PNRA, quando eles passam a ter direito ao Pronaf A, Assistência Técnica Social e Ambiental -ATES e Pronera. - Legislação: Reconhecimento foi autorizado pela PORTARIA/ INCRA Nº687/2004

**RESEX – Reservas Extrativistas:** - De competência do IBAMA - São unidades de conservação de uso sustentável reconhecidas pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos estabelecidos para o Programa de Reforma Agrária (créditos de implantação e produção e eventualmente infraestrutura básica); - A obtenção de terras não é feita pelo INCRA, mas pelos órgãos ambientais, federal ou estadual quando da criação das RESEX - Legislação: Criação: LEI 9985/2000 e DECRETO 4340/2002 -

Reconhecimento: PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 13, DE 19 DE SETEMBRO DE 2002.

**RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável:** - De competência do IBAMA - São unidade de conservação de uso sustentável reconhecida o pelo INCRA como beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária - PNRA, viabilizando o acesso das comunidades que ali vivem aos direitos básicos como créditos de implantação e produção (PRONAF A) - Legislação: Criação, LEI 9985/200 e DECRETO 4340/2002 O reconhecimento de RDS como beneficiária do PNRA, feito por analogia, à portaria de reconhecimento das Resex.

**PAC – Projeto de Assentamento Conjunto:** - Projeto de Colonização Oficial implantado pelo INCRA em parceria previamente definida com empresas rurais de grande porte ou cooperativas. - Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Atualmente esta modalidade de assentamento está fora de vigência. .

**PAD – Projeto de Assentamento Dirigido:** Mesmas características do Projeto de Colonização Oficial, porém é um Projeto que apresenta uma demanda específica, como o remanejamento de comunidades atingidas por barragens e remanejamento de famílias inseridas em áreas indígenas, entre outras. - Forma criada a partir da década de 1970, com o objetivo de cumprir as determinações do Estatuto da Terra, quanto ao assentamento de pequenos e médios agricultores, em regime de propriedade familiar. - Projetos criados e titulados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio - Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Atualmente esta modalidade de assentamento está fora de vigência.

**PAR – Projeto de Assentamento Rápido:** - Projetos criados pela União visando a regularização de glebas rurais sob seu domínio. Basicamente eram oferecidos recursos pela União, apenas para demarcação topográfica. A titulação das glebas era de responsabilidade da União. Não havia o aporte de recursos para implantação de infraestrutura básica. Esta forma de assentamento foi pouco utilizada nas últimas duas décadas. Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Atualmente esta modalidade de assentamento está fora de vigência.

**PC – Projeto de Colonização Oficial:** Projetos criados pela União visando a colonização de áreas de vazio demográfico e de expansão da fronteira agrícola do território nacional, em

especial da Amazônia Legal nas décadas de 1970 e 1980. Esta forma de assentamento foi pouco utilizada nas duas últimas décadas. A obtenção de terras, criação, aporte de recursos de Crédito para apoio a Instalação e de crédito de produção e a coordenação do Projeto eram de responsabilidade da União. A Infraestrutura básica (estradas de acesso, água e energia elétrica) era de responsabilidade da União, podendo ser feita conjuntamente com as unidades federativas e municípios. O INCRA tinha a responsabilidade pela titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade). Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Atualmente esta modalidade de assentamento está fora de vigência.

**PIC – Projeto Integrado de Colonização:** - Projeto de Colonização Oficial, geralmente implantado em grandes extensões de área, envolvendo significativo número de famílias, requerendo ações integradas entre as três instâncias governamentais. Eram Implantados em terras públicas da União ou áreas desapropriadas pelo INCRA. Forma de assentamento pouco utilizada nas últimas duas décadas. Legislação: LEI Nº. 4.504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Atualmente esta modalidade de assentamento está fora de vigência.

**AQ – Assentamentos Quilombolas:** Projetos criados pela União visando à regularização e o estabelecimento de comunidades remanescentes de quilombos. Os aportes de recursos para a obtenção de terras, créditos e infraestrutura são realizados pela União por meio de ações integradas com a Fundação Palmares e outras instituições.

## **ANEXO B - Tipos de projetos da categoria de Assentamentos da Reforma Agrária de Mercado e suas características.**

**CT – Cédula da Terra:** Projeto de assentamento criado pela União, com início no ano de 1997 e término em 2002, com participação dos Conselhos Estaduais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS, sobre o qual a obtenção da terra se dava por meio da compra e venda, nunca pela desapropriação. Os beneficiários receberam financiamento específico destinado a obtenção dos recursos fundiários e implantação de infraestrutura básica. A seleção dos beneficiários até a titulação (Concessão de Uso/Título de Propriedade) foi de responsabilidade da União. Estes projetos foram direcionados para regiões de difícil obtenção de terras por meio da desapropriação, como é o caso do Ceará, Pernambuco, Bahia, Maranhão e norte de Minas Gerais.

**BT – Banco da Terra:** Estes assentamentos foram implantados pelo Governo Federal, no período do ano de 1999 até o final de 2002, pelas entidades públicas estaduais e municipais e pelas cooperativas e associações de assentados. O financiamento das terras foi realizado por meio do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. LEI COMPLEMENTAR Nº 93, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1998.

**CF-CPR – Crédito Fundiário Combate a Pobreza Rural:** Modalidade do Crédito Fundiário de Combate a Pobreza (CFCP), iniciou no ano de 2002. Público alvo: trabalhadores rurais sem terra, pequenos produtores rurais com acesso precário a terra e proprietários de minifúndios: imóveis cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar. Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária.

**CF-CAF – Crédito Fundiário Consolidação da Agricultura Familiar:** Modalidade do Crédito Fundiário de Combate a Pobreza (CFCP), iniciou no ano de 2004. Tem por finalidade a Aquisição de imóveis rurais, com as benfeitorias já existentes e investimentos em infraestrutura básica e produtiva. O Público alvo são Trabalhadores rurais sem-terra (assalariados permanentes ou temporários, diaristas etc.), pequenos produtores rurais com acesso precário a terra (arrendatários, parceiros, meeiros, posseiros etc.), proprietários de minifúndios, assim classificados os imóveis, cuja área não alcance a dimensão da propriedade familiar definida no Estatuto da Terra e Associações e Cooperativas que agreguem as pessoas

mencionadas anteriormente. O proponente deverá dispor de renda familiar anual igual ou inferior a R\$ 15.000,00 e patrimônio familiar igual ou inferior a R\$ 30.000,00. Os recursos provêm do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Lei complementar 93/98.

**CF-NPT/CAF – Crédito Fundiário Nossa Primeira Terra / Consolidação da Agricultura**

**Familiar:** Modalidade do Crédito Fundiário de Combate a Pobreza (CFCP) com início no ano de 2004. Criado para atender a demanda de jovens sem terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade. O programa pretende contribuir para a solução dos problemas de ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Os beneficiários devem estar organizados em associações. O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial. A linha de financiamento é liberada pelo programa de Consolidação da Agricultura Familiar.

**CF-NPT/CPR – Crédito Fundiário Nossa Primeira Terra / Combate a Pobreza Rural:**

Modalidade do Crédito Fundiário de Combate a Pobreza (CFCP) com início no ano de 2004. Criado para atender a demanda de jovens sem terra ou filhos de agricultores familiares, na faixa etária de 18 a 28 anos que queiram permanecer no meio rural e investir em uma propriedade. O programa pretende contribuir para a solução dos problemas de ordenamento agrário que agravam o êxodo rural e a concentração fundiária no Brasil. Os beneficiários devem estar organizados em associações. O financiamento para aquisição dos imóveis é reembolsável, e os recursos são provenientes do Fundo de Terras e da Reforma Agrária. Já o financiamento para investimentos comunitários não é reembolsável e seus recursos provêm do Banco Mundial. A linha de crédito é liberada pelo programa de Combate a Pobreza Rural. Atualmente esta modalidade está fora de vigência.

## ANEXO C - Questionário de tipologia



Redes de Referências para a Agricultura Familiar

## QUESTIONÁRIO DE TIPOLOGIA

Data da entrevista		Agricultor(a)		Código	
Município	Florestópolis	Salmo/Comunidade		Telefone (contato)	
Nome da propriedade				Técnico	-

## 1. CARACTERÍSTICAS DA FAMÍLIA DO PRODUTOR

NOME	SEXO (M / F)	DATA DE NASCIMENTO	CONDIÇÃO NA UNI- DADE DOMICILIAR	LOCAL DE MORADIA	INSTRUÇÃO		SITUAÇÃO OCUPAC.	OUTRAS FONTES RENDA	
					Nível atingido	Situação atual		Origem	Valor Anual (R\$)
<b>TOTAL</b>									0,00

## 2. MÃO-DE-OBRA EXTRA-FAMILIAR (TEMPORÁRIA e PERMANENTE)

ATIVIDADE / OPERAÇÃO	N.º de Pessoas	N.º de Dias	DH
			-
			-
			-
			-
			-
			-
			-
<b>TOTAL</b>			0



Nome:	-	Município	Florestópolis	Código:	-
-------	---	-----------	---------------	---------	---

## 3. INVENTÁRIO

## 3.1. Composição da área do estabelecimento

N.º	Área (ha)	Domínio Legal	CONTAGRI Cadastro de propriedades	Observações
1		Áreas próprias		
2		Áreas cedidas por órgão fundiário sem título definitivo		
3		Áreas arrendadas DE terceiros mediante pagamento de uma quantia fixa em dinheiro ou produtos		
4		Áreas arrendadas DE terceiros mediante pagamento de parte da produção (meia, terça, quarta)		
5		Áreas ocupadas pela qual o produtor nada paga por seu uso (ocupação, posse ou cessão)		
6		Áreas Cedida PARA terceiros (arrendamento, parceria ou cessão)		
<b>TOTAL</b>	-			

## 3.2. Distribuição das terras do estabelecimento

Área (ha)	Exploração	Área(ha)	Cultura	Área(ha)	Cultura	Área(ha)	Cultura	Área(ha)	Cultura
-	Lavouras permanentes		1.		2.		3.		4.
			5.		6.		7.		8.
-	Lavouras temporárias		1.		2.		3.		4.
			5.		6.		7.		8.
-	Forrageiras para corte (colêctivo ao corte/alimentação animal)		1.		2.		3.		4.
-	Cultivo de flores, viveiros, etc.		1.		2.		3.		4.
	Pastagens naturais (pastos não plantados)								
	Pastagens plantadas degradadas								
	Pastagens plantadas em boas condições								
	Matas e/ou florestas naturais p/APP ou RL								
	Matas e/ou florestas naturais p/exploração								
	Florestas plantadas com essências florestais								
	Áreas florestais p/lavoura e pastejo								
	Tanques, lagos, açudes								
	Terras degradadas								
	Terras inaproveitáveis								
-	Construções, benfeitorias, caminhos								
-	Arrendamento para terceiros	RECEITA ANUAL			R\$ 0,00				
-	<b>TOTAL</b>								

Questionário de Tipologia





## 5. QUALIDADE DE VIDA

## 5.1. Moradia (somente a moradia principal, dentro ou fora do estabelecimento rural)

	Área (m <sup>2</sup> )		Ano de construção
Material predominante		Estado de conservação	
	Avenaria, tijolo, material, concreto, cimento		Excelente (novo ou em estado de novo)
	Madeira		Bom (com pouco desgaste e totalmente utilizável)
	Metálico		Regular (desgastado, mas ainda utilizável)
	Misto (madeira/avenaria)		Razoável (com alguns problemas)
			Sofrível (com muitos problemas)
			Péssimo (não – utilizável)

## 5.2. Abastecimento d'água utilizado na casa onde reside a família?

	Rede pública		Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude - Op.manual
	Poço artesiano com bomba elétrica		Mina d'água, fonte, córrego, rio, açude - Op.mecânica
	Poço comum com bomba elétrica		Outros
	Poço comum com operação manual		

## 5.3. Qual o tipo de sanitário utilizado na casa onde reside a família?

	Sanitário dentro da residência		No mato, a céu aberto
	Sanitário externo, anexo a residência		Outros
	Sanitário externo a residência - tipo "Casinha"		

## 5.4. Qual o destino dos dejetos (esgoto) da casa onde reside a família?

	Rede pública		Encanado/jogado/canalizado para rio/córrego/ribeirão
	Fossa séptica - tanque fechado e impermeável		Outros
	Fossa seca ou negra - dejetos lançados diretamente		

## 5.5. Qual a origem da iluminação utilizada na casa onde reside a família?

	Luz elétrica - Rede pública		Lâmpião a gas, querosene
	Luz elétrica - gerador próprio		Outros

## 5.6. Qual a destinação dada ao lixo comum produzido na propriedade ?

	Recicla e destina para coleta pública		Queima
	Coleta pública		Joga em terreno / rio
	Enterra		Outros

## 5.7. Qual a destinação dada ao lixo orgânico produzido na propriedade ?

	Recicla (enterra na horta, faz compostagem, etc.)		Queima
	Destina para a coleta pública		Joga em terreno / rio
	Enterra		Outros

## 5.8. Como se dá o acesso da família aos seguintes serviços ?

	Sem acesso	Natureza do Serviço Utilizado			Localização do Serviço Utilizado		
		Público	Privado	Público/Privado	Comunidade	Sede município	Outros locais
Atendimento Médico							
Atendimento Odontológico							
Educação							
Transporte público							



## 5. QUALIDADE DE VIDA

## 5.9. Quais os meios de transporte de que a família dispõe ?

Mais de um veículo (Passelo/Transp. de mercadorias)	Bicicleta
Um veículo (Passelo ou Transp. de mercadorias)	Carroça / Cavalos
Motos e assemelhados	Sem meio de locomoção próprio

## 5.10. Quais os equipamentos a família dispõe ?

Fogão a gás	Aparelho de som
Fogão a lenha	Computador
Geladeira	Televisão
Freezer	Telefone fixo
Batedeira	Telefone celular
Liquidificador	Outros
Rádio	Outros

## 5.11. Atividades de lazer

Quais os dias semanais de descanso da família ?			
Quais as três principais atividades destes dias ?			
Qual a periodicidade de descanso prolongado da família ?			
Uma vez por ano - 30 dias de descanso	Uma vez a cada 3 anos		
Uma vez por ano - pelo menos 7 dias de descanso	Esporadicamente, períodos curtos para passelo		
Uma vez a cada 2 anos	Não tira férias		
Qual foi o último ano em que a família tirou férias ?	Número médio de dias / férias		
Quais as três principais atividades do período de férias ?			

## 5.12. Integração Social

O produtor participa / freqüente	Sim	Não	Qual (is) ?	Exerce alguma função		
				Sim	Não	Qual ?
Igreja						
Cooperativa						
Sindicato						
Associação de Produtores						
Associação Comunitária						
Conselhos Municipais						
Outras entidades						

## 6. SUCESSÃO FAMILIAR

Qual é a expectativa para o futuro de seus filhos ? (somente aquele(s) que ainda está(ão) na propriedade)

Continuar trabalhando na propriedade em atividades agrícolas	Deixar a propriedade e continuar no campo
Continuar morando na prop. e trabalhar fora dela em ativ. agrícolas	Deixar a propriedade e ir para a cidade
Continuar morando na prop. e trabalhar fora dela em ativ. não agric.	Filhos já estão desligados das atividades da propriedade
Outras (descreva)	